

BALÇÃO	DATA
--------	------

As presentes condições gerais (“**Condições Gerais**”) regulam, em tudo o que não for regulado de forma diversa por outras condições particulares ou contratos acordados entre as partes, a relação estabelecida entre o ABANCA Corporación Bancaria, S.A., Sucursal em Portugal, sita na Rua Castilho nº. 20 - 1250-069, Lisboa, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa com o número único de matrícula e de pessoa coletiva 980464897, registada junto do Banco de Portugal com o número 170 e, para o exercício de atividades de intermediação financeira junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o número 351 (“**BANCO**”) e o cliente identificado na Ficha de Cliente a que estas Condições Gerais constituem anexo (“**CLIENTE**”).

CONDIÇÕES GERAIS

SECÇÃO A DISPOSIÇÕES GERAIS COMUNS

1. Definições e Interpretação

1.1. Nas presentes Condições Gerais, sempre que iniciados por letra maiúscula, e salvo se do contexto claramente decorrer sentido diferente, os termos abaixo indicados terão o significado que a seguir lhes é apontado:

Cartão: um cartão de débito e/ou de crédito que as partes poderão contratar ao abrigo da relação estabelecida através das presentes Condições Gerais;

Consumidor: uma pessoa singular que, nos contratos de serviços de pagamentos abrangidos pelas presentes Condições Gerais, atua com objetivos alheios às suas atividades comerciais ou profissionais;

Conta: a(s) conta(s) de depósito à ordem do CLIENTE junto do BANCO, cujas condições de abertura e movimentação obedecerão ao disposto nas presentes Condições Gerais;

Conta Cartão: a conta cartão associada à Conta, na qual serão registadas as transações efetuadas a crédito com o Cartão;

Conta de Títulos: a conta de títulos associada à Conta, na qual serão registados e/ou depositados os Valores Mobiliários;

Credenciais de segurança personalizadas: elementos personalizados fornecidos pelo prestador de serviços de pagamento a um utilizador de serviços de pagamento para efeitos de autenticação.

Instrumentos financeiros: valores mobiliários, instrumentos financeiros derivados (incluindo futuros, opções, contratos a prazo e swaps) e licenças de emissão relativamente aos quais o BANCO preste serviços de intermediação financeira.

Serviço de Banca à Distância: o serviço que tem por objeto a realização de operações e a prestação de serviços do BANCO por (i) via telefónica; (ii) através da internet; e/ou (iii) através da aplicação móvel (“APP”);

Serviços de Pagamento: as atividades enumeradas no artigo 4º do regime jurídico dos serviços de pagamento e da moeda eletrónica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º Decreto-Lei n.º 91/2018, com exceção das referidas no artigo 5.º do mesmo regime;

Valores Mobiliários: quaisquer valores mobiliários detidos pelo CLIENTE, escriturais ou titulados, relativamente aos quais o BANCO preste quaisquer dos serviços abrangidos nas Secções, E, F e G infra, serviços de registo e de depósito.

1.2. As expressões supra definidas no singular poderão ser utilizadas no plural, e vice-versa, com a correspondente alteração do respetivo significado.

1.3. Os títulos das cláusulas das presentes Condições Gerais são incluídos por razões de mera conveniência, não constituindo suporte da interpretação ou integração do mesmo.

1.4. Caso alguma das cláusulas das presentes Condições Gerais venha a ser julgada nula ou por qualquer forma inválida por uma entidade competente para o efeito, tal nulidade ou invalidade não afetará a validade das restantes cláusulas destas Condições Gerais.

1.5. Na falta de indicação em contrário, quaisquer referências a uma Cláusula sem indicação da respetiva Secção ou Subsecção entendem-se como sendo feitas à Cláusula com esse número que se encontre nessa Secção ou Subsecção.

2. Objeto

2.1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as presentes Condições Gerais estabelecem os termos e condições gerais aplicáveis à contratação dos seguintes serviços e produtos disponibilizados pelo BANCO:

- (a) Abertura e movimentação de contas de depósito à ordem, incluindo de Serviços Mínimos Bancários, e Contas de Títulos;
- (b) Cartão de débito;
- (c) Custódia de valores mobiliários;
- (d) Subscrição e outras operações e serviços sobre investimentos, Valores Mobiliários e instrumentos financeiros e gestão de contratos referentes a instituições de investimento coletivo (“IIC”);
- (e) Adesão e utilização do Serviço de Banca à Distância; e
- (f) Os Serviços de Pagamento prestados pelo BANCO.

2.2. A contratação de cada serviço e/ou produto disponibilizado reger-se-á adicionalmente pelo previsto nas disposições legais aplicáveis, e, quando existam, por quaisquer condições particulares e/ou estipulações adicionais escritas acordadas com o CLIENTE, as quais prevalecerão sobre o previsto nas presentes Condições Gerais, aplicando-se, no omissio, os usos bancários e a legislação geral sobre a matéria.

2.3. O BANCO reserva-se o direito de reduzir o conjunto de serviços e/ou produtos disponibilizado ao CLIENTE ao abrigo das presentes Condições Gerais.

2.4. Para todos os efeitos legais, o CLIENTE declara ter tomado conhecimento da Ficha de Informação Normalizada, que lhe foi disponibilizada pelo BANCO.

2.5. A SECÇÃO “Política de Privacidade e Proteção de Dados do BANCO” será aplicada ao tratamento dos dados do CLIENTE pelo BANCO em relação a qualquer serviço ou produto que o CLIENTE possa solicitar ou contratar com o BANCO.

3. Contratação de Novos Produtos e/ou Serviços

3.1. O BANCO poderá a todo o momento proceder à ampliação do objeto das presentes Condições Gerais, através da disponibilização de novos serviços e/ou produtos, cuja contratação, sem prejuízo do previsto na Cláusula 2.2. desta Secção, ficará submetida às disposições constantes das presentes Condições Gerais.

3.2. No caso previsto no número anterior, o BANCO informará oportunamente o CLIENTE sobre as condições particulares aplicáveis à contratação dos novos serviços e/ou produtos disponibilizados.

4. Representantes

4.1. Sem prejuízo do previsto no número seguinte e salvo disposição legal ou contratual em contrário, o CLIENTE poderá autorizar terceiros a realizar, em seu nome e representação, todas as operações bancárias abrangidas pelas presentes Condições Gerais, através de procuração, a qual deverá ser elaborada por escrito e encontrar-se de acordo com todos os

requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

4.2. No caso previsto no número anterior e sem prejuízo das normas legais aplicáveis, o CLIENTE será responsável perante o BANCO por todas as operações realizadas em seu nome e representação pelos terceiros que designar como representantes.

4.3. O CLIENTE obriga-se a comunicar de imediato ao BANCO toda e qualquer nomeação de representantes para os efeitos previstos no número 1. da presente cláusula, indicando o exato alcance dos poderes de representação conferidos, bem como toda e qualquer alteração e/ou revogação dos mesmos.

5. Ordens, Instruções e Processamento

5.1. Sem prejuízo das regras aplicáveis à titulação efetiva de determinadas operações, das regras das Secções G a J, e bem assim das condições de movimentação e titularidade aplicáveis à Conta, o CLIENTE poderá transmitir ordens e/ou instruções ao BANCO por um dos seguintes meios:

(a) Através do Serviço de Banca à Distância, de acordo com o estabelecido nas Secções H e J das presentes Condições Gerais;

(b) Pessoalmente, em qualquer Agência ou estabelecimento de promotores do BANCO, através da assinatura de todos os documentos necessários.

5.2. Nos casos previstos na lei, as ordens e/ou instruções transmitidas verbalmente deverão ser reduzidas a escrito e assinadas ou registadas em suporte fonográfico pelo BANCO.

5.3. Salvo indicação prévia do CLIENTE ou disposição contratual em contrário, todos os montantes devidos pelo CLIENTE e relacionados com a execução de quaisquer operações abrangidas pelas presentes Condições Gerais (incluindo as solicitadas através do Serviço de Banca à Distância), nomeadamente pagamentos, encargos, custos, taxas, impostos, juros remuneratórios e/ou moratórios, amortizações, reembolsos, comissões e/ou outras despesas delas decorrentes, serão liquidados mediante débito da Conta que o CLIENTE se obriga a provisionar devida e atempadamente para o efeito.

5.4. BANCO fica desde já expressamente autorizado a movimentar a Conta para os efeitos previstos no número anterior, bem como a debitar quaisquer contas junto dos seus balcões de que o CLIENTE seja ou venha a ser titular ou co- titular, na proporção do respetivo saldo, para efetivação do pagamento de quaisquer dívidas emergentes da execução de operações previstas nestas Condições Gerais, podendo ainda proceder à compensação dessas dívidas com quaisquer saldos credores do CLIENTE e independentemente da verificação dos pressupostos da compensação legal.

5.5. Sem prejuízo de quaisquer outros direitos que lhe sejam conferidos por lei, pelas presentes Condições Gerais e pelas condições particulares e demais documentação contratual aplicável à contratação de cada produto e/ou serviço disponibilizado, o BANCO poderá recusar, total ou parcialmente, a execução de todas e quaisquer operações, sempre que se verifique qualquer uma das seguintes situações:

(a) Quando, sendo este um requisito necessário para a execução da operação em causa, não tenham sido previamente subscritas pelo CLIENTE as condições particulares e demais documentação contratual aplicável à contratação do correspondente produto e/ou serviço;

(b) Se a Conta não se encontrar suficientemente provisionada para o efeito;

(c) Se o BANCO tiver fundadas dúvidas sobre a identidade do ordenante, a natureza da operação solicitada ou o beneficiário efetivo da mesma e o CLIENTE, após solicitação pelo BANCO, não prestar a documentação exigida ou os esclarecimentos necessários e suficientes;

(d) Quando, devendo os montantes relacionados com a operação em causa ser liquidados por débito da Conta, a respetiva ordem de execução não seja transmitida com respeito pelas condições de movimentação e titularidade à mesma aplicáveis;

(e) Quando não sejam prestados ao BANCO os elementos de informação que este, nos termos das disposições legais e regulamentares em vigor, entenda solicitar junto do CLIENTE; ou

(f) Em qualquer outra situação em que a realização da operação em questão seja contrária à lei e/ou suscetível dar origem à

responsabilização a título criminal, contra ordenacional ou civil do BANCO ou de qualquer um dos seus colaboradores, promotores ou agentes vinculados, nomeadamente no que respeita às normas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, sem prejuízo dos demais deveres legais que recaiam neste âmbito sobre o BANCO.

(g) quaisquer outras situações previstas em instrumentos negociais subscritos pelo CLIENTE no âmbito da contratação e utilização dos instrumentos de pagamento em questão.

5.6. Salvo disposição legal ou contratual em contrário, e nomeadamente do disposto na Secção J das presentes Condições Gerais, quaisquer ordens e/ou instruções transmitidas através de qualquer um dos meios previstos na Cláusula 5.1. considerar-se-ão realizadas na data de efetiva receção pelo BANCO, sendo irrevogáveis a partir dessa data.

5.7. Nos casos aos quais não seja aplicável a Secção J das presentes Condições Gerais, a execução das operações abrangidas pelas presentes Condições Gerais ocorrerá dentro dos prazos usualmente estabelecidos pela prática bancária para cada tipo de operação.

5.8. O BANCO não poderá ser responsabilizado por danos decorrentes de: atrasos, perda, não receção, receção truncada, mutilada ou defeituosa, receção parcial, receção em duplicado, desvio e/ou entrega em local ou a pessoa errados de informações ou outros elementos enviados pelo CLIENTE ou por qualquer terceiro, ainda que por qualquer dos meios ou sistemas de transmissão ou comunicação aceites pelas partes do contrato regulado pelas presentes Condições Gerais, salvo se tais situações se tiverem verificado devido ao incumprimento, pelo BANCO, dos deveres previstos neste âmbito na Secção J das presentes Condições Gerais, quando aplicável, ou, em todo o caso, a dolo ou culpa grave do BANCO. Em particular, o BANCO não poderá ser responsabilizado por quaisquer atrasos verificados na execução de ordens e instruções transmitidas, na ausência de dolo, e nomeadamente se esse atraso for originado por dificuldades ou deficiências no meio de transmissão utilizado pelo CLIENTE.

5.9. As operações solicitadas poderão ser executadas pelo BANCO através de quaisquer dos processos normalmente utilizados de acordo com a prática bancária, ficando o BANCO, para efeitos de execução das operações solicitadas, expressamente autorizado pelo CLIENTE a recorrer aos serviços de outras empresas integradas no grupo empresarial em que se insere, ou de outras empresas prestadoras de serviços subcontratadas pelo BANCO.

5.10. O BANCO fica ainda expressamente autorizado, no que o Cliente expressamente consente, a:

(a) Manter um registo digital de todas as ordens e instruções transmitidas, bem como das operações executadas, constituindo esse registo, em qualquer processo, prova, na máxima extensão permitida por lei, da autenticidade das referidas ordens, instruções e operações; e

(b) Proceder à gravação e registo das conversas e outros meios de comunicação, incluindo eletrónica, utilizados na transmissão de ordens e instruções respeitantes a qualquer operação e, bem assim, a utilizar os registos e gravações efetuados para justificar as operações realizadas.

5.11. No caso previsto na alínea (b) do número anterior, o CLIENTE poderá solicitar ao BANCO cópia ou transcrição escrita das conversas gravadas, mediante pagamento dos encargos previstos no Preçário do BANCO, disponível em www.abanca.pt.

5.12. O BANCO mantém os registos por um período de 5 (cinco) anos, que pode ser estendido até um período de 7 (sete) anos, por solicitação da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

5.13. Todas as operações executadas, bem como os montantes nelas envolvidos, serão devidamente identificados em correspondência para o efeito remetida ao CLIENTE, ou no extrato da Conta, da Conta Cartão ou da Conta de Títulos referente ao período seguinte àquele em que as mesmas produzam efeitos.

5.14. Nos casos aos quais não se aplique o disposto na Secção J das presentes Condições Gerais, se, após a data de envio de qualquer dos documentos referidos no número anterior, o CLIENTE não proceder a qualquer reclamação no prazo de 15 (quinze) dias, as operações neles identificadas serão, para todos

os efeitos, tidas por automaticamente confirmadas, não podendo ser solicitada ao BANCO qualquer reparação.

5.15. O BANCO apenas responderá pelo incumprimento, pela execução defeituosa, ou por mora na execução de ordens e/ou instruções nos termos da Secção J das presentes Condições Gerais ou nos casos em que tal situação se tenha ficado a dever a dolo ou culpa grave do BANCO.

6. Taxas de Juro, Comissões e outros Encargos

6.1. Cada produto e serviço disponibilizado, bem como a respetiva contratação, encontra-se sujeito aos impostos e taxas legalmente aplicáveis e, bem assim, às comissões, taxas e tarifas estabelecidas de acordo com o preçário do BANCO, disponível em www.abanca.pt, a cada momento em vigor.

6.2. O pagamento dos encargos mencionados no número anterior é da responsabilidade do CLIENTE e, salvo acordo em contrário, processar-se-á por débito da Conta, obrigando-se o CLIENTE a provisioná-la devida e atempadamente para o efeito.

6.3. Sem prejuízo do acordo em contrário, o BANCO fica autorizado a efetuar o débito na Conta nos termos do número anterior, mesmo que esta não se encontre provisionada com saldo suficiente para o efeito, ficando neste caso o CLIENTE, independentemente de interpelação, obrigado a regularizar de imediato qualquer descoberto assim originado.

6.4. O BANCO poderá, nos termos da lei e das presentes Condições Gerais, proceder por sua iniciativa à alteração das taxas, das comissões e/ou de outros encargos previstos no preçário, nomeadamente se se verificarem alterações às condições dos produtos e serviços oferecidos, modificações das disposições legais que regulam a matéria ou em face da evolução das condições do mercado, devendo dar conhecimento do teor dessas alterações por comunicação escrita enviada ao CLIENTE com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente à data pretendida para a sua aplicação, sem prejuízo de outros prazos legal ou regulamentarmente fixados.

6.5. Caso não concorde com as alterações introduzidas, poderá o CLIENTE, até à entrada em vigor das alterações em questão, rescindir as presentes Condições Gerais a qualquer momento e sem encargos.

6.6. Decorrido esse prazo sem que o CLIENTE tenha exercido a faculdade aqui prevista, assumir-se-á o seu assentimento às alterações efetuadas.

7. Responsabilidade do BANCO

7.1. O BANCO não será responsável por quaisquer danos, prejuízos e/ou perdas sofridas pelo CLIENTE e/ou por terceiros em virtude de circunstâncias anormais e imprevisíveis, alheias à vontade do BANCO, nomeadamente, inundações, fogos, tempestades, terremotos, explosões, greves, conflitos laborais (envolvendo ou não colaboradores do BANCO) ou quaisquer outros casos de força maior.

7.2. O BANCO não será responsável por quaisquer danos, prejuízos e/ou perdas sofridas pelo CLIENTE e/ou por terceiros em virtude de atrasos, erros, interferências, suspensões e/ou interrupções de comunicações, falhas de corrente, extravios de dados e/ou outras anomalias decorrentes de deficiências no funcionamento de qualquer equipamento ou sistema informático que não seja do BANCO ou sobre os quais não tem nem pode ter controlo, e bem assim meio ou rede de telecomunicações, tanto públicas como privadas, utilizados na transmissão de ordens e instruções e/ou na execução de operações, provenientes de atividades sobre as quais não tem nem pode ter controlo, salvo quando os danos decorrentes de tais anomalias sejam comprovadamente imputáveis ao BANCO a título doloso ou gravemente negligente.

7.3. O BANCO não poderá em qualquer caso ser responsabilizado pela falta de veracidade ou pela inexatidão de documentos e outra informação fornecida pelo CLIENTE.

7.4. O BANCO não poderá ser responsabilizado pela violação ou incumprimento, por parte do CLIENTE, de qualquer disposição legal, regulamentar ou contratual que o vincule, e que esteja direta ou indiretamente relacionada com a execução das operações abrangidas pelas presentes Condições Gerais.

8. Comercialização à distância. Direito de livre resolução.

8.1. Nos casos em que a contratação dos produtos e/ou serviços seja efetuada nos termos do regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 95/2006, o CLIENTE consumidor poderá desistir do contrato sem ter que apresentar qualquer justificação, por comunicação ao BANCO, e no prazo máximo de 14 dias, contados desde a data da respetiva celebração.

8.2. O CLIENTE fica obrigado a restituir ao BANCO, no prazo de 30 dias, contados desde o envio da comunicação de livre resolução, a quantia de capital que tenha recebido, juros vencidos desde a data de receção dos fundos até à data do reembolso, e eventuais despesas suportadas pelo BANCO em seu nome.

8.3. O direito de livre resolução caduca quando o contrato tiver sido integralmente cumprido, a pedido expresso do consumidor, antes de esgotado o prazo para o respetivo exercício.

9. Validade e Rescisão

9.1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as presentes Condições Gerais vigoram por tempo indeterminado.

9.2. Qualquer das partes goza da faculdade de, a todo o tempo, rescindir as presentes Condições Gerais, mediante comunicação escrita dirigida à outra parte.

9.3. A rescisão por iniciativa do CLIENTE produzirá efeitos 30 (trinta) dias após a receção, pelo BANCO, da comunicação referida no número anterior, sem prejuízo da execução das operações em curso que não sejam suscetíveis de anulação, bem como da aplicação das regras e princípios constantes das presentes Condições Gerais às operações já executadas.

9.4. A rescisão por iniciativa do BANCO produzirá efeitos 2 (dois) meses após a receção, pelo CLIENTE, da comunicação acima referida efetuada nos termos da Cláusula 13.

9.5. A rescisão das presentes Condições Gerais, por qualquer das partes, implica:

(a) O cancelamento da Conta e da Conta de Títulos, e bem assim de quaisquer outras contas a estas associadas, aplicando-se, com as necessárias adaptações, os regimes estabelecidos, respetivamente, na Cláusula 6. da Subsecção B2 infra e na Cláusula 7. da Secção E infra;

(b) O cancelamento de todos os Cartões emitidos, e bem assim das Contas Cartões aos mesmos vinculadas;

(c) Sem prejuízo do disposto na Cláusula 11. da presente Secção e do disposto nas condições particulares e demais documentação contratual aplicável à contratação de cada produto e/ou serviço disponibilizado, a obrigação de regularização imediata de quaisquer saldos negativos apurados na Conta, na Conta Cartão, em quaisquer outras contas a estas associadas bem como a regularização de quaisquer produtos ou serviços (incluindo créditos) cujas condições pressuponham a manutenção da Conta ou da Conta de Títulos; e

(d) O reembolso antecipado de quaisquer depósitos a prazo, aplicando-se o previsto nas respetivas condições gerais.

10. Resolução

10.1. Sem prejuízo de quaisquer outros direitos que lhe sejam conferidos por lei, pelas presentes Condições Gerais ou pelas condições particulares e demais documentação contratual aplicável à contratação de cada produto e/ou serviço disponibilizado, o BANCO poderá resolver as presentes Condições Gerais, com efeitos imediatos, sempre que se verifique qualquer uma das seguintes situações:

(a) Cancelamento da Conta;

(b) Falsidade, inexatidão, incorreção ou não atualização de quaisquer dados fornecidos pelo CLIENTE para efeitos de celebração e execução das presentes Condições Gerais ou de qualquer operação nelas prevista;

(c) Incumprimento, pelo CLIENTE, de qualquer obrigação emergente:

(i) das presentes Condições Gerais; ou

(ii) de condições particulares e/ou demais documentação contratual subscrita pelo CLIENTE e aplicável à contratação de cada produto e/ou serviço disponibilizado, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

10.2. A resolução prevista no número anterior opera automática e imediatamente na data da receção, por parte do CLIENTE, de comunicação para o efeito remetida pelo BANCO, e implica a aplicação, com efeitos imediatos, das consequências previstas na Cláusula 9.5. da presente Secção.

10.3. O BANCO poderá igualmente resolver as presentes Condições Gerais nos casos em que a manutenção de uma relação negocial com o CLIENTE implique a violação de quaisquer deveres legal ou regularmente impostos ao BANCO, nomeadamente no que respeita às normas de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

11. Mora

11.1. Em caso de atraso do CLIENTE no cumprimento integral da obrigação de pagamento de quaisquer dívidas emergentes de operações contratadas e/ou executadas, e sem prejuízo do direito de resolução previsto na Cláusula anterior, o BANCO continuará a cobrar, sobre o montante em dívida, juros à taxa contratualmente acordada nas condições particulares e/ou demais documentação contratual aplicável à contratação do respetivo produto e/ou serviço, podendo ainda exigir do CLIENTE em mora e até efetivo pagamento da obrigação, juros à taxa moratória máxima permitida por lei para operações bancárias, contados desde o vencimento da obrigação, podendo os juros ser capitalizados nos termos da lei.

11.2. Os juros de mora são exigíveis diariamente, independentemente de qualquer interpelação, pelo que a falta de realização desta não implicará qualquer moratória ou renúncia, por parte do BANCO, a qualquer direito que lhe assista.

12. Disposições Diversas

12.1. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista ao BANCO ao abrigo da lei, das presentes Condições Gerais ou de quaisquer estipulações adicionais acordadas entre o BANCO e o CLIENTE não importa a renúncia a esse direito nem impede o seu exercício posterior, nem constitui moratória ou novação de quaisquer dívidas.

12.2. O BANCO poderá, a qualquer momento, introduzir alterações nas presentes Condições Gerais, devendo dar conhecimento do teor dessas alterações mediante comunicação por qualquer meio enviada ao CLIENTE com, pelo menos, 2 (dois) meses de antecedência. Caso não concorde com as alterações introduzidas, poderá o CLIENTE, até à entrada em vigor das alterações em questão, rescindir as presentes Condições Gerais a qualquer momento e sem encargos, nos termos previstos na Cláusula 9. da presente Secção e sem necessidade de observar o prazo de pré-aviso previsto na Cláusula 9.3.. Decorrido esse prazo de 2 (dois) meses sem que o CLIENTE tenha exercido a faculdade aqui prevista, assumir-se-á o seu assentimento às alterações efetuadas.

12.3. Caso o CLIENTE expressamente solicite ao BANCO, nos termos da Cláusula 13.1, uma versão atualizada das presentes condições gerais, as mesmas poderão ser-lhe remetidas nos termos da Cláusula 13.2.

12.4. O presente contrato apenas produzirá efeitos caso o CLIENTE tenha a Conta (identificada nas Condições Particulares) regularmente constituída, nomeadamente nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 26.º do Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2018, de 26 de setembro.

13. Comunicações

13.1. Todas as comunicações que, no âmbito das presentes Condições Gerais, tenham de ser efetuadas pelo CLIENTE ao BANCO, poderão ser feitas, salvo disposição em contrário:

- (a) Através do Serviço de Banca à Distância;
- (b) Para o endereço da sede da Sucursal em Portugal do BANCO.

13.2. As comunicações do BANCO ao CLIENTE poderão ser dirigidas, salvo instrução ou disposição legal ou contratual em contrário:

- (a) Para a caixa postal e-correspondência do Serviço de Banca à Distância quando o CLIENTE o tenha contratado;
- (b) Para o endereço de e-mail ou contacto telefónico do cliente, sempre que este tenha, na Ficha de Cliente ou em documento autónomo, validamente fornecido esses dados de contacto ao BANCO;
- (c) Para a morada de correspondência, se tal for constante da Ficha de Cliente;

(d) Para a morada de residência, constante da Ficha de Cliente.

13.3. As comunicações do BANCO ao CLIENTE serão feitas prioritariamente, para a caixa postal e-correspondência do Serviço de Banca à Distância, e caso o CLIENTE não o tenha contratado, para o endereço de e-mail do CLIENTE e, em último caso, para a morada de correspondência do CLIENTE eventualmente indicada na Ficha de Cliente, ou para a morada de residência do CLIENTE constante da Ficha de Cliente.

13.4. O CLIENTE é responsável pela consulta da sua caixa postal e-correspondência do Serviço de Banca à Distância, sendo recomendável que o faça, ao menos, uma vez por semana.

13.5. O CLIENTE poderá, em qualquer momento, solicitar a alteração da ordem de preferência de envio da correspondência referida na cláusula 13.3., assim como a alteração da morada de correspondência.

13.6. Para efeitos de realização da citação no âmbito de ação judicial destinada ao cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes da execução de operações previstas nas presentes Condições Gerais, as partes convencionam as moradas indicadas nos termos das Cláusulas 13.1. e 13.2..

13.7. O BANCO fica expressamente autorizado pelo CLIENTE a cumprir os seus deveres de informação, nomeadamente os previstos no Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2009, através da morada de correio eletrónico fornecida pelo CLIENTE na Ficha de Cliente ou em documento autónomo expressamente para este efeito, ou quaisquer serviços de banca à distância que coloque à disposição do mesmo.

13.8. As comunicações entre as partes ao abrigo das presentes Condições Gerais serão efetuadas em língua portuguesa, salvo estipulação expressa em contrário em instrumento contratual aplicável à comunicação em questão.

13.9. Quando a conta for coletiva, e salvo acordo em contrário, as comunicações efetuadas no âmbito das presentes Condições Gerais pelo BANCO ao CLIENTE serão dirigidas ao primeiro titular da conta, considerando-se os demais titulares notificados para todos os efeitos legais.

13.10. As comunicações do BANCO ao CLIENTE previstas na Cláusula 13.2. supra podem ser prestadas através de mensagem incluída nos extratos da conta de depósitos à ordem enviados ao CLIENTE, salvo se para determinada comunicação outro meio for contratual ou legalmente exigido.

13.11. As comunicações efetuadas para a morada de residência ou de correspondência do CLIENTE presumem-se recebidas, salvo prova em contrário, no 3.º dia posterior ao do envio, ou no 1.º dia útil seguinte quando aquele não seja útil, e as comunicações enviadas pelos demais meios admissíveis presumem-se recebidas no dia útil seguinte ao do envio.

13.12. O CLIENTE é responsável por informar imediatamente o BANCO de qualquer alteração às moradas, endereços eletrónicos e contactos telefónicos comunicados ao BANCO para efeitos destas Condições Gerais, não sendo em qualquer circunstância o BANCO responsável por quaisquer prejuízos ou perdas que resultem da omissão dessa comunicação e de consequentes falhas na receção de informação relevante.

14. Lei Aplicável e Foro Competente

O presente contrato está sujeito à lei portuguesa e, para todas as questões dele emergentes com recurso aos tribunais judiciais, as partes elegem o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa, ressalvada a competência do tribunal do domicílio do CLIENTE, quando aplicável, bem como quaisquer outras normas inderrogáveis, de acordo com a legislação em vigor.

SECÇÃO B

CONDIÇÕES GERAIS DE ABERTURA E MOVIMENTAÇÃO DE CONTA

Subsecção B1

Disposições Comuns

1. Objeto

A presente Secção contém as normas aplicáveis à abertura e movimentação de contas de depósito à ordem da titularidade do CLIENTE junto do BANCO.

2. Abertura de Conta

2.1. Simultânea ou previamente à abertura de uma conta, o

Cliente procederá ao preenchimento da Ficha de Cliente, a qual conterá os elementos de identificação obrigatórios exigidos pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 2/2018, legislação conexa com o mesmo e instrumentos que os substituam a cada momento em vigor.

2.2. Salvo instruções em contrário, as assinaturas constantes da ficha de cliente são válidas para todas as contas abertas junto do BANCO pelo Cliente.

2.3. O CLIENTE obriga-se a comunicar ao BANCO, no prazo de 15 (quinze) dias, qualquer alteração que venha a verificar-se em qualquer um dos elementos de identificação obrigatórios exigidos pelo Banco de Portugal, conforme indicado na Cláusula 2.1. supra, bem como a comprovar essa alteração com a documentação adequada a qualquer momento.

2.4. O CLIENTE reconhece que toda e qualquer reprodução do(s) cartão(ões) do cidadão do(s) CLIENTE(S) que esteja na posse do BANCO foi devidamente autorizada pelo(s) respetivo(s) titular(es).

2.5. Na ausência de indicação em contrário por parte do(s) CLIENTE(S), o Abanca assume que os elementos de identificação prestados pelo(s) CLIENTE(S) se mantêm atualizados.

3. Titularidade e Movimentação da Conta

3.1. As contas singulares podem ser movimentadas a débito pelo seu titular ou por representante devidamente autorizado.

3.2. As contas coletivas podem ser movimentadas a débito:

- (a) Por qualquer dos titulares ou seu representante, no caso de contas solidárias;
- (b) Conjuntamente por todos os titulares ou seus representantes, no caso de contas conjuntas;
- (c) Por uma parte dos titulares, ou seus representantes, no caso de contas mistas.

3.2.1. Sem prejuízo do que antecede, no caso de co-titularidade o representante comum será a pessoa indicada como primeiro Titular.

3.3. A movimentação a crédito pode ser efetuada por qualquer titular, ou por terceiros, independentemente do tipo de conta.

3.4. Salvo instruções em contrário, as condições de movimentação das contas coletivas são válidas para todas as subsequentes contas coletivas abertas junto do BANCO em que os Titulares sejam os mesmos.

3.5. Quando a conta for coletiva, e independentemente do regime de movimentação, e desde que o CLIENTE não tenha operações ativas ou responsabilidades contraídas perante o BANCO, acordam os titulares que, se a tal o BANCO não se opuser, qualquer um dos titulares poderá desvincular-se da conta e, consequentemente, dos direitos e obrigações decorrentes das presentes Condições Gerais, sem necessidade de outra autorização dos restantes, que desde já e para os devidos efeitos prestam o seu expresso consentimento.

3.6. O CLIENTE que renuncie à titularidade da conta, nos termos previstos no número anterior, mantém-se responsável pelo pagamento de todas as dívidas emergentes da conta, de eventuais serviços associados, vencidas antes da data de renúncia da titularidade.

3.7. A renúncia à titularidade da conta não confere ao CLIENTE o direito a solicitar a restituição de parte do valor do saldo da Conta ou parte dos Valores Mobiliários que estejam depositados na Conta de Títulos.

3.8. Na abertura de conta o CLIENTE deverá indicar igualmente a identidade do beneficiário efetivo dessa Conta.

3.9. O BANCO presume que o beneficiário efetivo dos produtos financeiros ou das transações efetuadas pelo CLIENTE são os declarados pelo CLIENTE nas Fichas de Cliente conforme disposto na Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, (ou legislação que a qualquer momento a substitua ou altere), podendo o BANCO solicitar ao CLIENTE toda a documentação de suporte que considere pertinente para comprovar a referida relação, na data de abertura de conta e posteriormente à mesma se tal for considerado necessário.

Depósitos à Ordem

1. Créditos em Conta

1.1. Os créditos resultantes da entrega de cheques, títulos de crédito ou outros valores, aos quais não se aplique a Secção J das presentes Condições Gerais, para crédito na Conta ficam, quando houver lugar à efetiva cobrança dos mesmos em momento posterior, sujeitos, a título de condição suspensiva, à verificação da referida cobrança, cujo prazo para o efeito será o de compensação estabelecido na legislação em vigor.

1.2. O BANCO poderá anular o crédito em Conta de quaisquer valores aos quais não se aplique a Secção J das presentes Condições Gerais, caso se verifique a *posteriori* que os respetivos títulos ou valores apresentam irregularidades ou anomalias.

2. Débitos em Conta

2.1. A movimentação da Conta a débito pode ser efetuada mediante cartão de débito, cheques, ordens de pagamento ou de transferência, ou ainda por qualquer outro meio legal aceite pelo BANCO.

2.2. Sem prejuízo das possibilidades de recusa de execução de uma ordem de pagamento previstas na Secção J das presentes Condições Gerais, caso a Conta não se encontre provisionada com saldo suficiente para o lançamento a débito de qualquer pagamento, poderá o BANCO proceder ao débito do montante em causa em qualquer outra conta da titularidade ou co-titularidade (na proporção do respetivo saldo) do CLIENTE junto do BANCO, ou autorizar o pagamento, ficando neste caso o CLIENTE, independentemente de interpelação, obrigado a regularizar de imediato qualquer descoberto assim originado, o qual vencerá juros contados dia a dia à taxa mais alta praticada pelo BANCO para operações ativas, acrescida de quaisquer sobretaxas, impostos e outros encargos aplicáveis.

2.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.4 da Secção A supra, o BANCO fica expressamente autorizado, independentemente da verificação dos pressupostos legais de compensação, a compensar saldos devedores da Conta com saldos credores de qualquer outra conta da titularidade ou co-titularidade do CLIENTE, na proporção do respetivo saldo, junto do BANCO, incluindo contas de depósito a prazo, podendo neste caso o BANCO proceder ao respetivo reembolso antecipado.

2.4. O BANCO fica autorizado a debitar na Conta quaisquer impostos, portes, despesas, taxas e comissões relacionadas com a mesma ou devidas em virtude de serviços prestados pelo BANCO de acordo com instruções do CLIENTE.

2.5. O disposto na presente cláusula é aplicável a ultrapassagens de crédito eventuais por Consumidores, em tudo o que não contradisser o disposto na Subsecção B3, infra, a qual prevalecerá.

3. Cheques

3.1. A movimentação da Conta através da emissão de cheques depende da prévia requisição ao BANCO, que tem inteira liberdade de a aceitar ou recusar.

3.2. Se o BANCO aceitar a requisição de módulos de cheques, serão os mesmos entregues no balcão onde a Conta estiver domiciliada, ou enviados para a morada de correspondência constante da ficha de Cliente, conforme instruções do CLIENTE.

3.3. Quando os módulos de cheques sejam remetidos por correio para o endereço do(s) CLIENTE(s), a solicitação deste(s), o BANCO não será, em qualquer caso, responsável pelo seu extravio.

3.4. Decorridos seis meses sobre a requisição dos módulos de cheques sem que o(s) CLIENTE(es) tenha(m) procedido ao seu levantamento, o BANCO poderá proceder à sua destruição, não estando obrigado à devolução do custo já suportado por aquele(s).

3.5. O BANCO poderá apor nos módulos de cheque uma data limite de validade a partir da qual os mesmos não devem ser emitidos, bem como uma cláusula “não à ordem” que impede a transmissão do cheque por endosso e ainda utilizar nos seus módulos a forma de “cheque cruzado”.

3.6. No caso de cancelamento da Conta, e independentemente

Subsecção B2

do motivo por que ocorra, deverão os cheques por utilizar ser devolvidos ao BANCO de imediato.

3.7. O extravio, perda ou furto de cheques deverá ser imediatamente comunicado ao BANCO por telefone, e posteriormente confirmado por escrito pelo CLIENTE.

3.8. O BANCO reserva-se o direito de apreciar casuisticamente qualquer pedido que lhe seja dirigido pelo CLIENTE de recusa de pagamento de um cheque antes de decorrido o prazo legal de apresentação a pagamento, com base em existência de justa causa, que deve ser sempre devidamente comprovada pelo CLIENTE.

3.9. Em caso de uso indevido de cheques, e em conformidade com as normas em vigor, o nome do CLIENTE poderá ser incluído na Lista de Utilizadores de Cheques que Oferecem Risco.

4. Remuneração

A eventual remuneração da Conta e a periodicidade do respetivo crédito será estabelecida entre o CLIENTE e o BANCO, nos termos das condições constantes do preçário a cada momento em vigor, disponível em www.abanca.pt.

5. Manutenção da Conta

5.1. A Conta ficará sujeita às comissões de manutenção previstas nas condições particulares e fixadas no preçário do BANCO a cada momento em vigor.

5.2. As comissões referidas no número anterior serão cobradas postecipadamente, por débito da Conta, de acordo com a periodicidade fixada nas Condições Particulares.

5.3. O BANCO poderá proceder por sua iniciativa à alteração da comissão de manutenção, bem como criar ou alterar esta ou outras comissões previstas no preçário, nos termos da lei e de acordo com o previsto nas presentes Condições Gerais, em especial na Cláusula 6 da Secção A.

6. Cancelamento da Conta

6.1. O BANCO poderá a qualquer momento proceder ao cancelamento da Conta, devendo notificar o CLIENTE, por escrito e com 2 (dois) meses de antecedência, para, até ao termo desse prazo, proceder ao levantamento da quantia nela depositada e à devolução de todos os meios de pagamento que se encontrem em seu poder.

6.2. Caso o CLIENTE não proceda ao levantamento dos fundos até ao termo do prazo referido no número anterior, o BANCO reserva-se o direito de lhe devolver o saldo existente, líquido de despesas de manutenção, através de cheque bancário, enviado para a morada de correspondência constante da Ficha de Cliente ou da última atualização da mesma.

6.3. O CLIENTE poderá a qualquer momento proceder ao cancelamento da Conta mediante comunicação escrita enviada ao BANCO com 30 (trinta) dias de antecedência, desde que, até ao termo desse prazo, regularize qualquer saldo negativo eventualmente existente e devolva todos os meios de pagamento que se encontrem em seu poder.

6.4. Após o cancelamento, o BANCO recusará o pagamento de quaisquer cheques ou outros documentos apresentados a pagamento, bem como a utilização de quaisquer meios de pagamento.

Subsecção B3

Ultrapassagens de Crédito Eventuais por Consumidores

1. Ultrapassagens de Crédito

1.1. Se o CLIENTE Consumidor, transmitir, por qualquer meio previsto nas presentes Condições Gerais, ordens de débito ao BANCO, ou se este debitar a Conta para o lançamento a débito de qualquer pagamento no contexto de alguma autorização concedida pelo CLIENTE ao BANCO ao abrigo de produtos e serviços por este disponibilizados, sem que a mesma se encontre devidamente provisionada com saldo suficiente para o efeito, o BANCO poderá, querendo, aceitar debitar estes montantes em descoberto, passando a conta a evidenciar um saldo negativo.

1.2. O disposto no número anterior constitui uma faculdade que assiste ao BANCO e não prejudica a possibilidade de o BANCO, a todo o tempo, poder livremente recusar a execução de quaisquer débitos ou ordens de pagamento a descoberto sobre a Conta, nem a obrigação de o CLIENTE, independentemente de interpelação, regularizar de imediato qualquer descoberto assim

originado.

2. Juros, Comissões e Encargos

2.1. Sobre o saldo negativo a cada momento em dívida incidirão juros até à data em que o mesmo for reposto pelo CLIENTE, sendo esses juros contados dia a dia com base num ano de 360 dias calculados à taxa fixa referida no número seguinte.

2.2. A taxa de juro anual nominal (TAN) aplicável, calculada na data de celebração do presente contrato de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de Junho, e no Decreto-Lei n.º 220/94 de 23 de Agosto, é a indicada nas condições particulares.

2.3. Os juros calculados nos termos dos números anteriores serão pagos mensal e postecipadamente, por débito da Conta.

2.4. A taxa de juro anual nominal (TAN) fixa indicada em 2.2. supra, poderá sofrer alterações em consequência do regime legal ou regulamentar aplicável às ultrapassagens de crédito a cada momento.

2.5. Todos e quaisquer pagamentos parciais efetuados pelo CLIENTE serão imputados, sucessivamente, a despesas, impostos, juros de mora, juros remuneratórios, capital em dívida e comissões.

2.6. Não são cobradas pelo BANCO quaisquer comissões em caso de ultrapassagem de crédito por parte de Cliente(s) que sejam classificados como consumidores nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de Junho.

2.7. Sem prejuízo dos encargos tributários resultantes da utilização do crédito indicados no Preçário do BANCO, os quais serão da conta do CLIENTE, não serão aplicáveis quaisquer encargos adicionais às ultrapassagens de crédito.

2.8. Eventuais alterações à TAN não decorrentes de alterações do regime legal e aos encargos aplicáveis serão comunicadas por escrito ao CLIENTE informando-o sobre: i) os motivos subjacentes à alteração, ii) a nova taxa de juro nominal aplicável ou a alteração aos encargos, iii) a data de produção de efeitos da alteração e, iv) o direito de o CLIENTE resolver as presentes Condições Gerais no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data daquela comunicação, enviando para o efeito notificação por escrito ao BANCO.

2.9. Caso o CLIENTE não resolva o presente Contrato nos termos previstos nos números anteriores, as alterações em causa passam a vigorar a partir do primeiro dia útil do mês civil imediatamente seguinte àquele em que haja terminado o prazo para o CLIENTE exercer o direito de resolver o presente contrato, se aquele se tratar de sábado, domingo ou feriado.

2.10. As alterações à TAN referidas nos pontos 2.4 e 2.8 *supra* e aos encargos aplicáveis serão revertidas quando e na medida em que deixem de se verificar os factos que lhes deram causa, passando as novas condições a vigorar a partir do mês imediatamente seguinte àquele em que tenham cessado aqueles factos.

3. Ultrapassagem Significativa

Caso a ultrapassagem de crédito seja significativa e se prolongue por um período superior a 1 mês, o BANCO remeterá imediatamente ao Cliente comunicação escrita informando: i) da ultrapassagem de crédito, ii) do montante excedido, iii) da TAN aplicável e iv) das sanções, encargos e juros de mora aplicáveis.

4. Central responsabilidades de crédito do Banco de Portugal

O CLIENTE toma conhecimento de que o BANCO está obrigado a comunicar ao Banco de Portugal a informação relativa a responsabilidades efetivas ou potenciais ou garantias prestadas decorrentes de operações de crédito, sob qualquer forma ou modalidade, de que sejam beneficiárias pessoas singulares ou coletivas, residentes ou não residentes em território nacional, competindo ao Banco de Portugal efetuar a centralização e divulgação dessa informação no âmbito da Central de Responsabilidades de Crédito.

SECÇÃO C

CONTA MENORES

CONDIÇÕES ESPECIAIS – CONTA DE MENOR

1. Objeto e Âmbito

1.1. As presentes Condições Especiais – Conta de Menor estabelecem os termos e condições aplicáveis ao relacionamento comercial entre o BANCO e o CLIENTE em função da sua

condição de menor.

1.2. As presentes Condições Especiais – Conta de Menor prevalecem sobre o previsto nas presentes Condições Gerais.

2. Movimentação da Conta

2.1. Sem prejuízo das limitações legalmente previstas ou contratualmente acordadas, a Conta poderá ser movimentada individualmente por qualquer legal representante do CLIENTE, presumindo-se, no caso de movimentação por parte de um dos progenitores do CLIENTE, o consentimento do progenitor não interveniente na operação, conforme previsto na lei.

2.2. A Conta apenas poderá ser movimentada a débito por meio de ordens de transferência ou de cartões de débito, não sendo permitida a sua movimentação por qualquer outro meio, designadamente por meio de cheques.

2.3. Depois de completar 16 (dezasais) anos de idade, o CLIENTE poderá movimentar a Conta contanto que tenha:

- (a) sido emancipado pelo casamento; ou
- (b) entregue ao BANCO documento que prove de forma suficiente que o dinheiro depositado na mesma provém exclusivamente de proveitos do seu trabalho.

2.4. Se os progenitores ou legais representantes do CLIENTE declararem por escrito que pretendem que este possa efetuar negócios jurídicos próprios da vida do menor que estejam ao alcance da sua capacidade natural e que só impliquem despesas ou disposições de bens de pequena importância, a partir dos 12 (doze) anos o CLIENTE poderá movimentar a Conta através da utilização de cartão de débito.

2.5. O BANCO poderá recusar legitimamente qualquer movimentação a débito da Conta que resulte em movimentação a crédito em conta da titularidade de qualquer titular do poder paternal sobre o CLIENTE, incluindo dos respetivos progenitores, ainda que por interposta pessoa, sempre que tal informação seja possível de obter na prática, de uma forma legalmente admitida.

3. Operações não permitidas

3.1. O CLIENTE pelo presente reconhece e aceita que o BANCO não realizará quaisquer operações que configurem, nos termos da lei, atos cuja validade dependa de autorização do tribunal em razão da menoridade do CLIENTE, salvo se for entregue ao BANCO documento que prove de forma suficiente aquela autorização.

3.2. Nos termos do disposto no número anterior, e sem prejuízo das demais limitações legais ou contratualmente previstas, não será possível, sem autorização do tribunal:

- (a) associar à Conta qualquer forma de concessão de crédito (designadamente mútuos, aberturas de crédito, *overdrafts*, cartões de crédito ou quaisquer outras formas de endividamento usadas no comércio bancário);
- (b) dar os montantes depositados na Conta como garantia de qualquer negócio ou contrato;
- (c) associar à Conta obrigações cambiárias resultantes de qualquer título transmissível por endosso; ou
- (d) acrescentar novos titulares à Conta ou atribuir a terceiros quaisquer direitos sobre os valores depositados na Conta.

3.3. Os representantes do CLIENTE reconhecem, em nome próprio, que não competirá ao BANCO a monitorização da proveniência dos montantes a creditar na Conta ou a existência de acordos celebrados com terceiros relativamente à mesma, pelo que assumem total e exclusiva responsabilidade pelo cumprimento do disposto nos números anteriores.

4. Aplicações Financeiras

4.1. As partes acordam desde já que apenas poderão ser efetuadas aplicações financeiras em produtos financeiros sob a forma de depósito a prazo.

4.2. Os resultados de qualquer aplicação financeira efetuada por intermédio do BANCO nos termos desta cláusula terão obrigatoriamente de ser creditados na Conta.

5. Responsabilidade do BANCO

5.1. O BANCO não será responsável por quaisquer prejuízos ou danos, de qualquer natureza, sofridos pelo CLIENTE ou por terceiros, em resultado da realização ou da não realização de qualquer operação que contrarie qualquer norma legal ou qualquer estipulação contratual acordada entre as partes, salvo e

até ao limite em que tais prejuízos ou danos resultem de dolo ou negligência grave do BANCO.

5.2. O BANCO poderá recusar legitimamente a realização de qualquer operação que contrarie qualquer norma legal ou qualquer estipulação contratual acordada entre as partes, designadamente as previstas nas presentes Condições Especiais – Conta de Menor.

6. Disposições Finais

6.1. Sem prejuízo do disposto da Secção A das Condições Gerais relativamente às alterações às mesmas (alterações essas que serão também aplicáveis às contas regidas pelas presentes Condições Especiais – Conta de Menor, sem prejuízo da prevalência destas últimas em caso de conflito, conforme previsto na Cláusula 1.2.) as presentes Condições Especiais – Conta de Menor apenas poderão ser alteradas mediante acordo expresso, prévio e por escrito de todas as partes.

6.2. O CLIENTE é responsável por todas as despesas, encargos, taxas e impostos resultantes das presentes Condições Especiais – Conta de Menor e da sua celebração e execução, conforme indicados no Preçário do BANCO, disponível em www.abanca.pt.

SECÇÃO D SERVIÇOS MÍNIMOS BANCÁRIOS

1. Objeto e condições de acesso

1.1. Às matérias não reguladas nesta Secção D, aplicam-se supletivamente as disposições das Secções A, B, e J.

1.2. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a presente Secção estabelece os termos e condições gerais aplicáveis à contratação dos seguintes serviços e produtos disponibilizados pelo BANCO:

- (a) Abertura e movimentação da Conta;
- (b) Adesão e utilização do Serviço de Banca à Distância; e
- (c) Os Serviços de Pagamento prestados pelo BANCO.

1.3. A contratação da conta de depósito à ordem de serviços mínimos bancários inclui i) os serviços relativos à constituição, manutenção, gestão e titularidade de conta de depósito à ordem; ii) titularidade de cartão de débito; iii) acesso à movimentação da conta através de caixas automáticas, serviço de *homebanking* (Serviço de Banca à Distância) e balcões do BANCO; iv) Operações incluídas: depósitos, levantamentos, pagamento de bens e serviços, débitos diretos e transferências, incluindo ordens permanentes, no interior da União Europeia.

1.4. A contratação da conta de depósito à ordem de serviços mínimos bancários e os serviços associados reger-se-á adicionalmente pelo previsto no Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, na sua redação atual, assim como na demais legislação aplicável, e, quando existam, por quaisquer condições particulares e/ou estipulações adicionais escritas acordadas com o CLIENTE, as quais prevalecerão sobre o previsto nas presentes Condições Gerais, aplicando-se, no omissio, os usos bancários e a legislação geral sobre a matéria.

1.5. A celebração do presente contrato depende da subscrição pelo CLIENTE de uma declaração da qual conste que não é titular de qualquer conta de depósitos à ordem noutra instituição de crédito, sem prejuízo do disposto no 1.7. infra.

1.6. A não prestação da declaração prevista no número anterior obsta à celebração ou entrada em vigor do presente contrato.

1.7. A pessoa singular que seja titular de outra conta de depósito pode aceder aos serviços mínimos bancários desde que um dos titulares da Conta de serviços mínimos bancários seja uma pessoa singular com mais de 65 anos ou dependente de terceiros (pessoa com um grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, igual ou superior a 60%).

1.8. A pessoa singular, que seja titular de uma conta de serviços mínimos bancários com uma pessoa singular com mais de 65 anos ou dependente de terceiros, pode aceder individualmente à conta de serviços mínimos bancários.

1.9. Pode ainda aceder à Conta de serviços mínimos bancários a pessoa singular que seja titular de outra conta de depósito à ordem, no BANCO ou noutra instituição de crédito, e que requeira ao BANCO a conversão dessa conta de depósito à ordem em

Conta de serviços mínimos bancários, ou que declare que foi notificado de que a sua conta de pagamento irá ser encerrada.

1.10. A conversão poderá concretizar-se através:

1.10.1. Do encerramento da conta de depósitos à ordem domiciliada em outra instituição de crédito e abertura de Conta de serviços mínimos bancários junto do BANCO, mediante celebração do respetivo contrato de depósito à ordem; ou,

1.10.2. Da conversão direta da conta de depósito à ordem em Conta de serviços mínimos bancários, mediante celebração de aditamento ao contrato de depósito à ordem já existente no BANCO.

1.11. A conversão de conta de depósito à ordem em Conta de serviços mínimos bancários não acarreta custos para os respetivos titulares.

1.12. Para todos os efeitos legais, o CLIENTE declara ter tomado conhecimento da Ficha de Informação Normalizada, que lhe foi disponibilizada pelo BANCO.

2. Recusa legítima

2.1. O BANCO pode recusar a abertura de Conta de Serviços Mínimos Bancários se:

2.1.1. À data do pedido de abertura da Conta, o titular for titular de uma ou mais contas de depósito à ordem em instituição de crédito, com exceção dos casos previstos no número 1.7 e 1.8 da presente Secção.

2.1.2. O CLIENTE recusar a emissão da declaração prevista no número 1.5 da presente secção.

3. Contratação de Outros Produtos e/ou Serviços

3.1. O CLIENTE que aceda aos serviços mínimos bancários pode contratar outros produtos ou serviços bancários para além dos elencados na Cláusula 1.3 supra, que sejam disponibilizados pelo BANCO, nomeadamente depósitos a prazo, produtos de crédito e outros, aplicando-se neste caso o disposto nas condições particulares e/ou estipulações adicionais aplicáveis acordadas com o CLIENTE e/ou contratos de crédito celebrados com o CLIENTE,

3.2. A contratação por parte do CLIENTE de outros produtos e/ou serviços nos termos supra previstos fica sujeita ao pagamento das comissões, despesas e encargos aplicáveis, previstos no preçário do BANCO, a cada momento em vigor, disponível em www.abanca.pt.

4. Taxas de Juro, Comissões e outros Encargos

4.1. Pelos serviços referidos na Cláusula 1.3 da presente Secção não podem ser cobradas comissões, despesas ou outros encargos que, anualmente, ou no seu conjunto, representem valor superior ou equivalente a 1% (um por cento) do indexante dos apoios sociais.

4.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1 supra, o CLIENTE da conta suportará os custos normalmente praticados pelo BANCO pela emissão do cartão de débito, caso venha a solicitar a substituição deste cartão antes de decorridos 18 (dezoito) meses sobre a data da respetiva emissão, salvo se a sua validade for inferior a este prazo ou a causa de substituição for imputável ao BANCO.

4.3. Cada produto e serviço disponibilizado nos termos previstos na Cláusula 3 da presente Secção, bem como a respetiva contratação, encontra-se sujeito aos impostos e taxas legalmente aplicáveis e, bem assim, às comissões, taxas e tarifas estabelecidas de acordo com o preçário do BANCO, disponível em www.abanca.pt a cada momento em vigor.

4.4. O pagamento dos encargos mencionados nos números anteriores é da responsabilidade do CLIENTE e, salvo acordo em contrário, processar-se-á por débito da Conta, obrigando-se o CLIENTE a provisioná-la devida e atempadamente para o efeito.

4.5. Sem prejuízo do acordo em contrário, o BANCO fica autorizado a efetuar o débito na Conta nos termos do número anterior.

5. Resolução da conta de serviços mínimos bancários

5.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10. da Secção A das presentes Condições Gerais, o BANCO pode ainda resolver a Conta de Serviços Mínimos Bancários quando:

5.1.1. O CLIENTE utilizou deliberadamente a conta para fins contrários à lei;

5.1.2. O CLIENTE não realizou operações de pagamento durante, pelo menos, 24 meses consecutivos;

5.1.3. O CLIENTE prestou informações incorretas para obter a

Conta de serviços mínimos bancários, quando não preenchia os requisitos de acesso à mesma;

5.1.4. O CLIENTE deixou de ser residente legal na União Europeia, não se tratando de um consumidor sem domicílio ou requerente de asilo ao abrigo da Convenção de Genebra de 28 de Julho de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados e do respetivo Protocolo de 31 de janeiro de 1967, bem como de outros tratados internacionais pertinentes;

5.2. O BANCO poderá igualmente resolver a Conta de Serviços Mínimos Bancários verificando-se, no decorrer da vigência do contrato, que o CLIENTE possui uma outra conta de depósito à ordem em instituição de crédito (salvaguardando-se as situações previstas em 1.7 da presente Secção, em que um dos titulares da conta de serviços mínimos bancários seja uma pessoa singular com mais de 65 anos ou dependente de terceiros (pessoa com um grau de invalidez permanente, devidamente comprovado pela entidade competente, igual ou superior a 60%) ou que é titular de um cartão de débito ou crédito associado a outra conta de depósito à ordem emitidos por outra instituição.

5.3. A resolução prevista nos números 5.1.1 e 5.1.3 anteriores, opera automática e imediatamente na data da receção, por parte do CLIENTE, de comunicação para o efeito remetida pelo BANCO e implica a aplicação das consequências previstas na Cláusula 9.5 da Secção A.

5.4. A resolução prevista nos números 5.1.2, 5.1.4 e 5.2 anteriores será comunicada ao CLIENTE com uma antecedência de 60 dias face à data de produção de efeitos da mesma, através de comunicação dirigida pelo BANCO ao CLIENTE para esse efeito e implica a aplicação das consequências previstas na Cláusula 9.5 da Secção A.

5.5. Com exceção dos casos previstos no número 5.1.2 anterior, o BANCO poderá exigir ao CLIENTE o pagamento da diferença entre as comissões, despesas ou outros encargos habitualmente associados à prestação dos serviços previstos na Conta de serviços mínimos bancários, e as comissões, despesas ou outros encargos suportados pelo Cliente pelos serviços entretanto disponibilizados.

6. Facilidades de descoberto e Ultrapassagens de crédito

Nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 27-C/2000, de 10 de março, na sua redação atual, assim como na demais legislação aplicável, a conta de serviços mínimos bancários não pode ter associada quaisquer facilidades de descoberto, nem serão permitidas ultrapassagens de crédito, com exceção das ultrapassagens de crédito resultantes de operações de pagamento realizadas com cartão de débito.

7. Serviços de pagamento prestados pelo BANCO no âmbito da conta de serviços mínimos bancários

7.1. Sem prejuízo da aplicação da Secção J, o BANCO presta aos seus CLIENTES os seguintes serviços de pagamento no âmbito da conta de serviços mínimos bancários:

- Depósito de valores e levantamento de numerário;
- Transferências intrabancárias, transferências efetuadas através de caixas automáticas, e vinte e quatro transferências interbancárias, por cada ano civil, efetuadas através do Serviço de Banca à Distância;
- Débitos diretos;
- Operações de pagamento através de cartão de débito ou dispositivo semelhante;
- Pagamento de bens e serviços;
- Ordens de domiciliação.

7.2. Os serviços de pagamento não abrangidos pela Conta de Serviços Mínimos Bancários têm o custo associado estabelecido no preçário do BANCO, disponível em www.abanca.pt a cada momento em vigor.

SECÇÃO E CONDIÇÕES GERAIS DO SERVIÇO DE INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

1. Âmbito

1.1. A presente Secção estabelece as condições gerais aplicáveis aos Serviços de Intermediação Financeira prestados pelo BANCO ao CLIENTE, sem prejuízo das condições especificamente aplicáveis no âmbito da contratação de cada produto ou serviço de investimento concreto, conforme disposto

nas Secções seguintes, consoante as atividades de Intermediação Financeira.

1.2. Para efeitos das presentes condições gerais são, em especial, atividades de Intermediação Financeira:

1.2.1. Receção e Transmissão de Ordens;

1.2.2. Execução de ordens;

1.2.3. Custódia;

1.2.4. Consultoria para o Investimento (não independente);

1.2.5. Gestão de Carteiras, sempre que mediante solicitação do CLIENTE o BANCO aceitar prestar esse serviço, o qual será objeto de regulamentação específica em contrato autónomo.

2. Aspetos Gerais

2.1. O BANCO implementou e cumpre uma política de conflito de interesses, atentas as regras legais e regulamentares em vigor, visando garantir a adequada proteção e tutela dos interesses do CLIENTE, a qual se encontra disponível e pode ser consultada na rede de agências ou em www.abanca.pt podendo ainda ser enviada ao CLIENTE, a pedido deste, por qualquer uma das vias acordadas com o CLIENTE.

2.2. O BANCO implementou e cumpre uma política de gestão de ordens de clientes, tendo em vista assegurar a execução tempestiva, exata e célere das ordens recebidas, relativamente a ordens de outros clientes ou aos interesses próprios do BANCO. O CLIENTE pode consultar a política de gestão de ordens de clientes a qualquer momento na rede de agências ou em www.abanca.pt ou solicitar expressamente ao BANCO o seu envio pelos meios definidos com o CLIENTE.

2.3. O BANCO implementou e cumpre uma política de execução de ordens, atentas as regras legais e regulamentares em vigor, que disponibiliza no momento de abertura de conta aos seus clientes, sendo que qualquer ordem que seja transmitida através do BANCO será processada de acordo com as regras nela estabelecidas. O CLIENTE pode consultar a política de execução de ordens a qualquer momento na rede de agências ou em www.abanca.pt ou solicitar expressamente ao BANCO o seu envio pelos meios definidos com o CLIENTE. A política de execução de ordens será revista anualmente, estando a versão mais atualizada disponível a todo o tempo para consulta, podendo igualmente ser enviada ao CLIENTE, a pedido.

2.4. No início da relação contratual com o BANCO, sempre que tal lhe seja solicitado, e sempre que haja alterações relevantes, o CLIENTE deve prestar toda a informação necessária solicitada pelo BANCO.

2.5. O BANCO poderá recusar a prestação do serviço de Intermediação Financeira em causa sempre que entenda não dispor da informação necessária para determinar a adequação da operação considerada às circunstâncias do CLIENTE e do seu património financeiro e investimentos ou nos demais casos previstos na lei.

2.6. O BANCO deverá reunir a informação necessária por parte do CLIENTE que lhe permita disponibilizar o produto ou serviço de investimento em causa, nos termos da legislação aplicável. Para este efeito, o CLIENTE obriga-se a fornecer informação verdadeira, completa e atual ao BANCO, expressamente reconhecendo e aceitando que o BANCO se baseará, para todos os efeitos relevantes, na informação assim prestada, a menos que seja notória a incorreção da mesma.

2.7. O CLIENTE autoriza expressamente que o BANCO disponibilize a informação que lhe é dirigida em papel ou noutro suporte duradouro distinto de papel. Para tanto, o BANCO poderá utilizar meios de transmissão de informação que permitam ao CLIENTE armazenar a informação em causa e recuperá-la durante um período de tempo adequado aos fins a que a informação se destina e que permita a sua reprodução de forma inalterada. O BANCO poderá disponibilizar ao CLIENTE a informação exigida de acordo com as normas aplicáveis à prestação de serviços e produtos de investimento através de comunicações eletrónicas, de acordo com os procedimentos de correspondência eletrónica disponibilizados pelo BANCO a cada momento aos seus clientes.

2.8. Sem prejuízo do que antecede, o BANCO (assim como qualquer entidade terceira relacionada com a prestação ou

contratação se produtos e serviços de investimento) fica assim autorizado a realizar as comunicações e a enviar a informação relativa aos mencionados produtos e serviços através do serviço de banca eletrónica (e-correspondência), quando o CLIENTE o tenha contratado, ou através de correio normal. O endereço eletrónico referente à e-correspondência será prioritário, relativamente ao correio postal, entendendo-se nessas situações que o CLIENTE tem a obrigação de consultar a sua caixa de mensagens com frequência, pelo menos uma vez por semana. O CLIENTE poderá solicitar a qualquer momento cópias em papel em qualquer balcão do BANCO. Da mesma forma, o BANCO poderá disponibilizar informação aos CLIENTES através do seu endereço de correio eletrónico, sempre que o CLIENTE tenha indicado esse meio de contacto na Ficha de Cliente, ainda que em determinadas situações se possa solicitar ao CLIENTE a confirmação da receção de determinada informação através de envio de resposta à mensagem recebida, ou de chamada gravada.

2.9. As ordens para execução de operações e os contratos de gestão de carteira cuja emissão ou conclusão por um CLIENTE não profissional tenha tido lugar fora do estabelecimento do BANCO, sem anterior relação de clientela e sem solicitação do CLIENTE, só produzem efeito três dias úteis após a declaração negocial do CLIENTE.

3. Associação de Contas

3.1. A prestação, pelo BANCO, dos serviços de Intermediação Financeira, conforme disposto nas Secções seguintes, depende da prévia abertura e titularidade, pelo CLIENTE, da Conta, da Conta de Títulos e, se aplicável, dos contratos relativos a participações e ações em instituições de investimento coletivo.

3.2. Mediante solicitação do CLIENTE, ou por iniciativa do BANCO, poderão ser associadas à Conta uma ou mais subcontas ou contratos relativos a participações e ações em instituições de investimento coletivo, às quais estarão associadas uma ou mais Contas de Títulos ou contratos anteriormente referidos, caso tal se mostre necessário em virtude do tipo e/ou categoria e/ou divisa dos Instrumentos Financeiros a adquirir, manter, vender, registar ou depositar, ou dos sistemas de liquidação e compensação aplicáveis

3.3. Para efetuar a subscrição ou resgate de unidades de participação em instituições de investimento coletivo, o CLIENTE pelas presentes autoriza o BANCO a subscrever para si as ações ou participações que aquele lhe indique. Para esta finalidade o BANCO, atuando por conta do CLIENTE, processará as ordens relevantes através da Imantia Capital, SGFIIC, SA, ou dos intermediários (plataformas de fundos ou entidades de compensação), que por sua vez as transmitirão às entidades gestoras competentes, tendo em vista a sua execução. Tanto na subscrição como no resgate de participações e ações em instituições de investimento coletivo aplicar-se-ão as regras de avaliação e o valor de liquidação determinado de acordo com os documentos relevantes das instituições de investimento coletivo em causa.

4. Classificação do CLIENTE

4.1. O BANCO, enquanto entidade prestadora de serviços de investimento, procederá à classificação dos clientes a quem preste serviços dessa natureza. A classificação inicial que será efetuada pelo BANCO reflete o nível de conhecimentos e experiência do CLIENTE relativamente aos serviços de investimento que pretende contratar.

O BANCO comunicará ao CLIENTE, por escrito, a classificação que lhe seja atribuída, bem como, se aplicável, o direito que lhe assiste de solicitar a alteração dessa classificação, bem como as possíveis consequências inerentes à classificação solicitada, nomeadamente no que diz respeito ao nível de proteção lhe será concedido pelo BANCO.

Existem três categorias possíveis de Clientes: Cliente Não Profissional, Cliente Profissional e Contraparte Elegível:

- *Cliente Não Profissional* (Proteção Máxima):

O CLIENTE sem ou com menor experiência e conhecimentos para tomar as suas próprias decisões de investimento e para avaliar os riscos envolvidos e que não seja classificado como

cliente profissional ou contraparte elegível.

- *Cliente Profissional* (Proteção intermédia):

O CLIENTE que disponha dos conhecimentos e experiência necessários para tomar as suas próprias decisões de investimento e que não seja classificado como contraparte elegível por força da lei.

Serão, nomeadamente considerados Clientes Profissionais, entre outros, os seguintes:

- As grandes empresas que, de acordo com as suas últimas contas individuais, cumpram pelo menos dois dos seguintes requisitos:

- i) Capital próprio de 2 (dois) milhões de euros;
- ii) Ativo total de 20 (vinte) milhões de euros;
- iii) Volume de negócios líquido de 40 (quarenta) milhões de euros.

- Governos e organismos públicos de âmbito regional.

- *Contrapartes Elegíveis* (Proteção básica):

De entre os clientes Profissionais, poderão ser considerados Contrapartes Elegíveis relativamente aos serviços de investimento de receção e transmissão de ordens (RTO) e de execução de ordens que lhe são prestados pelo BANCO, os CLIENTES que, pela sua natureza, têm necessariamente capacidade para tomar decisões de investimento.

São Contrapartes Elegíveis:

- a) Instituições de crédito, Empresas de investimento; Empresas de seguros; Instituições de investimento coletivo e respetivas sociedades gestoras; Fundos de pensões e respetivas sociedades gestoras;
- b) Outras instituições financeiras autorizadas ou reguladas, designadamente fundos de titularização de créditos, respetivas sociedades gestoras e demais sociedades financeiras previstas na lei, sociedades de titularização de créditos, sociedades de capital de risco, fundos de capital de risco e respetivas sociedades gestoras;
- c) Instituições financeiras de Estados que não sejam membros da União Europeia que exerçam atividades semelhantes às referidas nas alíneas anteriores;
- d) Bancos centrais e organismos públicos a nível nacional que administram a dívida pública ou que gerem fundos destinados ao financiamento de sistemas de segurança social ou de regimes de pensões de reforma ou de proteção de trabalhadores, instituições supranacionais ou internacionais, designadamente o Banco Central Europeu, o Banco Europeu de Investimento, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial;

4.2. Consequências da classificação atribuída a um CLIENTE: A classificação atribuída a um cliente de acordo com os critérios indicados determina o grau de proteção que lhe é concedido, de forma a que as medidas de proteção sejam adequadas aos seus conhecimentos e experiência em matéria de investimentos.

- *Clientes Não Profissionais:* gozam da máxima proteção relativamente a todos os aspetos da legislação aplicável: avaliação da adequação, avaliação do perfil de risco e da capacidade para suportar perdas, informação a clientes, gestão de ordens, melhor execução, conflitos de interesses e política de benefícios recebidos pelo BANCO.

- *Clientes Profissionais:* gozam de menor proteção em comparação com os Clientes Não Profissionais, por se pressupor que dispõem de conhecimento suficiente dos mercados financeiros para tomar as suas próprias decisões de investimento. Não se efetua a estes clientes a avaliação de conhecimentos e experiência, sendo efetuada uma limitada avaliação do perfil de risco e objetivos de investimento, e menor o grau de informação colocada à sua disposição.

- *Contrapartes Elegíveis:* beneficiam do grau de proteção mais baixo, não se efetuando qualquer avaliação dos seus conhecimentos e experiência, nem os trâmites relativos a melhor execução de ordens de clientes. De igual forma, é limitada a avaliação do seu perfil de risco, a sua proteção em sede de gestão de ordens de clientes, bem como no que diz respeito à informação colocada à sua disposição.

4.3. Direito a solicitar a alteração da classificação atribuída: O CLIENTE dispõe, de acordo com a lei aplicável, do direito de solicitar a alteração da sua classificação em determinadas situações, assumindo as possíveis consequências que possam

advir dessa alteração, no que diz respeito ao nível de proteção concedido pelo BANCO.

O BANCO admite as seguintes possíveis alterações de classificação:

- *Clientes Não Profissionais:* poderão solicitar o tratamento como Clientes Profissionais, declarando expressamente para o efeito cumprir pelo menos dois dos três requisitos exigidos para que o BANCO possa permitir a alteração de classificação, sendo ainda exigida, a junção de documentação que comprove aquele cumprimento.

- *Clientes Profissionais:* poderão solicitar o tratamento como clientes Não profissionais.

- *Contrapartes Elegíveis:* poderão solicitar o tratamento como Clientes Profissionais ou Não Profissionais.

Para solicitar a alteração de classificação, o CLIENTE deverá submeter ao BANCO um pedido de alteração de classificação devidamente preenchido e assinado, através dos Balcões. O impresso relevante será disponibilizado através da rede de balcões do BANCO e através da página oficial do BANCO em www.abanca.pt.

A eventual aceitação ou recusa do pedido de alteração de classificação por parte do BANCO dependerá da satisfação por parte do CLIENTE das exigências legais aplicáveis a cada momento para que se possa validamente proceder à reclassificação.

O pedido de alteração da classificação de Cliente Profissional para Não Profissional assim como de Contrapartes Elegíveis para Cliente Profissional ou Não Profissional será efetivo desde o momento em que for solicitado.

No que diz respeito ao pedido de alteração da classificação de Cliente Não Profissional para Profissional, o CLIENTE deve solicitar o pedido de alteração de categoria por escrito.

O BANCO deve solicitar ao CLIENTE todas as informações e dados que considere relevantes e indispensáveis para proceder à avaliação da adequação de alteração de categoria.

O BANCO tem a obrigação de proceder à avaliação dos conhecimentos e experiência do cliente que solicite a alteração de categoria, de forma a garantir que o cliente tem a capacidade para tomar as suas próprias decisões de investimento e para avaliar os riscos envolvidos nos serviços e instrumentos financeiros e operações que vai contratar. O CLIENTE deverá satisfazer, pelo menos, 2 (dois) dos 3 (três) seguintes requisitos:

- a) Ter efetuado operações com um volume significativo no mercado relevante, com uma frequência média de 10 (dez) operações por trimestre, durante os últimos 4 (quatro) trimestres;
- b) Dispor de uma carteira de instrumentos financeiros, incluindo também depósitos em numerário, que exceda (euro) 500.000,00;
- c) Prestar ou ter prestado funções no setor financeiro, durante, pelo menos, um ano, em cargo que exija conhecimento dos serviços ou operações em causa.

Realizada a avaliação, o BANCO informa o CLIENTE, por escrito, dentro do prazo máximo que estiver estabelecido no documento referente à solicitação de alteração de categoria, do deferimento ou indeferimento do pedido.

Caso o pedido tenha sido deferido, da comunicação ao CLIENTE deve constar as consequências que resultam da alteração de categoria, deixando claro de que implica uma redução na proteção conferida.

Recebida a comunicação, o CLIENTE deve informar o BANCO, por escrito que se encontra ciente das consequências que decorrem da alteração de categoria.

5. Obrigações do BANCO

5.1. O BANCO deverá cumprir todas as obrigações legalmente impostas às entidades que prestam serviços de intermediação financeira sobre instrumentos financeiros, nomeadamente:

- (a) Receber e guardar em depósito os Valores Mobiliários (para efeitos desta secção também designados por “Instrumentos Financeiros”) que lhe forem confiados pelo CLIENTE, devendo proceder a todos os registos nos termos das normas aplicáveis;
- (b) Desenvolver as operações administrativas usuais relativas aos Instrumentos Financeiros registados ou depositados, sem necessitar para isso de quaisquer instruções especiais por parte do CLIENTE, até ao limite em que não incorra em

responsabilidades perante terceiros, considerando-se como usuais as seguintes operações:

- (i) cobrança de cupões vencidos, juros e dividendos produzidos pelos Instrumentos Financeiros;
- (ii) exercício dos direitos inerentes aos Instrumentos Financeiros, nomeadamente no que respeita a conversões, remissões, apresentação a pagamento na data do vencimento, bem como exercício do direito de participar em aumentos de capital por incorporação de reservas, sem, contudo, assumir quaisquer responsabilidades perante terceiros a este respeito;
- (iii) aceitação de novos cupões, e troca de certificados provisórios por títulos definitivos;

(c) Executar, segundo a forma legalmente exigida, todas as ordens dadas pelo CLIENTE relacionadas com os Instrumentos Financeiros registados ou depositados, ou com Instrumentos Financeiros a registar ou depositar, sem prejuízo do disposto na Cláusula 6.6 da presente Secção;

(d) Creditar na Conta os rendimentos gerados pelos Instrumentos Financeiros e cobrados por conta do CLIENTE, bem como os montantes resultantes do resgate parcial ou total de Instrumentos Financeiros ou outras aplicações financeiras detidas pelo CLIENTE, debitados de eventuais comissões e encargos aplicáveis, salvo se instruções em contrário forem oportunamente transmitidas ao BANCO;

(e) Comunicar previamente, e em tempo útil ao CLIENTE, uma estimativa custos e encargos envolvidos na operação, incluindo do montante dos benefícios a receber ou a pagar pelo BANCO a que haja lugar, nos termos legalmente exigidos;

(f) Enviar ao CLIENTE extratos ou relatórios na periodicidade legal ou contratualmente fixada, refletindo os movimentos efetuados e o saldo apurado no final do período, devendo ainda enviar os elementos necessários para o atempado cumprimento das obrigações fiscais do CLIENTE e outros;

(g) Fornecer ao CLIENTE, pelo menos numa base anual ou juntamente com os extratos periódicos aplicáveis, informação sobre os custos e encargos incorridos pelo CLIENTE, incluindo os correspondentes a benefícios pagos ou recebidos pelo BANCO a/ou de terceiros.

(h) Emitir, a pedido de quem tenha a legitimidade para requerer o registo em conta dos Instrumentos Financeiros, certificados representativos das situações jurídicas registadas na Conta de Títulos;

(i) Manter os documentos de suporte dos registos em arquivo, pelo tempo legalmente exigido, por forma a possibilitar a reconstituição dos registos em caso de perda ou destruição dos mesmos;

(i) Prestar ao CLIENTE, em função do concreto serviço ou produto considerado, e do nível de conhecimentos do CLIENTE em questão, todas as informações legal ou contratualmente exigidas para uma tomada de decisão esclarecida e fundamentada execução e resultados das operações solicitadas; e

(ii) ocorrência de dificuldades especiais ou inviabilidade de execução de operações solicitadas.

5.2. Caso o serviço de investimento seja proposto ou prestado conjuntamente com outro serviço ou produto, como parte de um único pacote ou como condição para a prestação de um serviço ou aquisição de um produto (vendas cruzadas), o BANCO informará o CLIENTE sobre a possibilidade de adquirir os diferentes componentes em separado bem como a informação separada sobre os custos e comissões inerentes a cada componente; e fornecerá uma descrição adequada dos diferentes componentes e do modo como a sua interação altera os riscos de cada uma, caso os riscos decorrentes dos serviços prestados conjuntamente ou do pacote comercializados junto de um CLIENTE não profissional sejam suscetíveis de ser diferentes dos riscos decorrentes da cada componente em separado.

5.3. A informação sobre o preçário a cada momento em vigor é disponibilizada pelos mesmos canais disponibilizados ao CLIENTE para o exercício das atividades de Intermediação Financeira, incluindo através do sitio web e das agências, devendo o CLIENTE proceder à sua consulta sempre que

pretenda obter informação atualizada acerca do preçário.

6. Direitos do BANCO

6.1. O BANCO fica autorizado nos termos das ordens que o CLIENTE emitir e lhe transmitir válida e eficazmente, a debitar a Conta, para proceder à constituição de aplicações financeiras e ao pagamento das comissões e encargos aplicáveis a cada momento.

6.2. O CLIENTE assume total responsabilidade pelas operações solicitadas ao BANCO em virtude da execução de ordens, comprometendo-se a proceder à regularização imediata de eventuais descobertos em Conta, nos termos previstos nas presentes Condições Gerais.

6.3. Por forma a garantir o pagamento de quaisquer encargos, comissões, despesas, taxas ou outros montantes devidos pelo CLIENTE ao BANCO em resultado da execução de operações previstas nas presentes Condições Gerais, e sem prejuízo de outros direitos que resultem da lei ou das presentes Condições Gerais, o BANCO poderá exercer direito de retenção sobre os Instrumentos Financeiros e aplicações financeiras ou outros valores registados ou depositados nas Contas e nas Contas de Títulos.

6.4. Caso a Conta não se encontre provisionada com saldo suficiente para liquidação de quaisquer quantias devidas pelo CLIENTE e este não proceda ao respetivo provisionamento no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar de notificação para o efeito remetida pelo BANCO, poderá este, para efeitos de obtenção dos fundos necessários à liquidação dessas quantias, e sem prejuízo do disposto no número anterior, alienar os Instrumentos Financeiros registados ou depositados pelo CLIENTE, o qual desde já autoriza expressa e irrevogavelmente o BANCO a proceder a tal alienação em seu nome e representação.

6.5. Em qualquer alienação de Instrumentos Financeiros efetuada pelo BANCO ao abrigo do disposto no número anterior serão observados os seguintes princípios e critérios:

(a) O BANCO deverá atuar por forma a evitar ou a reduzir ao mínimo o risco de conflito de interesses;

(b) A alienação deverá ser realizada às melhores condições de mercado; e

(c) A alienação de Instrumentos Financeiros deverá ser concretizada de acordo com o estabelecido nas políticas de gestão e de execução de ordens e com as especificidades do instrumento em causa.

6.6. O BANCO recusar-se-á a aceitar uma ordem dada pelo CLIENTE em todos os casos legalmente admitidos, designadamente sempre que:

(a) O CLIENTE não lhe forneça todos os elementos necessários à sua boa execução;

(b) For evidente que a operação contraria os interesses do CLIENTE, salvo se este confirmar a ordem por escrito;

(c) O BANCO não estiver em condições de fornecer ao CLIENTE toda a informação exigida para a execução da ordem;

(d) O CLIENTE não prestar a caução exigida por lei para a realização da operação;

(e) Não seja permitido ao CLIENTE a aceitação de oferta pública.

6.7. O BANCO poderá ainda recusar-se a aceitar uma ordem dada pelo CLIENTE em todos os casos legalmente admitidos, e, nomeadamente, caso este:

(a) Não faça prova da disponibilidade dos Instrumentos Financeiros que pretende alienar e/ou onerar;

(b) Não tenha promovido o bloqueio dos Instrumentos Financeiros a alienar, quando tal lhe seja exigido pelo BANCO;

(c) Não ponha à disposição do BANCO o montante ou os valores necessários à liquidação da operação em causa;

(d) Não confirme a ordem por escrito quando tal lhe seja exigido pelo BANCO; ou

(e) Expressamente recuse a gravação de chamadas, caso a operação seja realizada através desse meio.

6.8. A recusa de aceitação de uma ordem dada pelo CLIENTE ser-lhe-á comunicada pelo BANCO no mais curto período de tempo possível.

7. Cancelamento

7.1. Sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 9. e 10. da Secção A supra, qualquer das partes poderá cancelar a prestação dos serviços abrangidos nesta Secção, desde que o comunique à outra por escrito com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência relativamente à data pretendida.

7.2. Caso o cancelamento seja da iniciativa do CLIENTE, este deverá, com a comunicação de cancelamento:

(a) Ordenar a transferência dos contratos relativos a participações e ações em instituições de investimento coletivo ou dos Instrumentos Financeiros registados/depositados na Conta de Títulos para uma conta junto de outro intermediário financeiro legalmente habilitado a prestar os serviços em causa; ou

(b) Ordenar a alienação dos contratos relativos a participações e ações em instituições de investimento coletivo ou dos Instrumentos Financeiros registados/depositados na Conta de Títulos, devendo o BANCO, após tal alienação, entregar ao CLIENTE o respetivo saldo, líquido de todos os montantes que lhe sejam devidos.

7.3. Caso o cancelamento seja da iniciativa do BANCO, o CLIENTE deverá, dentro do prazo de pré-aviso de cancelamento referido na Cláusula 7.1 supra, ordenar ao BANCO a execução de uma das operações referidas no número anterior, tendo aplicação o aí disposto.

7.4. Caso o CLIENTE não transmita qualquer das instruções referidas nos números 2. e 3. da presente cláusula, nos termos aí indicados, o BANCO reserva-se o direito de proceder à alienação, nos termos previstos na Cláusula 6 da presente Secção, dos contratos relativos a participações e ações em instituições de investimento coletivo ou dos Instrumentos Financeiros registados ou depositados na Conta de Títulos, após o que entregará ao CLIENTE o respetivo saldo, líquido de todos os montantes devidos ao BANCO.

7.5. Após a data de eficácia do cancelamento da prestação dos serviços abrangidos nesta Secção, o BANCO poderá recusar qualquer ordem relativa ao registo/depósito de novos Instrumentos Financeiros.

8. Registo e armazenamento

8.1. As comunicações e operações realizadas por telefone serão objeto de registo fonográfico e as comunicações eletrónicas serão registadas e arquivadas, nos termos legalmente previstos, ficando, desde já, os mesmos autorizados pelo CLIENTE.

9. Alterações às Condições Gerais de Intermediação Financeira

Em derrogação da cláusula 12.2 (Disposições Diversas) da Secção A, relativamente à prestação dos Serviços Bancários, sempre que esteja em causa a prestação de serviços de Intermediação Financeira previstos nesta Secção, o BANCO poderá, a qualquer momento, introduzir alterações nas presentes Secções, devendo dar conhecimento do teor dessas alterações mediante comunicação por qualquer meio enviada ao CLIENTE com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência. Caso não concorde com as alterações introduzidas, poderá o CLIENTE, até à entrada em vigor das alterações em questão, rescindir as presentes Condições Gerais a qualquer momento e sem encargos, devendo observar o disposto na cláusula 7.2 que antecede. Decorrido esse prazo sem que o CLIENTE tenha exercido a faculdade aqui prevista, assumir-se-á o seu assentimento às alterações efetuadas

SECÇÃO F

CONDIÇÕES DO SERVIÇO DE RECEPÇÃO E TRANSMISSÃO DE ORDENS, EXECUÇÃO DE ORDENS E CUSTÓDIA

1. Objeto

A presente Secção estabelece as condições gerais aplicáveis à receção, transmissão e execução, pelo BANCO, de ordens do CLIENTE, bem como de custódia, registo e depósito, as quais prevalecem sobre as demais normas constantes das presentes Condições Gerais em caso de oposição ou contradição com estas.

2. Aspetos Gerais

2.1. O BANCO implementou e cumpre uma política de salvaguarda de activos, a qual se encontra disponível e pode ser consultada na rede de agências ou em www.abanca.pt podendo ainda ser

enviada ao CLIENTE, a pedido deste, por qualquer uma das vias acordadas com o CLIENTE.

2.2. O BANCO não presta qualquer serviço de execução de ordens antes do consentimento expresso pelo CLIENTE.

2.3. Na prestação do serviço de execução estrita de ordens, o BANCO não se encontra obrigado a determinar a adequação da operação nos casos em que:

a) O objeto da operação seja instrumentos financeiros não complexos;

b) O serviço seja prestado por iniciativa do CLIENTE;

c) O CLIENTE tenha sido claramente advertido, por escrito, ainda que de forma padronizada, de que, na prestação deste serviço, o intermediário financeiro não é obrigado a determinar a adequação da operação considerada às circunstâncias do cliente e que, por conseguinte, não beneficia da proteção correspondente a essa avaliação;

d) O BANCO cumpra os deveres relativos a conflitos de interesses; e

e) O BANCO não conceda crédito, incluindo o empréstimo de valores mobiliários, para a realização de operações sobre instrumentos financeiros em que intervenha.

2.4. O CLIENTE reconhece e aceita, ao avançar com a operação, que não beneficia da proteção correspondente à avaliação da adequação da operação.

2.5. O BANCO poderá, ainda que a tal não esteja obrigado, alertar o CLIENTE quando o Instrumento Financeiro não se enquadrar no âmbito dos Conhecimentos e Experiência do CLIENTE.

2.6. Fora dos casos previstos em 2.2. supra, o BANCO irá avaliar a adequação da operação aos conhecimentos e experiência do CLIENTE, e, se o BANCO considerar que, de acordo com a informação fornecida a operação em causa não é adequada, face aos conhecimentos e experiência apurados do CLIENTE, ou que a informação fornecida não é suficiente, ou não permite ao BANCO concluir tal avaliação, advertirá o CLIENTE por escrito desse facto, cumpridos todos os requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

2.7. No caso de recusa por parte do CLIENTE em fornecer a informação necessária, o BANCO adverte o CLIENTE, por escrito, que essa decisão não lhe permite determinar a adequação da operação às circunstâncias do CLIENTE, nos termos previstos na legislação aplicável.

2.8. No âmbito da prestação do serviço de mera receção, transmissão e execução de ordens, e para os efeitos em cima descritos, o BANCO não considerará qualquer outra informação que tenha obtido por parte do CLIENTE fora desse âmbito, designadamente, no âmbito da prestação do serviço de consultoria para investimento ou de gestão de carteiras.

2.9. Em determinadas operações, poderá ser exigido ao CLIENTE que aponha, no próprio documento de contratação de produtos e serviços, e nos termos exigidos legalmente ou por políticas internas do BANCO, determinadas declarações manuscritas. Quando se trate de ordens efetuadas através da banca à distancia ou telefónica, poderá ser solicitado que o CLIENTE tecle ou expresse verbalmente as referidas declarações.

3. Custódia, Registo e Depósito

3.1. O registo e depósito de Instrumentos Financeiros na Conta de Títulos, bem como o registo da transmissão, constituição de ónus ou encargos, ou de quaisquer outras vicissitudes relativas aos mesmos, depende da prévia apresentação, junto do BANCO, de documento comprovativo da existência do direito/facto a registar, exceto nas situações em que tal não for legalmente exigível.

3.2. O BANCO tem estabelecidos procedimentos e medidas internas adequados, tendo em vista assegurar, na medida do possível, a proteção dos ativos de clientes conforme legalmente exigido no que diz respeito à prestação de serviços de registo e depósito de valores por conta de clientes.

3.3. No que diz respeito a Instrumentos Financeiros representados através de registo em conta (valores mobiliários escriturais), o BANCO poderá nomear subdepositários, sempre que considere, a seu critério, que a intervenção daqueles seja conveniente ou necessária para assegurar a custódia e/ou gestão eficaz dos valores relevantes. O BANCO empregará a diligência

devida na nomeação dos subdepositários, considerando a experiência e reputação no mercado das entidades terceiras em causa, bem como qualquer requisito legal relativo à custódia e detenção de valores. O BANCO será responsável perante o CLIENTE pela administração e custódia dos valores depositados. O depósito, custódia e administração de valores poderá ser assegurado pelo BANCO, à sua escolha, por um dos seguintes meios:

- (i) Através da abertura, por parte do BANCO, atuando em nome e por conta do CLIENTE, de uma ou mais contas, individualizadas e em nome do CLIENTE, de depósito, custódia e administração de valores, junto de instituições de crédito internacionais, nas quais ficarão depositados ou registados os Instrumentos Financeiros adquiridos pelo CLIENTE.
- (ii) Através da abertura por parte do BANCO de uma ou mais contas globais em seu nome, junto de instituições de crédito internacionais (podendo por sua vez estas entidades utilizar subdepositários), nas quais serão depositados ou registados em conta os Instrumentos Financeiros que sejam adquiridos pelo CLIENTE, sempre que tal corresponda à prática habitual dos mercados internacionais em que o BANCO opera.
- (iii) Através de uma ou mais contas globais utilizadas pelo subdepositário nomeado pelo BANCO, detidas junto de instituições de crédito internacionais (podendo, por sua vez, estas entidades recorrer a subdepositários), em seu nome, nas quais ficarão depositados ou registados em conta os Instrumentos Financeiros que sejam adquiridos pelo CLIENTE, sempre que a prática usual dos mercados internacionais em que o BANCO opera assim o ditem.

3.4. De acordo com a informação constante do Anexo I, o CLIENTE reconhece que os Instrumentos Financeiros possam ser registados em contas globais (contas "ómnibus"), abertas junto de terceiros em nome do BANCO, ou do subdepositário indicado pelo BANCO, que terão, consoante o caso, a natureza de contas de terceiros. O CLIENTE reconhece assim o risco inerente ao procedimento implementado, considerando que, estando os valores depositados junto de uma entidade em nome de um terceiro, distinto do CLIENTE, na eventualidade de uma insolvência dessa entidade, poderia aplicar-se um tratamento diferenciado no que diz respeito a matérias de propriedade e insolvência, pelo facto de a conta global estar submetida a um ordenamento jurídico de um Estado que não seja Membro da União Europeia, relativamente ao tratamento que seria aplicável caso a legislação aplicável fosse a de um Estado Membro da União Europeia. Consequentemente, poderá dar-se o caso de o CLIENTE não poder dispor temporariamente dos seus valores, até que seja determinada a propriedade dos mesmos.

3.5. O BANCO não procederá ao depósito de valores junto de um terceiro localizado num país que não regule a detenção e custódia de instrumentos financeiros por conta de outrem, a menos que se encontrem verificados os seguintes requisitos:

- (i) A própria natureza dos Instrumentos Financeiros ou dos serviços de investimento relacionados com aqueles instrumentos exija que o depósito seja efetuado junto de um terceiro num país terceiro.
- (ii) Sempre que os Instrumentos Financeiros sejam detidos por conta de um cliente profissional e esse cliente solicite por escrito que aqueles sejam depositados junto de um terceiro em país terceiro.

3.6. Na eventualidade de os valores serem registados em nome do BANCO como parte de um registo global em nome do subdepositário, o BANCO empregará na custódia dos valores a diligência de um gestor sã e prudente, e assegurará a manutenção dos registos internos necessários para que seja possível a todo o momento e sem atraso injustificado determinar a posição de valores e operações em curso do CLIENTE.

3.7. O BANCO e o CLIENTE reconhecem que a utilização de contas globais pode ocasionar a indisponibilidade, desvalorização ou mesmo perda dos instrumentos financeiros detidos pelo CLIENTE, ou dos direitos inerentes a esses Instrumentos Financeiros, em consequência da materialização de riscos específicos, legais ou operacionais, que se indicam no Anexo I.

3.8. O CLIENTE autoriza, de forma expressa, o BANCO a proceder ao subdepósito dos valores referidos nos parágrafos anteriores, bem como, a seu critério, selecionar a entidade subdepositária, bem como a proceder à abertura de contas globais. O BANCO manterá o CLIENTE informado acerca da alteração de subdepositários, bem como da abertura de novas contas individuais e/ou globais. Esta informação poderá ser incluída nas comunicações periódicas enviadas pelo BANCO.

3.9. No caso de IIC estrangeiras, para assegurar que as posições dos investidores são devidamente registadas junto da sociedade gestora relevante, o BANCO enquanto subdistribuidor das IIC estrangeiras referidas celebrou um acordo com a IMANTIA GESTIÓN, S.G.I.I.C., S.A. ("IMANTIA"), enquanto distribuidora daquelas IIC. O CLIENTE autoriza expressamente que as suas posições sejam registadas de forma global, conjuntamente com as de outros investidores, em nome de "IMANTIA POSICIONES DE TERCEROS" ou dos intermediários correspondentes, sempre que se utilizem plataformas de fundos ou entidades de liquidação (atuando a IMANTIA como agente fiduciário) no registo da IIC na sociedade gestora relevante.

O CLIENTE poderá, a qualquer momento, solicitar por escrito ao BANCO que as ações / participações adquiridas através do BANCO sejam registadas de forma individualizada na referida IIC estrangeira em nome do CLIENTE.

O CLIENTE reconhece e aceita expressamente que:

- a) A IMANTIA e o BANCO não serão responsáveis por qualquer atraso ou incidência que possa ocorrer em relação ao registo individualizado das suas participações ou ações, a menos que tal ocorra em resultado de dolo ou negligência grave por parte da IMANTIA e / ou do BANCO no processamento do seu pedido.
- b) A partir do momento em que o CLIENTE solicite o registo individualizado das suas participações ou ações, deixará de poder transmitir através da IMANTIA ou do BANCO qualquer ordem, instrução, pedido ou qualquer outro expediente relacionado com as participações ou ações, devendo a partir desse momento dirigir-se exclusivamente à IIC estrangeira relevante, à sociedade gestora em causa ou ao intermediário que a IMANTIA e/ou o BANCO lhe indiquem.

4. Condições de transmissão de ordens pelo Cliente

4.1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os CLIENTES que sejam investidores não profissionais que transmitam ordens através de qualquer um dos meios previstos no n.º 1 da cláusula 5 infra, têm conhecimento e aceitam que:

- (a) o mercado a que a ordem é dirigida pode ser um mercado regulamentado ou com nível de informação equivalente, ou não regulamentado. No caso de a ordem ser colocada em mercado não regulamentado, o nível de transparência e de proteção dos investidores, nomeadamente sobre a informação financeira das entidades emitentes, é menor do que nos mercados regulamentados, o que pode aumentar o risco para os investidores, conforme informação disponibilizada ao CLIENTE e legislação aplicável.
- (b) na execução da ordem pelo BANCO, este deverá executá-la em mercado, nas melhores condições e da forma mais adequada à satisfação dos interesses do CLIENTE.
- (c) Poderão haver desfazamentos temporais entre a formação dos preços no mercado disponibilizado e a sua divulgação por intermediário financeiro, conforme informação disponibilizada ao CLIENTE aquando da transmissão da ordem ao BANCO.

4.2. O serviço de receção, execução e transmissão de ordens, bem como de registo e depósito de Instrumentos Financeiros não envolve por si só a disponibilização de informação prévia sobre o exercício dos respetivos direitos sociais e patrimoniais inerentes, nem constitui aconselhamento ao investimento ou qualquer outro tipo de assessoria financeira, fiscal, legal ou outra relativamente aos títulos relevantes. O CLIENTE assume perante o BANCO a obrigação de consultar toda a documentação e informação disponíveis a cada momento (incluindo, nomeadamente, Prospetos, avisos difundidos ou outra informação relevante, pelos emitentes respetivos, entidades reguladoras ou por quem represente uns e outros) referentes aos Instrumentos Financeiros

ou aplicações financeiras em que decida investir, assumindo o CLIENTE inteira responsabilidade por se manter informado acerca das características, riscos e alterações ou vicissitudes àqueles relativos. Caso o CLIENTE pretenda obter informações sobre os direitos inerentes deverá solicitar essa informação ao BANCO.

5. Meios de transmissão de ordens pelo Cliente

5.1. O BANCO prestará o serviço de recepção e execução de ordens através dos seguintes canais:

- a) Presencialmente, incluindo junto do CLIENTE ou em qualquer agência, centros de Investimento ou balcão de promotores do BANCO que disponha de pessoas devidamente autorizadas pelo BANCO para a prestação do serviço;
- b) Através de telefone;
- c) Através de pessoas devidamente identificadas e autorizadas para representar o BANCO na prestação do serviço e de acordo com as regras de segurança e validação a cada momento em vigor;
- d) Através do serviço de banca eletrônica, de acordo com as regras de segurança e validação a cada momento em vigor.
- e) Através de qualquer outro canal que possa ser estabelecido pelo BANCO no futuro, de acordo com a Política de Gestão de Ordens a cada momento em vigor.

6. Obrigações do CLIENTE

6.1. Pela prestação dos serviços de custódia, registo e depósito de Instrumentos Financeiros, o CLIENTE deverá:

- (a) Pagar ao BANCO as comissões, bem como as despesas de manutenção da Conta de Títulos, fixadas no preçário do BANCO a cada momento em vigor;
- (b) Fornecer oportuna e corretamente ao BANCO todas as instruções relevantes, bem como facultar atempadamente ao BANCO os montantes necessários para fazer face a quaisquer despesas que possam surgir em resultado da execução de operações solicitadas;
- (c) Manter-se devidamente informado e acompanhar os riscos, alterações e vicissitudes dos seus investimentos, nos termos descritos na cláusula 4.2 supra.
- (d) Confirmar, aquando da sua recepção, o conteúdo dos extratos enviados periodicamente e documentação fornecida pelo BANCO, efetuando as reclamações pertinentes ao BANCO acerca de inexactidões constantes do extrato ou de documentos que reflitam movimentos sobre qualquer Conta, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de recepção da informação, considerando-se, na ausência de reclamação ou observação expressa transmitida ao BANCO nesse período, que o CLIENTE aceita e reconhece a conformidade daquelas operações.
- (e) Informar devidamente os outros titulares, nas contas coletivas de todos os extratos, informações, etc.

SECÇÃO G

CONDIÇÕES DO SERVIÇO DE CONSULTORIA PARA INVESTIMENTO NÃO INDEPENDENTE

1. Objeto

1.1. A presente Secção contém as normas aplicáveis à prestação do serviço de consultoria para investimento pelo BANCO ao CLIENTE, o qual é sempre prestado numa base NÃO INDEPENDENTE, por iniciativa do BANCO ou do CLIENTE, iniciando-se a prestação do serviço com a apresentação de uma proposta de investimento pelo BANCO ao CLIENTE. O BANCO apenas se encontra obrigado a proceder ao acompanhamento da carteira e a apresentar ao CLIENTE, pelo menos, uma proposta, numa periodicidade anual, caso o CLIENTE proceda à execução das operações contempladas na proposta. Caso contrário, o BANCO não irá acompanhar a carteira não se encontrando obrigado a apresentar ulteriores recomendações de investimento.

1.2. O serviço de consultoria é prestado, nos termos do disposto no número anterior, sobre uma carteira de Instrumentos Financeiros adquiridos pelo CLIENTE, em resultado de recomendações do BANCO. Adicionalmente, o CLIENTE poderá acrescentar à sua carteira objeto de consultoria por parte do BANCO produtos que por sua iniciativa transfira para a carteira em causa, e sobre os quais solicite expressamente que seja efetuado aconselhamento por parte do BANCO e acordo com as presentes Condições Gerais.

1.3. Os Instrumentos Financeiros resultantes de operações executadas pelo CLIENTE em resultado de recomendações do BANCO formarão automaticamente parte da carteira objeto de aconselhamento, sem necessidade de informação independente nesse sentido ao CLIENTE.

1.4. O CLIENTE poderá, a qualquer momento durante a vigência deste CONTRATO, ampliar ou reduzir a carteira objeto de aconselhamento, através de solicitação dirigida ao BANCO. Todos os produtos e / ou ativos que formem a carteira objeto de consultoria e tenham sido automaticamente cancelados em resultado, por exemplo, de alcance da data de maturidade, serão retirados da Carteira no momento do seu cancelamento, sem necessidade de informação prévia ao Cliente.

1.5. O BANCO informará o CLIENTE, trimestralmente, sobre todos os produtos que se tenha acrescentado ou retirado da carteira, desde a data da última informação enviada ao CLIENTE.

1.6. Constitui consultoria para investimento a prestação de um aconselhamento personalizado a um CLIENTE, na sua qualidade de investidor efetivo ou potencial, quer a pedido deste, quer por iniciativa do BANCO, relativamente a uma ou mais operações respeitantes a instrumentos financeiros, desde que a recomendação não seja emitida exclusivamente ao público.

1.7. O BANCO pode igualmente prestar aconselhamento personalizado (consultoria) sobre depósitos bancários estruturados, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

1.8. O BANCO prestará o serviço de consultoria para investimento numa base NÃO INDEPENDENTE através dos seguintes canais:

- a) Presencialmente, incluindo junto do CLIENTE ou em qualquer agência, centros de investimento ou balcão de Promotores do BANCO que disponha de pessoas devidamente autorizadas pelo BANCO para a prestação do serviço;
- b) Através de correio eletrónico ou por telefone, através de pessoas devidamente identificadas e autorizadas para representar o BANCO na prestação do serviço.

1.9. O BANCO reserva o direito de não prestar o serviço de consultoria para investimento sempre que o serviço seja solicitado por iniciativa do CLIENTE, incluindo relativamente a operações em que o BANCO considere que não dispõe de informação suficiente para prestar uma recomendação adequada ou relativamente a instrumentos financeiros que não estejam ou não possam ser depositados ou registados junto do BANCO (ou entidades subcontratadas para o efeito).

1.10. O serviço de consultoria para investimento é prestado numa base NÃO INDEPENDENTE, o que implica que o BANCO:

- a) Poderá receber e manter benefícios de terceiros, de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; e
- b) Não está obrigado a ter por base uma análise de instrumentos financeiros que não sejam emitidos ou fornecidos por entidades com relações jurídicas ou económicas com o BANCO, tais como relações contratuais, suscetíveis de colocar em risco a independência do serviço prestado.

1.11. A circunstância de o presente serviço de consultoria para investimento ser prestado numa base não independente não afeta o dever do BANCO de atuar de forma honesta, equitativa e profissional, em função dos interesses do CLIENTE, bem como a obrigação de emitir recomendações relativas, apenas e só, a instrumentos financeiros adequados ao perfil de investidor do CLIENTE

2. Âmbito

2.1. O aconselhamento prestado pelo BANCO ao CLIENTE, no âmbito do serviço de consultoria para investimento, não inclui qualquer obrigação de prestação de serviços de consultoria relacionados com questões de qualquer outra natureza, designadamente jurídicas, contabilísticas ou fiscais, devendo o CLIENTE contactar diretamente profissionais qualificados para o efeito, sempre que entender necessário ou conveniente abranger o respetivo aconselhamento ou recomendação.

2.2. Não constitui consultoria para investimento a prestação de recomendações genéricas, designadamente as efetuadas no âmbito da comercialização de valores mobiliários ou instrumentos financeiros, e bem assim qualquer informação ou explicação solicitada ou prestada pelo BANCO a pedido do CLIENTE ou legalmente exigida, que constituem comunicações de caráter

comercial.

2.3. O serviço de consultoria para investimento prestado pelo BANCO tem por objeto a emissão de aconselhamento personalizado, conforme definido na cláusula 1.2 supra, não estando, no entanto, o CLIENTE vinculado a seguir as recomendações formuladas pelo BANCO, sendo o CLIENTE o único e exclusivo responsável pelas decisões de investimento tomadas relativamente aos valores mobiliários e instrumentos financeiros sobre os quais incide o aconselhamento personalizado prestado pelo BANCO.

2.4. O BANCO apenas prestará o serviço de consultoria para investimento ao CLIENTE quando reúna toda a informação necessária para o efeito, iniciando-se a prestação do serviço com a apresentação ao CLIENTE de uma proposta de investimento. Na ausência de indicação expressa, o BANCO não tem a obrigação de prestar consultoria para investimento ao CLIENTE previamente à prestação exclusiva do serviço de receção e execução ou transmissão de ordens, não estando nessas circunstâncias o BANCO obrigado a efetuar a avaliação do caráter adequado da operação nos termos da Secção F.

2.5. O BANCO apresentará recomendações personalizadas por escrito a CLIENTE, em papel ou num suporte duradouro alternativo, versando sobre a estrutura e composição dos seus investimentos. Neste sentido, os representantes do Banco, em especial o gestor especificamente alocado ao CLIENTE, efetuará uma revisão da carteira com uma periodicidade pelo menos anual, não assumindo, contudo, o BANCO a obrigação de acompanhamento dos investimentos que sejam realizados por iniciativa do CLIENTE, que não tenham por base uma recomendação prévia e expressa do BANCO. O BANCO poderá igualmente, por sua iniciativa ou a pedido do CLIENTE, reavaliar a carteira do Cliente em momentos concretos e de forma pontual, efetuando recomendações sobre a sua estrutura e composição.

2.6. A decisão de executar as operações recomendadas é da exclusiva responsabilidade do CLIENTE.

2.7. O BANCO prestará ao CLIENTE o serviço de Consultoria ao Investimento relativamente a todos os valores e instrumentos financeiros que a cada momento comercialize, principalmente IIC, produtos financeiros complexos, ações, ou obrigações e outros títulos de dívida, podendo igualmente abranger outros produtos, desde que devidamente enquadrados, considerando para o efeito uma ampla gama de instrumentos financeiros que sejam adequados para o CLIENTE, incluindo-se neste universo instrumentos financeiros emitidos ou distribuídos tanto por terceiras entidades como por entidades pertencentes ao mesmo grupo ou que mantenham relações estreitas com o Banco.

2.8. As propostas de investimento poderão ser enviadas ao CLIENTE através de meios eletrónicos aprovados pelo Banco a cada momento, caso o CLIENTE tenha informado o BANCO do seu endereço de correio eletrónico para efeitos de envio de comunicações. As propostas de investimento e a sua disponibilização ao CLIENTE serão registadas por parte do BANCO, independentemente da decisão final a adotar pelo CLIENTE.

Nestas situações, poderá ser solicitada ao Cliente a confirmação da receção da proposta através de envio de resposta à mensagem recebida, ou de chamada gravada.

2.9. O serviço de consultoria ao investimento prestado pelo BANCO não se considerará em qualquer momento como representando uma garantia de rentabilidade dos ativos a investir sobre que se efetuem recomendações, sendo assim inteiramente por conta do CLIENTE todos os ganhos ou perdas que derivem dos referidos investimentos.

2.10. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o BANCO disponibiliza ao CLIENTE pelo menos, uma proposta de investimento num período anual, desde que respeitado o disposto no ponto 1.1 da presente Secção.

3. Política seguida pelo BANCO no âmbito da avaliação do caráter adequado da operação

3.1. No momento do início da relação com o BANCO, sempre que tal lhe seja solicitado, e sempre que a mesma sofra alterações relevantes, o CLIENTE deve prestar ao BANCO toda a

informação necessária para efeitos de avaliação do caráter adequado da operação a recomendar ao CLIENTE, designadamente, mas sem excluir, informação completa e atual exigida para preenchimento dos questionários de avaliação de perfil.

3.2. O CLIENTE reconhece que a informação obtida para efeitos do número anterior é essencial e necessária para habilitar o BANCO com as informações necessárias sobre os conhecimentos e experiência do CLIENTE em matéria de investimentos, bem como sobre a sua situação financeira (incluindo a sua capacidade para suportar perdas) e os seus objetivos de investimento (incluindo a sua tolerância ao risco), de modo a poder recomendar com uma base razoável os instrumentos financeiros adequados e, em particular, adequados ao seu nível de tolerância ao risco e a sua capacidade para suportar perdas, nos termos previstos nas normas legais e regulamentares aplicáveis.

3.3. Deste modo, o BANCO considera que uma operação é adequada e suscetível de recomendação ao CLIENTE quando satisfaz os seguintes critérios:

- a) Corresponde aos objetivos de investimento do CLIENTE, incluindo a sua tolerância ao risco;
- b) Permite ao CLIENTE suportar financeiramente quaisquer riscos de investimento conexos, em coerência com os seus objetivos de investimento;
- c) A sua natureza é consonante com a experiência e os conhecimentos do CLIENTE e estes são suficientes para que compreenda os riscos envolvidos na operação.

3.4. O CLIENTE declara que todas as informações prestadas ao BANCO são exatas, verdadeiras e atuais, comprometendo-se ainda o CLIENTE a informar o BANCO de qualquer alteração às informações anteriormente prestadas, nos termos da cláusula 13. da Secção A, reconhecendo que o BANCO se baseará, na ausência de indicação expressa em contrário, nas informações prestadas pelo CLIENTE para todos os efeitos legais e contratuais relevantes.

3.5. O Perfil de Risco considerado, para efeitos de avaliação da adequação do produto em momento anterior à realização da proposta de investimento, será, no caso de Contas de Pessoas Singulares por referência à informação prestada pelo representante da Conta Solidária, ou da Conta com movimentação Conjunta e Mista, sendo assim considerados os conhecimentos, experiência, situação financeira e objetivos de investimento do referido representante. No caso de Contas de Pessoas Coletivas, o Perfil de Risco será definido por um dos Legais Representantes com poderes para o ato, considerando-se nesse caso a situação financeira e os objetivos de investimento da Pessoa Coletiva e os conhecimentos e experiência do Representante Legal. Caso se trate de um Procurador, o Perfil de Risco determina-se tendo em conta a situação financeira e os objetivos de investimento da pessoa representada, bem como os conhecimentos e experiência do representante.

3.6. O titular ou, consoante o caso, o representante do portfolio, pode determinar um Perfil de Gestão para o portfolio igual ou inferior ao seu Perfil de Risco, mas nunca superior. Ao apresentar-lhe uma proposta de investimento, o ABANCA tem em consideração esse Perfil de Gestão.

3.7. Independentemente do que antecede, para subscrever os produtos incluídos na proposta de investimento, o ABANCA efetuará uma avaliação dos conhecimentos e experiência do ordenante no momento da operação.

3.8. Assiste ao CLIENTE o direito de solicitar expressamente por escrito ao BANCO uma alteração ao procedimento anteriormente descrito, devendo da referida comunicação constar as assinaturas de todos os titulares intervenientes na Conta.

3.9. Caso o CLIENTE seja classificado como investidor profissional, o BANCO pode presumir que o CLIENTE tem o nível necessário de experiência e conhecimentos necessários, bem como o nível de capacidade financeira para suportar quaisquer riscos de investimento conexos com a operação, em coerência com os objetivos de investimento do CLIENTE.

3.10. Caso o CLIENTE seja classificado como investidor

profissional pela sua natureza, o BANCO pode presumir que o CLIENTE tem o nível necessário de experiência e conhecimentos.

3.11. O BANCO emite recomendações com base na informação obtida do CLIENTE, podendo essa informação ser atualizada:

- a) A pedido do BANCO, designadamente de acordo com a política interna de modo a assegurar a atualidade da informação; ou
- b) Sempre que o CLIENTE comunique ao BANCO uma alteração às informações anteriormente prestadas para efeitos de avaliação do caráter adequado da operação a recomendar.

3.12. O BANCO está obrigado a reunir a informação referida nos pontos anteriores, para efeitos de prestação do serviço de consultoria para investimento. Caso o BANCO não receba a informação considerada necessária e solicitada, não poderá proceder à avaliação do caráter adequado da operação, não podendo nesse caso prestar o serviço de consultoria para investimento. Não obstante, caso o CLIENTE pretenda por sua exclusiva iniciativa realizar uma operação fora do âmbito do serviço de consultoria para investimento prestado pelo BANCO, e cumpridos todos os requisitos legais e regulatórios aplicáveis, será aplicável o disposto na Secção F das presentes Condições Gerais, tomando o CLIENTE desde logo conhecimento que não beneficia da proteção correspondente à avaliação da adequação nos termos previstos na presente cláusula.

3.13. Uma vez obtida a informação necessária e efetuada a avaliação do caráter adequado de cada operação nos termos anteriormente descritos, o BANCO disponibilizará ao CLIENTE propostas personalizadas de investimento, detalhando o aconselhamento relevante bem como avaliação da adequação às características pessoais do CLIENTE.

3.14. Sempre que a operação seja realizada através dos serviços de Intermediação Financeira disponibilizados pelo BANCO ao CLIENTE, e sem prejuízo do disposto no número seguinte, a proposta referida em 3.9. relativa à avaliação da adequação é entregue ao CLIENTE previamente à realização da operação recomendada.

3.15. Caso a aquisição ou disposição de um instrumento financeiro seja realizada utilizando um meio de comunicação à distância que não permita o envio prévio da proposta contendo a avaliação da adequação, o BANCO pode fornecer o relatório num suporte duradouro imediatamente após a realização da operação, desde que estejam verificadas cumulativamente as seguintes condições:

- a) O CLIENTE ter dado autorização para receber o relatório, sem atrasos indevidos, após a conclusão da operação; e
- b) O BANCO ter dado ao CLIENTE a possibilidade de atrasar a realização da operação a fim de poder receber antecipadamente o relatório relativo à avaliação da adequação.

3.16. Nos casos em que, nos termos da cláusula 3.10 supra, a proposta seja entregue ao CLIENTE previamente à execução da operação recomendada, o CLIENTE deve analisar a informação relevante, em especial quanto à sua completude e detalhe, e pelo tempo que considerar necessário à correta apreensão da mesma, sem prejuízo de à proposta se aplicar a validade concretamente indicada na mesma.

3.17. Ao proceder com a execução da operação em questão, o CLIENTE aceita e reconhece que a informação constante da proposta lhe foi disponibilizada com antecedência suficiente, consideradas as suas características concretas, bem como as características da operação em causa.

3.18. Ao prestar o serviço de Consultoria para Investimento que implique mudança de investimentos, quer através da venda de um instrumento e compra de outro, quer através do exercício de um direito de efetuar uma mudança em relação a um instrumento existente, o BANCO deve recolher ou atualizar as informações necessárias sobre os investimentos do CLIENTE e proceder a uma análise dos custos e benefícios da mudança, de modo a aferir (e poder demonstrar) que os benefícios da mudança são razoavelmente superiores aos custos.

4. Benefícios recebidos ou pagos pelo BANCO

4.1. O BANCO pode receber e / ou pagar comissões, benefícios não pecuniários e outras remunerações ("benefícios") concebidos para reforçar a qualidade dos serviços prestados e dos produtos oferecidos ao CLIENTE nas condições legais e regulamentares

que permitem a receção e ou pagamento dos mesmos, e sem prejuízo do dever de atuar no sentido da proteção dos legítimos interesses do CLIENTE. Neste sentido, o BANCO desenvolveu mecanismos e procedimentos com o intuito de controlar, registar e informar aos CLIENTES todas as situações e operações em que potencialmente um benefício os pudesse afetar. Assim, sempre que o BANCO preste o serviço de gestão discricionária de carteiras não poderá receber ou reter qualquer benefício, com exceção daqueles de natureza menor que possam servir para aumentar a qualidade do serviço prestado ao CLIENTE, e cuja escala e natureza não afetem o cumprimento por parte do BANCO da obrigação de atuar no melhor interesse do CLIENTE.

4.2. Na prestação do serviço de consultoria ao investimento NÃO INDEPENDENTE ou de receção e transmissão de ordens, o BANCO poderá pagar ou receber benefícios permitidos, quando se cumpram as seguintes condições: (a) o benefício tenha sido concebido para melhorar a qualidade do serviço prestado ao CLIENTE; (b) o benefício não afete o dever de o BANCO atuar no melhor interesse do CLIENTE; e (c) os benefícios em questão tenham sido divulgados claramente ao CLIENTE de forma prévia à prestação do serviço em causa.

4.3. De modo a reforçar a qualidade dos serviços de intermediação financeira disponibilizados ao CLIENTE, o BANCO disponibiliza a prestação do serviço de consultoria para investimento numa base NÃO INDEPENDENTE e o acesso a uma ampla gama de instrumentos financeiros, incluindo um número adequado de instrumentos de terceiros fornecedores de produtos que não têm relações estreitas com o BANCO. Adicionalmente, o BANCO disponibiliza ainda, no âmbito o serviço de consultoria ao investimento, um seguimento periódico da adequação dos investimentos efetuados pelo CLIENTE no âmbito da prestação do serviço de consultoria.

4.4. A aplicação, natureza e montante dos benefícios, ou, quando o montante não seja determinável, o seu método de cálculo, será divulgado ao CLIENTE com antecedência suficiente relativamente ao momento da prestação do serviço. Sempre que o BANCO não consiga determinar, com a devida antecedência, o montante do benefício, este será disponibilizado juntamente com a informação pós-contratual. Da mesma forma, pelo menos anualmente o BANCO informará individualmente o CLIENTE do montante efetivo dos benefícios recebidos ou pagos.

4.5. O BANCO poderá receber benefícios não monetários menores pela prestação do serviço de investimento ao CLIENTE sempre que estes sejam de tal dimensão ou natureza que não afetem o cumprimento por parte do BANCO da obrigação de atuar no melhor interesse do CLIENTE, e permitam ao BANCO aumentar a qualidade do serviço prestado, tais como, a título de exemplo, participações em conferências, seminários e outras atividades formativas ou informativas.

4.6. Entende-se como "relação estreita" uma situação em que duas ou mais pessoas singulares ou coletivas se encontram ligadas através de:

- a) Uma participação sob a forma de detenção, diretamente ou indiretamente através de uma relação de controlo, de 20% ou mais dos direitos de voto ou do capital de uma empresa;
- b) Uma relação de controlo (ou seja, a relação entre uma empresa-mãe e uma filial, tal como referida no artigo 22.º, n.ºs 1 e 2, da Diretiva 2013/34/UE, ou uma relação da mesma natureza entre qualquer pessoa singular ou coletiva e uma empresa; uma empresa filial de uma empresa filial é igualmente considerada filial da empresa-mãe de que dependem estas empresas);
- c) Uma ligação permanente de duas ou mais pessoas através de uma relação de controlo.

5. Responsabilidade do BANCO

5.1. O BANCO não é responsável pelos prejuízos que possam resultar para o CLIENTE da evolução adversa de preços e, bem assim, de qualquer inexatidão da informação prestada ou de quaisquer demoras, imprecisões, erros, interrupções ou omissões dos serviços prestados ou falha no sistema de negociação que não sejam imputáveis ao BANCO nos termos da lei.

5.2. O BANCO não é responsável por qualquer ação ou omissão determinada por eventos de força maior ou por atos de terceiros, tais como falhas das e/ou nas comunicações aquando da transmissão de ordens para o mercado, não lhe podendo ser

imputados quaisquer prejuízos ou danos decorrentes de tais circunstâncias.

5.3. O CLIENTE reconhece e aceita que o BANCO não tem qualquer responsabilidade de cumprimento das obrigações tributárias imputáveis ao CLIENTE.

5.4. O BANCO não será responsável por qualquer decisão de investimento contrária a uma recomendação de investimento por si transmitida ou que exceda ou fique aquém dos limites ou condições estabelecidas pelo BANCO no âmbito de tal recomendação de investimento.

5.5. O CLIENTE expressamente reconhece que quaisquer indicações, direta ou indiretamente, refletidas nas recomendações de investimento elaboradas pelo BANCO relativamente à ocorrência de quaisquer factos no futuro, cuja verificação não possa ser confirmada previamente, resultam da análise efetuada pelo BANCO, não consubstanciando qualquer garantia de que tais factos venham a ocorrer no futuro, mas apenas que, na apreciação profissional do BANCO, tais factos podem vir a ocorrer, embora não se possa excluir a possibilidade de os mesmos não virem a ocorrer ou de ocorrerem de modo diferente do esperado.

5.6. O CLIENTE expressamente reconhece que uma recomendação de investimento, ainda que elaborada pelo BANCO mas dirigida a qualquer outro cliente não consubstanciará uma recomendação de investimento abrangida pelas presentes condições gerais, não podendo o BANCO ser responsabilizado por qualquer decisão tomada pelo CLIENTE com base nessa recomendação de investimento, sendo expressamente desaconselhado a fazê-lo.

5.7. Na eventualidade de o CLIENTE não confirmar a receção da proposta que justifica o acompanhamento da proposta, ou caso o Cliente mantenha a sua carteira objeto de aconselhamento fora do perfil de risco máximo definido, definido, ignorando um máximo de três propostas de investimento consecutivas destinadas ao ajustamento da carteira ao seu perfil, o Banco terá legitimidade para descontinuar a prestação do serviço de aconselhamento ao investimento recorrente, **comunicando tal facto por escrito ao Cliente e podendo cessar a prestação do serviço no prazo de cinco dias a contar da comunicação.**

A cessação da prestação do serviço de aconselhamento não implica o cancelamento das Contas objeto de aconselhamento. Da mesma forma, todas as operações ou ordens, direitos ou obrigações relacionados com as operações realizadas no âmbito da prestação do serviço de aconselhamento.

Serão da responsabilidade do CLIENTE todos os custos, gastos, perdas ou pagamentos que resultem das operações realizadas.

SECÇÃO H SERVIÇO DE BANCA À DISTÂNCIA

1. Objeto

O Serviço de Banca à Distância, tem por objeto a realização de operações e a prestação de serviços pelo BANCO por via (i) telefónica, (ii) eletrónica através da Internet e/ou (iii) através da aplicação de banca eletrónica móvel do BANCO, bem como através de qualquer outro meio que esta venha a disponibilizar no futuro, regendo-se, para além das presentes Condições Gerais, e supletivamente pelas estipuladas nos contratos que regulam as diferentes operações que são realizadas através deste serviço.

2. Acesso ao serviço de Banca à Distância

2.1. Para o acesso ao serviço de banca à distância, o BANCO facultará ao CLIENTE as seguintes credenciais de segurança personalizadas, ou CHAVES de acesso: um código, uma Palavra-passe ou PIN e chaves de assinatura operacionais, bem como qualquer outro sistema de acesso que o BANCO considere necessário ou conveniente em cada momento. Estas CHAVES de acesso permitirão ao CLIENTE o acesso ao Serviço e a realização de operações que em cada momento possam ser realizadas através do serviço.

2.2. O BANCO conferirá acesso ao CLIENTE para movimentar todas as contas, singulares ou coletivas, nas quais conste como Titular ou representante, salvo manifestação expressa em

contrário do CLIENTE. Relativamente às contas conjuntas, o CLIENTE, caso seja uma pessoa singular, apenas terá acesso à informação acerca das mesmas, mas não poderá movimentá-las ou efetuar outras operações bancárias.

2.3. O Titular e recetor das CHAVES de acesso será responsável pela utilização do serviço perante os restantes Titulares.

2.4. No caso das pessoas coletivas, cabe aos seus representantes com poderes para o efeito a designação de pessoas singulares como utilizadores do serviço, e a criação de perfis de acesso ao serviço, ficando os poderes de execução de operações definidos nas Condições Particulares. O CLIENTE autoriza as pessoas singulares incluídas nas Condições Particulares como seus representantes a consultar as contas e produtos indicados nas referidas Condições Particulares. Nestes termos, o CLIENTE que criar um perfil com acesso ao serviço será responsável por facultar ao utilizador as palavras-passe, chaves de acesso ou qualquer outra informação necessária para aceder ao Serviço com o referido perfil.

2.5. As CHAVES de acesso são de uso exclusivamente pessoal e intransmissível.

3. Utilização da banca à distância e validade das operações realizadas

3.1. Para a utilização do serviço, o CLIENTE deverá utilizar as CHAVES de acesso de acordo com o que lhe for solicitado e executar as operações pretendidas de acordo com as instruções dadas pelo BANCO.

3.2. Compra de Valores. O CLIENTE dá o seu consentimento expresso a que, por parte do BANCO, e a título de provisão de fundos, seja efetuada a retenção na conta sobre a qual ordene a compra, de um montante equivalente ao resultado da multiplicação do número de valores que se pretendam adquirir, pela cotação dos referidos valores no momento de efetuar a ordem de compra, sem prejuízo da posterior liquidação da referida ordem logo que for efetivamente concretizada e liquidada pelo BANCO. Os fundos retidos serão considerados saldo indisponível até ser efetuada a liquidação anteriormente indicada. Na eventualidade de na conta à ordem associada não existirem fundos disponíveis para efetuar a oportuna retenção, o BANCO estará autorizada a não efetuar a correspondente ordem de compra de valores.

3.3. O BANCO e o CLIENTE aceitam a equiparação da ordem dada através deste serviço com a utilização das CHAVES de acesso estabelecidas, em cada caso, à assinatura do CLIENTE, sem que a falta da assinatura manuscrita possa ser causa de ineficácia ou recusa das operações realizadas. Sem prejuízo, o BANCO poderá exigir a confirmação por escrito das ordens dadas, quando tal for considerado conveniente para a plena segurança do serviço.

3.4. As ordens dadas pelo CLIENTE, por telefone ou por meios eletrónicos e, executadas pelo BANCO, produzirão plenos efeitos e gozam de presunção de legitimidade aceitando o CLIENTE que a sua aprovação telefónica ou eletrónica na forma indicada no presente contrato, sirva de conclusão das operações às quais possa aceder através deste serviço.

4. Obrigações do BANCO

4.1. O BANCO obriga-se a: a) Apenas revelar as CHAVES de acesso do serviço ao próprio CLIENTE; b) Cumprir as ordens recebidas do CLIENTE com a diligência devida e garantir que são observados todos os requisitos formais e de segurança para aceder ao mesmo, bem como quaisquer outros exigidos pela regulamentação legal ou contratual aplicável à operação ou serviço em causa; c) Impedir, no espaço de tempo razoavelmente necessário, a posterior utilização das CHAVES de acesso, pelos meios ao seu alcance, nos casos em que tiver sido comunicada a sua perda, roubo ou subtração pelo CLIENTE.

4.2. O BANCO implementará as medidas técnicas e organizativas adequadas à manutenção atualizada da informação que o CLIENTE necessitar para a execução das suas ordens telefónicas ou eletrónicas. No entanto, o BANCO não garante que as informações de que disponha o serviço de banca à distância, nomeadamente as referentes aos saldos, cotações ou outros dados que o CLIENTE possa solicitar num determinado

momento, sejam exatas devido à existência de operações em curso, por terem sido recentemente realizadas ou que por qualquer outro motivo ainda não estejam contabilizadas.

5. Obrigações do CLIENTE

5.1. O CLIENTE obriga-se a:

- Utilizar o serviço e realizar as suas operações de acordo com as presentes condições gerais, designadamente a presente Secção e a Secção J, e a tomar todas as precauções adequadas para garantir a utilização do serviço e dos meios e procedimentos associados de forma segura, evitando em qualquer circunstância a utilização do serviço por parte de terceiros não autorizados;
- Dispor dos meios necessários para a ligação ao serviço;
- Manter em segredo, permanentemente sob o seu controlo e conservar de forma diligente as CHAVES de acesso, verificando periodicamente a sua posse e zelar para que as mesmas não possam ser conhecidas por terceiros. Adicionalmente, obriga-se a não facultar as CHAVES de acesso a outras pessoas;
- Notificar de imediato o BANCO assim que tiver conhecimento: (i) da perda, roubo ou furto, ou apropriação abusiva, das CHAVES de acesso, ou a suspeita de que as mesmas sejam do conhecimento de terceiros. (ii) do movimento nas contas de depósito ou de títulos de qualquer operação não autorizada; (iii) de qualquer erro ou irregularidade na gestão das referidas contas por parte do BANCO. A notificação poderá ser efetuada presencialmente em qualquer balcão do BANCO ou através do serviço de apoio ao cliente (Telf. 707 200 666 ou 213 306 324 (do estrangeiro ligue 00 351 21 330 63 24), e cujos números constam da página web do BANCO (www.abanca.pt). As comunicações telefónicas deverão ser imediatamente confirmadas por escrito ou presencialmente através da comparência em qualquer balcão do BANCO;
- Não realizar operações através do serviço por montante que ultrapasse os limites inicialmente fixados nas condições particulares;
- Aceitar qualquer alteração técnica ou de segurança do serviço que o BANCO considere necessário efetuar, procurando que não afete a qualidade do mesmo, incluindo a alteração das CHAVES de acesso, alterações essas que terão de ser previamente notificadas ao CLIENTE;
- Notificar o BANCO com a maior brevidade, relativamente a qualquer alteração de situação pessoal que seja relevante para a execução do presente contrato, sendo responsável pela sua veracidade e pelas consequências decorrentes da sua imprecisão.

5.2. O CLIENTE não poderá anular ou revogar uma ordem ou disposição que tiver sido efetuada através deste serviço.

6. Responsabilidade do BANCO

6.1. O BANCO não assume qualquer responsabilidade em caso de utilização das CHAVES de acesso por terceiros nem pelas operações por estes efetuadas fora dos casos previstos no presente contrato e será ressarcido pelo CLIENTE, relativamente aos danos e prejuízos que tal situação possa originar. Nos casos de perda, roubo, furto ou apropriação abusiva das CHAVES de acesso, o CLIENTE será responsável pelas ordens ou operações e pelas perdas incorridas até ao momento de notificação ao BANCO.

6.2. O BANCO suportará a perda, limitada ao montante das operações não efetuadas pelo CLIENTE, quando as mesmas tiverem sido efetuadas após a notificação. Por exceção, deverá ser suportada pelo CLIENTE se este tiver atuado de forma fraudulenta, com dolo ou negligência grave, sem prejuízo da obrigação do BANCO prevista na alínea c) do número 1 da cláusula 4.^a.

6.3. O BANCO não responderá pelas falhas no funcionamento dos serviços originadas por acidentes, avarias ou problemas de transmissão que dificultem ou impossibilitem a comunicação telefónica ou eletrónica, nem pela interrupção das prestações próprias dos meios do serviço por factos de terceiros e, em geral, as que forem devidas a qualquer outra causa qualificável como sendo de força maior ou caso fortuito.

6.4. O BANCO não responderá pelo mau funcionamento dos meios que não estiverem sob o seu controlo direto. Também não responderá pelo mau funcionamento do serviço que tiver origem numa avaria técnica dos meios sob o seu controlo direto, se a

avaria for reconhecível pelo CLIENTE através de uma mensagem telefónica ou eletrónica ou se fosse por qualquer outra forma evidente. Nesses casos o CLIENTE deverá abster-se de utilizar o serviço. A responsabilidade do BANCO limitar-se-á exclusivamente às perdas diretas em que tiver incorrido o CLIENTE em consequência direta do mau funcionamento e até ao montante da operação defeituosa ou não executada, bem como, quando aplicável, os juros das mesmas.

7. LIMITES DE UTILIZAÇÃO DA BANCA À DISTÂNCIA

7.1. O CLIENTE autoriza o BANCO a não executar as ordens telefónicas ou eletrónicas recebidas utilizando as CHAVES de acesso quando este tiver dúvidas razoáveis acerca da identidade da pessoa que está a emitir a ordem, até que o BANCO entre em contacto direto com o CLIENTE de forma a confirmar a ordem.

7.2. Por motivos de segurança, o serviço ficará bloqueado no caso de ocorrerem três erros consecutivos na introdução de qualquer das CHAVES de acesso, devendo o BANCO avisar o CLIENTE deste facto. No pressuposto anterior, de bloqueio do Serviço, bem como nos casos de perda, furto, roubo ou apropriação abusiva de qualquer das CHAVES de acesso, ou no caso de se detetar o conhecimento de qualquer destes por terceiros e em geral sempre que as circunstâncias em presença assim o aconselhem, o BANCO, mediante contacto prévio com o CLIENTE e mediante pedido escrito deste último, procederá à substituição das CHAVES de acesso, facultando outras novas ao CLIENTE com as devidas medidas de segurança e ficando anuladas as CHAVES de acesso anteriores.

8. Gravação de Chamadas telefónicas

O CLIENTE autoriza a gravação das chamadas telefónicas mantidas com o mesmo em consequência da utilização do serviço, as quais constituirão meio de prova das operações efetuadas, na eventualidade de qualquer reclamação ou processo judicial ou extrajudicial.

9. Serviços de e-correspondência

9.1 A caixa postal e-correspondência do serviço de banca à distância permite ao CLIENTE consultar, conservar e imprimir toda a informação em suporte duradouro (recibos, comprovativos, extratos, etc.) que o BANCO lhe enviar relativamente aos produtos e serviços que tiver contratados junto do mesmo, quando tiver a qualidade de Titular.

9.2. O representante do Titular das contas e cartões poderá consultar a correspondência relativa às contas e cartões deste último, sempre que o Titular seja utilizador do serviço de banca à distância.

9.3. A consulta ao serviço e-correspondência será efetuada via banca à distância através da Internet e da banca móvel do BANCO, mediante identificação prévia do CLIENTE com as respetivas CHAVES de acesso.

9.4. As notificações e comunicações que o BANCO remeter para o CLIENTE através deste serviço, serão enviadas para a caixa postal pessoal e-correspondência do serviço de banca à distância, unicamente acessível pelo mesmo. Quando as comunicações incluírem documentos, estes serão enviados em formato PDF, para que não possam ser alterados.

9.5. O CLIENTE assume a obrigação de aceder e consultar a sua caixa postal pessoal e-correspondência do serviço de banca à distância com periodicidade mínima semanal.

9.6. Todas as comunicações enviadas através deste serviço e-correspondência considerar-se-ão recebidas pelo CLIENTE, mediante a colocação à disposição do mesmo, na forma indicada, independentemente daquele cumprir a obrigação de acesso à caixa postal pessoal e-correspondência do serviço de banca à distância.

10. RESOLUÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE BANCA À DISTÂNCIA POR PARTE DO BANCO

Caso o CLIENTE não realize qualquer operação através do Serviço de Banca à Distância, durante o prazo de 12 meses consecutivos, o BANCO reserva-se o direito de resolver a contratação deste serviço, mediante comunicação prévia ao CLIENTE dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

SECÇÃO I CONDIÇÕES GERAIS DE UTILIZAÇÃO DE CARTÕES

Subsecção I1 Cartões de Crédito

Sem prejuízo da aplicação das presentes Condições Gerais, nomeadamente da Secção J – Prestação e Utilização de Serviços de Pagamento, os termos e condições de utilização do cartão de crédito associados à Conta serão regulados pelas condições gerais desse instrumento de pagamento a assinar pelo CLIENTE.

Subsecção I2 Cartões de Débito

1. Definições e Interpretação

Na presente Secção os termos abaixo indicados terão o seguinte significado:

- (a) "Cartão": instrumento de pagamento emitido pelo BANCO, que poderá estar incorporado num cartão físico, num dispositivo móvel (telemóvel ou outro dispositivo eletrónico ou informático), que permite ao Titular realizar pagamentos por débito na Conta, e cujas condições de atribuição, titularidade e utilização obedecerão ao disposto nas presentes Condições Gerais. Quando o Cartão esteja incorporado num dispositivo eletrónico, os dados do Cartão e do seu Titular podem ser incorporados no referido dispositivo, conforme necessário em cada momento de modo a permitir a realização de pagamentos sem contacto ("contactless") e com tecnologia NFC ("Near Field Communication"). Para poder incorporar o Cartão num dispositivo eletrónico, este deverá dispor da tecnologia NFC e da aplicação de pagamento que em cada momento o BANCO indique, devidamente atualizada;
- (b) "Conta": conta de depósito à ordem do Titular junto do BANCO, da qual serão debitados os montantes devidos pela utilização do Cartão;
- (c) "Titular": pessoa física em cujo nome é emitido o Cartão que é responsável pela guarda, manutenção e utilização correta do Cartão.

2. Emissão

2.1. Nos termos da presentes Condições Gerais o BANCO fornece o Cartão ao Titular para que este possa realizar pagamentos de bens e serviços, sendo o respetivo montante debitado na Conta.

2.2. Não obstante o disposto em 2.1 supra, as normas constantes da Secção J prevalecem, e devem ser interpretadas como prevalecendo, em caso de contradição, sobre o disposto nas presentes Condições Gerais.

2.3. O Cartão, da propriedade do BANCO, é emitido em nome do Titular, sendo pessoal e intransmissível.

2.4. A emissão do Cartão depende do prévio preenchimento e assinatura das respetivas Condições Particulares, a qual implica a aceitação expressa das presentes Condições Gerais.

2.5. O Titular pode solicitar a emissão e associação de Cartões adicionais à sua Conta, sendo o Titular e cada um dos restantes Titulares sempre solidariamente responsáveis pela totalidade dos débitos e encargos decorrentes da utilização dos Cartões.

2.6. Cada Cartão terá associado um Código Pessoal Secreto (PIN), para acesso aos Caixas Automáticos (ATM) e Terminais de Pagamento Automático (TPA) das redes Multibanco e Visa que se destina ao uso e conhecimento exclusivo do Titular.

3. Obrigações do Titular

3.1. O Titular é responsável pela guarda do Cartão e compromete-se a não o entregar nem a qualquer título permitir a sua utilização por terceiros, ainda que mandatários.

3.2. Não obstante o previsto no número anterior e sem prejuízo do disposto no ponto 6. Infra, considerar-se-á que qualquer utilização do Cartão é efetuada sob inteira responsabilidade do seu Titular.

3.3. Os Titulares responsabilizam-se solidariamente pela conservação e correta utilização do Cartão em Portugal e no estrangeiro, em conformidade com as disposições legais aplicáveis e com o previsto nestas Condições Gerais.

3.4. O Titular obriga-se ainda a: (a) Comunicar ao BANCO, de imediato e pelo meio mais rápido, a não receção do Cartão ou do Extrato de Conta no prazo previsto; (b) Assinar o respetivo Cartão logo após a sua receção; (c) Memorizar o PIN e garantir a

respetiva confidencialidade, não o revelando nem por qualquer forma o tornando acessível ou inteligível por terceiros, sem prejuízo da possibilidade de proceder à correspondente alteração em qualquer ATM na qual essa função se encontre disponível; (d) Quando notificado pelo BANCO, cessar de imediato a utilização do Cartão e devolvê-lo no prazo que venha a ser estabelecido nessa notificação, sendo o Titular integralmente responsável por todas as utilizações do Cartão efetuadas até ao momento da respetiva devolução ao BANCO; (e) Sem prejuízo do disposto no ponto 4.1 infra, informar de imediato o BANCO no caso de ter expirado o prazo de validade do Cartão sem que o mesmo tenha sido substituído.

4. Validade, Cancelamento e Caducidade

4.1. As presentes Condições Gerais são celebradas por tempo indeterminado. O Cartão terá o prazo de validade que for definido pelo BANCO, o qual será gravado no mesmo, sem prejuízo de o BANCO poder proceder à sua renovação se assim o entender e desde que o Titular a isso não se oponha expressamente nos 30 (trinta) dias que precedem a referida data limite de validade.

4.2. O BANCO poderá, em qualquer altura, proceder ao cancelamento do Cartão e/ou das presentes Condições Gerais, devendo comunicar essa decisão por qualquer meio ao respetivo Titular, sempre que se verifique violação de qualquer das obrigações legais ou contratuais aplicáveis à respetiva utilização.

4.3. O BANCO poderá ainda proceder ao cancelamento do Cartão e das presentes Condições Gerais, independentemente da verificação da causa referida no número anterior desde que comunique essa decisão ao Titular com, pelo menos, 2 (dois) meses de antecedência.

4.4. O Titular poderá, em qualquer altura, proceder ao cancelamento de qualquer Cartão e rescindir as presentes Condições Gerais, mediante comunicação escrita enviada ao BANCO com, pelo menos, 3 (três) dias de antecedência. Esta rescisão terá eficácia imediata se for acompanhada da devolução do Cartão.

4.5. Em caso de cancelamento do Cartão e/ou das presentes Condições Gerais, por qualquer das partes e independentemente do motivo por que ocorra, o BANCO restituirá ao Titular o valor da anuidade, na parte proporcional ao período ainda não decorrido.

4.6. Após comunicação da decisão de cancelamento referida nos pontos 4.2. a 4.4 supra, e decorrido o prazo de pré-aviso aí estabelecido, o BANCO poderá legitimamente recusar a autorização de qualquer operação, sendo o Titular, em qualquer caso, responsável por todas as utilizações do Cartão efetuadas até ao momento da respetiva devolução ao BANCO.

4.7. Em caso de cancelamento do Cartão e/ou das presentes Condições Gerais, por qualquer das partes e independentemente do motivo por que ocorra, o Titular obriga-se perante o BANCO a devolver o respetivo Cartão ao BANCO, dentro dos seguintes prazos: (i) imediatamente, nos casos previstos em 4.2 supra; (ii) até ao final do prazo de pré-aviso, no caso previsto em 4.3 supra.

4.8. O direito à utilização do Cartão caduca imediatamente e automaticamente no caso de se verificar o termo do respetivo prazo de validade, ou a morte, interdição, inabilitação, dissolução, liquidação do Titular ou declaração de insolvência, de incapacidade ou de contumácia do Titular e implica a obrigação de imediata devolução do Cartão pelos respetivos herdeiros e/ou representantes legais e/ou titular autorizado, consoante aplicável.

4.9. O BANCO poderá, com efeitos imediatos e independentemente de comunicação ao Titular, impossibilitar novas utilizações do Cartão, procedendo nomeadamente ao respetivo bloqueio ou retenção em qualquer ATM, nos casos previstos na Cláusula 4.2. da Subsecção J4 das presentes Condições Gerais do BANCO, dos quais se destacam: (a) Termo do prazo de validade do Cartão; (b) Violação de qualquer das obrigações legais ou contratuais aplicáveis à utilização do Cartão; (c) Não devolução do Cartão nos casos e dentro dos prazos contratualmente estabelecidos; (d) Verificação de qualquer das circunstâncias referidas no ponto 4.8 supra; (e) Deterioração do Cartão ou Substituição do Cartão, (f) Proteção do reembolso de quaisquer créditos devidos ao BANCO; (g) Existência de uma ameaça ao funcionamento do sistema de autorização de

pagamentos; (h) Razões de segurança ou proteção do Titular.

4.10. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o BANCO poderá exigir a restituição do Cartão por razões de segurança ou proteção do Titular sem que tal implique a resolução do contrato.

5 Taxas, Encargos Anuidades e Sobretaxas

5.1. Para além dos encargos referidos nas cláusulas 7.4 e 7.5, a atribuição, titularidade e utilização do Cartão encontram-se sujeitas ao pagamento de taxas, anuidades, comissões e sobretaxas, cujos valores se encontram indicados nas Condições Particulares referentes ao Cartão de Débito.

5.2. O pagamento de todos os custos mencionados no número anterior é da responsabilidade do Titular e processar-se-á por débito na Conta, obrigando-se o Titular a provisioná-la atempadamente para o efeito.

5.3. O Titular reconhece o direito do BANCO de proceder a alterações aos encargos, taxas, anuidades, comissões e sobretaxas previstos nas Condições Particulares referentes ao Cartão de Débito, nomeadamente se se verificarem modificações das disposições legais ou regulamentares sobre a matéria.

5.4. O Titular é responsável pelo pagamento dos encargos, juros e comissões relativos ao Cartão, bem como pelo pagamento de todas as taxas e impostos associados a este contrato, dando desde já autorização expressa para que estas quantias sejam debitadas na sua Conta pelo BANCO.

6 Perda, Furto, Extravio, Falsificação ou Deterioração do Cartão

6.1. O Titular obriga-se a comunicar de imediato ao BANCO a perda, extravio, furto, falsificação ou utilização abusiva do Cartão, através dos telefones destinados ao efeito constantes nas Condições Particulares referentes ao Cartão de Débito, que, em conjunto, estarão disponíveis 24 horas por dia. A comunicação telefónica deverá ser objeto de confirmação escrita pelo Titular ao BANCO nas 48 horas seguintes.

6.2. A responsabilidade do Titular no âmbito da presente Cláusula 6. afere-se de acordo com o disposto na Cláusula 10. da Subsecção J4, entendendo-se para esse efeito que os "dispositivos de segurança personalizados" aos quais alude essa Cláusula são o Cartão, o PIN, o n.º do Cartão ou qualquer outro dado relativo ao Cartão suscetível de permitir uma utilização abusiva do mesmo.

6.3. Em caso de furto, roubo ou falsificação do Cartão, o respetivo Titular deverá efetuar participação detalhada às autoridades policiais locais e entregar ao BANCO, juntamente com a comunicação escrita referida em 6.1 *supra*, cópia, duplicado ou certidão do respetivo auto.

6.4. Em caso de perda, furto, extravio, falsificação ou deterioração do Cartão, o Titular é responsável por todas as despesas e encargos diretamente suportados pelo BANCO com a substituição do Cartão.

7 Regras de Utilização e Processamento

7.1. O Cartão é válido em Portugal e no estrangeiro e confere ao respetivo Titular a possibilidade de realizar as seguintes operações: (a) Levantamento de numerário, em Portugal e/ou no estrangeiro, em qualquer ATM com ligação às redes Multibanco e/ou Visa; (b) Transferências bancárias efetuadas em Portugal através de ATMs ligados à rede Multibanco; (c) Pagamentos de bens e/ou serviços, em Portugal ou no estrangeiro, sempre que os mesmos sejam efetuados através de TPAs ou outros equipamentos ligados/aderentes às redes Multibanco e/ou Visa; (d) pagamento *on-line* de bens e/ou serviços.

7.2. Para efeitos de concretização do disposto na Cláusula 3.1. da Subsecção J4 das presentes Condições Gerais, o BANCO e o Titular acordam que este deve, na aquisição de bens e serviços: (a) Apresentar o Cartão devidamente assinado; (b) Proceder à sua identificação, sempre que tal lhe seja solicitado; (c) Conferir e autenticar as operações efetuadas com o Cartão, através da marcação do respetivo PIN ou da aproximação do cartão para a sua leitura pelos dispositivos *contactless*, ou da assinatura da fatura ou comprovativo apresentado pelo comerciante/prestador de serviços, devendo neste caso a assinatura ser igual à que consta do Cartão; (d) Guardar uma cópia do documento comprovativo da operação efetuada.

7.3. As ordens transmitidas através da inserção e confirmação do código de segurança do Cartão em terminal de pagamento

automático ou da sua aproximação para leitura pelos dispositivos *contactless* serão irrevogáveis a partir do momento em que o Titular, mediante a referida inserção e confirmação, comunica ao beneficiário da operação o seu assentimento à realização da mesma.

7.4. O valor das transações realizadas em moeda diferente de EUR será convertido para EUR por aplicação da respetiva taxa de câmbio da Visa International em vigor à data da conversão, sendo o Titular responsável pelo cumprimento de quaisquer obrigações cambiais daí decorrentes, se aplicável.

7.5. Sobre as transações efetuadas (i) no Resto do Mundo em euros e (ii) no Espaço Económico Europeu (EEE) e Resto do Mundo noutras moedas que não Euros, Coroa Sueca e Leus Romanos, incidirão, ainda, as comissões de serviço indicadas nas Condições Particulares referentes ao Cartão de Débito.

7.6. O disposto nas Cláusulas 8. e 9. da Subsecção J4 aplica-se à comunicação de operações com o Cartão que não sejam autorizadas ou que sejam incorretamente executadas.

7.7. A responsabilidade do BANCO pela correta execução de ordens validamente emitidas pelo Titular encontra-se sujeita ao disposto na Cláusula 16. da Subsecção J4.

7.8. O BANCO não poderá, em circunstância alguma, ser responsabilizado por quaisquer limitações da utilização do Cartão nos ATMs ou TPAs, designadamente decorrentes de impossibilidades técnicas ou recusa de utilização do Cartão, bem como por deficiências de atendimento, má qualidade dos bens ou serviços obtidos através da utilização do Cartão ou quaisquer outros incidentes que ocorram entre o Titular e o estabelecimento ou o proprietário do TPA utilizado.

7.9. O BANCO não pode ser considerado responsável por qualquer prejuízo causado por uma falha técnica do sistema, se desta tiver sido dado conhecimento ao Titular através de uma mensagem escrita no visor do aparelho ou desde que ela se torne óbvia por qualquer outra forma.

7.10. O BANCO não poderá, em circunstância alguma, ser responsabilizado por normas e limites de utilização estabelecidos no estrangeiro, ou pela cobrança local de taxas ou comissões de qualquer natureza.

7.11. A assinatura do Titular nas faturas ou comprovativos apresentados pelo prestador de serviço, a marcação do PIN nos ATMs e/ou outros equipamentos em que seja requerida a sua marcação, ou a sua aproximação para leitura pelos dispositivos *contactless*, implica o lançamento a débito na Conta das importâncias correspondentes.

7.12. Os pagamentos a débito efetuados com o Cartão nos estabelecimentos nacionais não serão onerados com qualquer suplemento ou taxa.

7.13. Nas operações de depósito de valores ou numerário efetuadas com o Cartão através de qualquer ATM onde essa função se encontre disponível, ficam os serviços da agência bancária onde o ATM se encontra instalado expressamente autorizados a proceder à abertura dos respetivos envelopes e conferência dos valores deles constantes, tarefas que deverão ser realizadas por, pelo menos, dois funcionários.

7.14. Os créditos resultantes do depósito de cheques, títulos de crédito ou outros valores para crédito da Conta, excetuando numerário, ficam sujeitos à condição suspensiva da sua efetiva cobrança, cujo prazo para o efeito será o de compensação estabelecido no Regulamento de Compensação do Banco de Portugal, acrescido de 2 (dois) dias úteis.

7.15. Nas operações de transferência de fundos e pagamentos efetuadas com o Cartão através de ATM onde essas funções se encontrem disponíveis, o Titular deverá assegurar-se que os elementos de identificação solicitados são corretamente digitados, sendo integralmente responsável por quaisquer erros de digitação.

7.16. Devido a razões operativas, os montantes relacionados com quaisquer operações a débito efetuadas com o Cartão poderão ser debitados da Conta com data-valor posterior à data da real efetividade da operação.

7.17. Em caso de diferendo entre o BANCO e o Titular referente ao lançamento de transações na Conta, o ónus da prova caberá a quem invocar o facto a seu favor.

7.18. Aplica-se às operações efetuadas com o Cartão o regime de reembolso previsto na Cláusula 11. da Subsecção J4.

7.19. O BANCO reserva-se o direito de recusar a execução de qualquer operação envolvendo o Cartão quando a mesma consubstancie uma violação de qualquer disposição legal, regulamentar ou contratual aplicável. Nestes casos, o BANCO dirigirá ao Titular, após a recusa, uma comunicação indicativa dos fundamentos da mesma.

8. Limite de Utilização

8.1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes e em 9.2 infra, o valor das operações a débito efetuadas com o Cartão não poderá ultrapassar o limite de utilização determinado pelo saldo da Conta, não podendo igualmente ser ultrapassados, caso se encontrem legal ou contratualmente estabelecidos, os limites especificamente definidos para cada tipo de operação.

8.2. Salvo acordo escrito em contrário, qualquer utilização do Cartão que exceda a provisão da Conta implica a obrigação solidária de os Titulares procederem ao pagamento imediato do montante em excesso, dos juros devidos pela ultrapassagem de crédito não autorizado, e dos juros de mora calculados nos termos do disposto na Cláusula 11 da Secção A das presentes Condições Gerais.

8.3. O BANCO reserva-se o direito de recusar/inviabilizar quaisquer transações que excedam o limite de utilização determinado nos termos dos números anteriores.

9. Pagamentos

9.1. Os montantes relativos a operações efetuadas com o Cartão serão liquidados por débito da Conta, que o Titular se obriga a provisionar atempadamente para o efeito.

9.2. Sem prejuízo do disposto em 8.2 supra e em 11. infra, o BANCO, caso autorize operações ou efetue pagamentos para os quais não exista provisão na Conta, fica autorizado a, independentemente de interpelação, debitar os respetivos valores em qualquer outra conta de depósito junto do BANCO de que o Titular seja ou venha a ser titular ou co-titular solidário, na proporção do respetivo saldo.

9.3. Quaisquer pagamentos parciais efetuados serão imputados, sucessivamente, a despesas, impostos, juros de mora, juros remuneratórios, capital em dívida e comissões.

9.4. O BANCO poderá acionar e debitar o Titular por todas as despesas e encargos em que incorra para cobrar, judicial ou extrajudicialmente, os seus créditos, ocorra ou não resolução deste Contrato, com fundamento no seu incumprimento pelo Titular, designadamente custas judiciais, procuradoria, encargos com deslocações, expediente e/ou portes e honorários de advogados, solicitadores, peritos ou empresas de cobrança coerciva, quando tais despesas tenham sido necessárias para efetivar a referida cobrança.

10. Resolução

10.1. O Titular poderá resolver as presentes Condições Gerais do Cartão de Débito com efeitos imediatos se a mesma se fundar no incumprimento pelo BANCO das obrigações por este assumidas nos termos das Condições Gerais do Cartão de Débito e da lei.

10.2. Sem prejuízo de quaisquer outros direitos que lhe sejam conferidos por lei, por estas Condições Gerais do Cartão de Débito e pelas condições particulares e demais documentação contratual aplicável, o BANCO poderá resolver as presentes Condições Gerais, com efeitos imediatos, sempre que se verifique qualquer uma das seguintes situações: (a) Cancelamento da Conta; (b) Falsidade, inexistência ou incorreção de quaisquer dados fornecidos por qualquer Titular para efeitos de celebração e execução das presentes Condições Gerais ou de qualquer operação nelas prevista; (c) Incumprimento, por qualquer Titular, de qualquer obrigação emergente: (i) das Condições Gerais; (ii) de condições particulares e/ou demais documentação contratual subscrita pelo(s) Titular(es) e aplicável ao presente produto/serviço.

10.3. A resolução prevista no número anterior opera automática e imediatamente na data da receção, por parte do Titular, de comunicação para o efeito remetida pelo BANCO, e implica o imediato cancelamento de todos os Cartões emitidos, aplicando-se o regime de cancelamento estabelecido na Cláusula 4 supra.

11. Disposições Diversas

11.1. O BANCO poderá, a qualquer momento, introduzir

alterações nas presentes Condições Gerais de Cartão de Débito, devendo dar conhecimento desse facto mediante comunicação por qualquer meio enviada ao Titular com, pelo menos, 2 (dois) meses de antecedência, aplicando-se integralmente o disposto na Cláusula 12.2 da Secção A das presentes Condições Gerais.

11.2. A utilização do Cartão antes de decorrido o prazo referido no número anterior constitui presunção de aceitação das alterações contratuais em causa.

11.3. Em caso de diferendo entre o BANCO e o Titular, e salvo se o contrário resultar de quaisquer disposições legais ou regulamentares aplicáveis, o ónus da prova cabe a quem invocar o facto a seu favor, obrigando-se a outra parte a facultar as informações e a documentação que lhe forem solicitadas relativamente ao diferendo em causa.

Subsecção I3 CONDIÇÕES GERAIS DE ADESÃO E UTILIZAÇÃO DO SERVIÇO MB WAY

1. Definições

No âmbito do presente Contrato e dos Termos e Condições Gerais da APP MB WAY, os termos abaixo indicados terão o seguinte sentido, quando iniciados por letra maiúscula:

a) **Alias:** Dados-chave, incluindo necessariamente um número de telemóvel, que identificam o Utilizador e são associados a Instrumentos de Pagamento seus, e que:

i. no caso de Transação MB WAY, são enviados pelo Comerciante à SIBS FPS no pedido de pagamento, para que este se concretize ou,

ii. no caso de Transferência MB WAY destinada ao Utilizador, são enviados à SIBS FPS pelo Banco, para que a transferência bancária se concretize.

b) **APP MB WAY:** aplicação informática destinada a dispositivos móveis com sistema operativo iOS, Android ou Windows, desenvolvida pela SIBS FPS, que permite a confirmação e a autenticação das Transações MB WAY ou das Transferências MB WAY através da introdução de um código na aplicação e assegura a transmissão de dados necessária a que a Transação MB WAY ou a Transferência MB WAY se completem.

c) **Comerciante:** entidade prestadora de serviços ou fornecedora de bens ou qualquer outra entidade credora de terceiros que contrata a aceitação de Transações MB WAY.

d) **Homebanking e Mobile Banking:** canais disponibilizados, em cada momento, pelo BANCO aos seus clientes, assente num sistema on-line com recurso à internet, que permite aos referidos clientes a realização de diversas operações.

e) **Instrumento de Pagamento:** qualquer instrumento de pagamento de acordo com a definição prevista na alínea aa) do artigo 2.º do Regime Geral dos Serviços de Pagamento e de Moeda Eletrónica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 91/2018, de 12 de Novembro, ou noutra disposição legal que venha a substituí-la, como sejam o cartão de débito, o número de identificação bancária, ou outros, excluindo os cartões com acesso a serviços de *wallet*, entendendo-se por *wallet* uma carteira digital que pode ser acedida via um dispositivo móvel ou computador e que permite ao seu detentor gerir e usar instrumentos de identificação, de fidelização, de bilhética e de pagamento.

f) **Sistema de Pagamento MB SPOT:** Conjunto de serviços e transações financeiras e não financeiras, concretizadas de acordo com as especificações técnicas e regras de negócio, as quais regulam a disponibilização do Sistema de Pagamentos MB SPOT a aceitantes e emissores devidamente licenciados e a utilização das funcionalidades associadas a esse sistema de pagamentos por comerciantes e titulares de cartões MB SPOT.

g) **Serviço MB WAY:** o serviço que, com base numa solução tecnológica, permite, pela associação entre Alias do Utilizador e Instrumentos de Pagamento da sua titularidade, a realização de Transações MB WAY, tal como descrito em www.mbway.pt.

h) **SIBS FPS: SIBS – FORWARD PAYMENT SOLUTIONS, S.A.** com sede na Rua Soeiro Pereira Gomes, Lote 1, em Lisboa, registada na Conservatória do Registo Comercial de

Lisboa, pessoa coletiva com o número único e de matrícula 505 107 546.

i) **Transações MB WAY:** transações financeiras que consistem em pagamentos efetuados através da introdução, num *user interface* que resulta da implementação de um conjunto de interfaces técnicos, (*WebServices*) MB WAY por parte do Comerciante, de um Alias do Utilizador, sendo os dados do pagamento confirmados e o pagamento autenticado através de código introduzido na APP MB WAY do dispositivo móvel do utilizador

j) **Transferências MB WAY:** operações financeiras que consistem em transferências instantâneas ordenadas e autenticadas a partir da APP MB WAY que tenham como beneficiário um Utilizador, sendo o beneficiário identificado, na ordem de transferência, através de indicação do seu número de telemóvel.

k) **Utilizador:** Pessoa titular de conta bancária que contrata com o BANCO a prestação do Serviço MB WAY.

2. Objeto

2.1. A presente secção contém as condições aplicáveis à adesão e utilização do serviço MB WAY.

2.2. Pela adesão às presentes Condições Gerais de Adesão ao Serviço MB WAY, o BANCO, obriga-se a prestar ao Utilizador o Serviço MB WAY, nas condições e termos regulados nas cláusulas seguintes, sempre que este tenha comunicado a sua adesão ao serviço através da aceitação dos Termos e Condições Gerais da APP MB WAY.

2.3. O Utilizador autoriza o lançamento a débito na sua Conta dos montantes correspondentes aos pagamentos que venha(m) a efetuar através do Serviço MB WAY, bem como o lançamento a crédito ou a débito dos montantes correspondentes às transferências bancárias que venha, respetivamente, a receber ou a ordenar através do Serviço MB WAY.

2.4. Sem prejuízo do disposto nas presentes Condições Gerais de Adesão e Utilização do Serviço MB WAY, às Transações MB WAY e às Transferências MB WAY, aplicam-se, também as presentes Condições Gerais.

3. Condições de Adesão e Prestação do Serviço MB WAY

3.1. A obrigação de prestação do Serviço MB WAY só produz efeitos após a emissão, pelo BANCO ou por terceiro por conta e em nome deste, da confirmação da ativação do Serviço MB WAY (através da comunicação ao Utilizador de que o Serviço MB WAY se encontra ativo), confirmação essa que deverá ser emitida após a receção da declaração de aceitação das presentes condições e de confirmação pelo Utilizador do número de telemóvel por si fornecido no âmbito da adesão ao Serviço MB WAY que o Utilizador indica na APP MB WAY.

3.2. Para que o BANCO possa prestar o Serviço MB WAY ao Utilizador, este terá de adquirir a autorização de uso e instalar, em dispositivo móvel com sistema operativo iOS, Android ou Windows, a APP MB WAY, que lhe será fornecida pela SIBS FPS.

3.3. A obrigação de prestação do Serviço MB WAY só produz efeitos se e enquanto o Utilizador, cumulativamente:

- i. Mantiver ativo o número de telemóvel fornecido, em aparelho de telemóvel que utilize, e mantiver em vigor o contrato com a respetiva operadora de telecomunicações, cumprindo pontualmente todas as obrigações emergentes;
- ii. Mantiver, no momento de cada utilização, ativos os Alias que utilize na realização de Transações MB WAY e de Transferências MB WAY;
- iii. Assegurar as condições para que receba no dispositivo móvel no qual haja instalado a APP MB WAY a mensagem de pedido de confirmação da Transação MB WAY ou da Transferência MB WAY (*push notification*).

3.4. O utilizador poderá ter mais do que um Alias associado a um seu Instrumento de Pagamento, podendo cada Alias estar associado a mais do que um Instrumento de Pagamento.

4. Transferências MB WAY

4.1. O Utilizador poderá ordenar ou receber através da APP MB WAY, Transferências MB WAY até aos limites em número e em valor que em cada momento forem definidos pelo BANCO.

4.2. Para efetuar transferências MB WAY o utilizador deverá, na App MB WAY: (i) selecionar a opção transferência; (ii) selecionar o Instrumento de Pagamento a utilizar; (iii) inserir (ou selecionar

da sua lista de contatos) o número do telemóvel do destinatário da transferência; (iv) inserir o seu código de autenticação; (v) seguir as instruções que lhe forem transmitidas através da APP MB WAY.

4.3. O Utilizador que tenha mais do que um Instrumento de Pagamento associado ao seu número de telemóvel poderá, no momento da adesão ou posteriormente, indicar o Instrumento de Pagamento associado à conta bancária na qual pretende que os fundos transferidos sejam creditados.

4.4. Em transferência MB WAY que seja ordenada pelo Utilizador, este reconhece que o destinatário só receberá os fundos transferidos quando e se for já, ou se tornar para o efeito, Utilizador do Serviço MB WAY e indicar o Instrumento de Pagamento associado à conta bancária onde pretende que sejam creditados os fundos transferidos. Caso contrário, a transferência não será concretizada sem que os montantes pretendidos transferir sejam debitados da conta bancária e sem que a tentativa de transferência tenha qualquer custo para o Utilizador ordenante. Neste caso, o Banco não poderá ser responsabilizado pela não execução da transferência.

4.5. As transferências MB WAY ordenadas a partir da APP MB WAY são executadas nos mesmos prazos que as Transferências MB WAY ordenadas a partir de *Homebanking* ou *Mobile Banking* e estão sujeitas ao preçário que o Banco defina em cada momento.

5. Alteração de número de telemóvel e endereço de correio eletrónico

5.1. O Utilizador poderá alterar o número de telemóvel associado ao Serviço MB WAY, bastando para tanto recorrer a um CAIXA AUTOMÁTICO MULTIBANCO.

5.2 O Utilizador poderá alterar o endereço de correio eletrónico fornecido no âmbito da utilização da APP MB WAY, através da APP MB WAY.

6. Apoio ao Utilizador

6.1. No âmbito da prestação do Serviço MB WAY, o BANCO obriga-se a prestar ao Utilizador os serviços de apoio técnico à transmissão, por parte do Utilizador ao Banco, de ordens de Transações MB WAY ou de Transferências MB WAY, bem como à receção de Transferências MB WAY.

6.2. O BANCO mantém uma linha telefónica informativa, através da qual atenderá e prestará a quem quer que se lhe dirija toda a informação que lhe seja pedida acerca do Serviço MB WAY, incluindo o processo de adesão ao mesmo e o seu modo de funcionamento, obrigando-se também a esclarecer todas as dúvidas que o Utilizador lhe coloque acerca do Serviço MB WAY.

6.3. O BANCO mantém igualmente uma linha telefónica destinada a receber as reclamações do Utilizador, devendo este, ao apresentar uma reclamação, informar desde logo o BANCO sobre se a situação que originou a reclamação envolveu ou não a realização de um débito na sua conta bancária junto do BANCO.

7. Dados Pessoais

7.1. O Utilizador autoriza o BANCO a proceder, diretamente ou através de entidade subcontratada para o efeito, ao tratamento dos dados pessoais que facultou ao BANCO no âmbito da celebração e manutenção do presente contrato, incluindo os dados fornecidos para instalação e uso da APP MB WAY, qualquer que seja o meio de recolha desses dados, seja através de comunicação ao BANCO ou a entidade subcontratada por este, tendo o tratamento dos dados por finalidade a prestação, pelo Banco ao Utilizador, do Serviço MB WAY.

7.2. O tratamento de dados pessoais facultados pelo Utilizador ao BANCO no âmbito da celebração e manutenção deste contrato é também feito ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 6.º da Lei 67/98 de 26 de Outubro (Lei da Proteção de Dados) e do artigo 6.º n.º 1 alínea b) do Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), ou da legislação que a venha a substituir.

7.3. Ainda que o tratamento dos dados seja feito por entidade subcontratada pelo BANCO, é este quem define a finalidade e os meios do tratamento, sendo a entidade responsável pelo mesmo.

7.4. O Utilizador aceita que sejam utilizados pelo BANCO, para efeitos probatórios, de prestação de informação estatística ou agregada ou outros, dentro dos limites legais, os registos efetuados pelo sistema informático através do qual é prestado o Serviço MB WAY e que sejam relativos às operações realizadas

pelo utilizador.

7.5. O Utilizador tem a possibilidade de aceder aos seus dados pessoais e de os alterar a qualquer momento na opção “Alterar Dados ou através de um CAIXA AUTOMÁTICO MULTIBANCO.

7.6. O Utilizador obriga-se a comunicar ao Banco qualquer alteração relativa aos dados facultados ao Banco aquando da adesão ao Serviço MB WAY e celebração do presente contrato, ou no âmbito da manutenção deste contrato ou da instalação e utilização da APP MB WAY, procedendo para o efeito à respetiva atualização na opção “Alterar Dados”, através dos canais disponíveis pelo Banco para adesão e gestão do serviço ou através de uma CAIXA AUTOMÁTICO MULTIBANCO.

7.7. Os dados pessoais fornecidos pelo Utilizador no âmbito da celebração e manutenção do presente contrato serão processados e armazenados informaticamente numa base de dados gerida por entidade subcontratada pelo Banco.

7.8. O Utilizador declara que autoriza o Banco a transmitir a terceiros que atuem por conta deste, os dados pessoais que sejam indispensáveis à ativação, suporte, gestão e manutenção da prestação do Serviço MB WAY e ao desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas com essa prestação, autorizando o Banco a utilizá-los para os mencionados efeitos.

7.9. O Utilizador tem o direito de solicitar ao Banco: (i) o acesso; (ii) a retificação; (iii) o apagamento; (iv) a limitação do tratamento, de todos os dados pessoais que lhe digam respeito.

8. Utilização fraudulenta do Serviço MB WAY

8.1. O Utilizador obriga-se a manter a confidencialidade do PIN MB WAY das Transações MB WAY e Transferências MB WAY que define para confirmar os pagamentos ou as transferências, bem como a assegurar que o número de telemóvel e o endereço de correio eletrónico associado ao Serviço MB WAY, bem como o dispositivo móvel e a APP MB WAY nele instalada são utilizados apenas por si ou por pessoas por si autorizadas.

8.2. O Utilizador obriga-se a comunicar imediatamente ao BANCO, sem atrasos injustificados, e logo que dela tenha conhecimento, qualquer situação de utilização abusiva do Serviço MB WAY por terceiro, bem como qualquer situação de perda, furto, roubo ou apropriação do dispositivo móvel onde foi instalada a APP MBWAY, mediante contacto para os números de telefone Call Center Nacional: 213 306 324/ Internacional: (+351) 213 306 324/ Cancelamento de Cartões Débito:(+351) 217 918 780 ou 808 201 251.

8.3. O Utilizador deverá também participar às autoridades policiais ou judiciais as ocorrências referidas na cláusula 8.2, devendo apresentar ao BANCO cópia ou certidão do respetivo auto.

8.4. O Utilizador fica obrigado a prestar ao Banco toda a colaboração necessária à deteção de fraudes e irregularidades na utilização do Serviço MB WAY, designadamente, facultando ao Banco toda a informação que por este lhe for pedida, ficando obrigado a reportar ao Banco quaisquer ações fraudulentas de terceiros ou tentativas de manipulação tendentes a obter códigos secretos ou aceder à APP MB WAY, logo que delas tenha conhecimento.

8.5. O Banco poderá cessar, temporária ou definitivamente, a prestação do Serviço MB WAY, sempre que tal lhe for solicitado pela entidade gestora do sistema de pagamentos MULTIBANCO, nomeadamente por motivos de segurança ou com fundamento no facto de o Utilizador utilizar o Serviço MB WAY para praticar atividades fraudulentas.

9. Funcionamento

9.1. O BANCO não garante o permanente funcionamento do Serviço MB WAY, pelo que não poderá ser responsabilizado pela sua eventual indisponibilidade.

9.2. Os erros ou deficiências dos Dispositivos Móveis utilizados pelo Utilizador, não poderão ser feitos valer perante o BANCO.

10. Cessação do Contrato

O BANCO poderá denunciar o presente contrato, na parte que respeita à prestação do Serviço MB WAY, sempre que tal lhe for solicitado pela entidade gestora do sistema de pagamentos MULTIBANCO, nomeadamente por motivos de segurança ou com fundamento no facto de o Utilizador utilizar o Serviço MB

WAY para praticar atividades fraudulentas.

SECÇÃO J PRESTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAGAMENTO

Subsecção J1 Disposições Gerais

1. Âmbito

1.1. A presente Secção aplica-se às operações de pagamento de carácter isolado, aos contratos-quadro e às operações de pagamento por estes abrangidas.

1.2. No caso de operações em que intervenham outros prestadores de serviços de pagamento, a presente Secção aplicar-se-á, salvo as exceções legal e contratualmente previstas:

- a) às operações de pagamento efetuadas em qualquer moeda, caso os demais prestadores de serviços estejam situados em Portugal ou noutro Estado membro da União;
- b) às parcelas da operação de pagamento efetuadas em Portugal em qualquer moeda, caso o outro prestador esteja situado fora da União.

2. Serviços de pagamento prestados pelo BANCO

O BANCO presta aos seus CLIENTES os seguintes serviços de pagamento:

- a) Depósito e levantamento de numerário de uma conta aberta junto do BANCO;
- b) Transferência de fundos;
- c) Débitos diretos;
- d) Operações de pagamento através de um cartão de pagamento ou dispositivo semelhante;
- e) Ordens de domiciliação; e
- f) Execução de débitos diretos, operações de pagamento através de um cartão de pagamento, transferências bancárias e ordens de domiciliação cobertos por uma linha de crédito concedida pelo BANCO ao CLIENTE.

3. Encargos relativos à prestação de informação

3.1. Salvo estipulação expressa em contrário, a prestação de informação ao abrigo da presente Secção será efetuada pelo BANCO de forma gratuita.

3.2. Caso o CLIENTE solicite ao BANCO a prestação de informações adicionais ou mais frequentes ou o envio de informação por via de comunicação diferente das especificadas na Cláusula 13 da Secção A. (desde que a mesma esteja disponível para o BANCO), o BANCO reserva-se o direito de cobrar os encargos correspondentes nos termos gerais previstos na Cláusula 6 da Secção A.

Subsecção J2 Operações de pagamento de carácter isolado

1. Âmbito de aplicação

A presente Subsecção aplica-se às operações de pagamento de carácter isolado não abrangidas por um contrato-quadro.

2. Informações gerais pré-contratuais relativas a operações de pagamento de carácter isolado

2.1. O BANCO comunicará ao CLIENTE as informações e condições especificadas no número 2.5 da presente Cláusula, antes de este ficar vinculado por um contrato ou proposta de prestação de serviço de pagamento de carácter isolado

2.2. Sempre que o cliente o solicite, o BANCO prestará através de e-mail ou por outro meio escrito dirigido para o endereço aplicável do CLIENTE referido na Cláusula 13 da Secção A, as informações descritas no número 2.5 da presente Cláusula.

2.3. Se o contrato de serviço de pagamento de carácter isolado tiver sido celebrado, a pedido do CLIENTE, através de um meio de comunicação à distância que não permita ao BANCO prestar as informações previamente, o BANCO prestará as informações acima referidas após a execução da operação de pagamento.

2.4. O BANCO poderá cumprir as obrigações estabelecidas nos números 1 e 2 mediante a entrega de uma cópia do projeto de contrato de prestação de serviço de pagamento de carácter

isolado ou do projeto de ordem de pagamento que inclua as informações e condições especificadas no número seguinte.

2.5. O BANCO prestará informação sobre:

- a) A informação precisa ou o identificador único a fornecer pelo CLIENTE para que uma ordem de pagamento possa ser devidamente iniciada ou executada;
- b) O prazo máximo de execução aplicável à prestação do serviço de pagamento;
- c) Todos os encargos a pagar pelo CLIENTE e, se aplicável, a discriminação dos respetivos montantes;
- d) Se for caso disso, a taxa de câmbio efetiva ou a taxa de câmbio de referência a aplicar à operação de pagamento.
- e) Se aplicável, quaisquer outras informações e condições pertinentes especificadas na Cláusula 3 desta Subsecção J3.

3. Informações a prestar ao ordenante após a receção da ordem de pagamento

3.1. Imediatamente após a receção da ordem de pagamento, o BANCO presta ao CLIENTE, ou põe à sua disposição, as seguintes informações respeitantes aos seus serviços:

- a) Uma referência que permita ao CLIENTE identificar a operação de pagamento e, se adequado, informações respeitantes ao beneficiário;
- b) O montante da operação de pagamento na moeda utilizada na ordem de pagamento;
- c) O montante de eventuais encargos da operação de pagamento que o CLIENTE deva pagar e, se aplicável, a respetiva discriminação;
- d) Se for caso disso, a taxa de câmbio aplicada à operação de pagamento pelo prestador de serviços de pagamento do ordenante, ou uma referência à mesma, se for diferente da taxa resultante da alínea d) do n.º 1 anterior bem como o montante da operação de pagamento após essa conversão cambial; e
- e) A data de receção da ordem de pagamento.

4. Informações a prestar pelo BANCO após a execução da operação quando o CLIENTE seja o beneficiário

Se o CLIENTE assumir o papel de beneficiário da operação, imediatamente após a execução da ordem de pagamento, o BANCO presta ao CLIENTE, ou põe à sua disposição, as seguintes informações:

- a) uma referência que permita ao CLIENTE identificar a operação de pagamento e, se adequado, o ordenante e as informações transmitidas com a operação de pagamento
- b) O montante da operação de pagamento na moeda em que os fundos são postos à disposição do CLIENTE;
- c) O montante de eventuais encargos da operação de pagamento a pagar pelo beneficiário e, se aplicável, a respetiva discriminação
- d) Se for caso disso, a taxa de câmbio aplicada à operação de pagamento pelo prestador de serviços de pagamento do beneficiário, bem como o montante da operação de pagamento antes dessa conversão cambial; e
- e) a data-valor do crédito.

Subsecção J3 Contratos-quadro

1. Âmbito de aplicação

1.1. A presente Subsecção aplica-se às operações de pagamento abrangidas por um contrato-quadro.

1.2. Para estes efeitos considera-se como integrando o contrato-quadro, as condições previstas na presente Subsecção e as condições específicas de cada um dos instrumentos contratuais celebrados entre o CLIENTE e o BANCO e que envolvam a prestação de serviços de pagamento.

1.3. No âmbito da prestação de Serviços de Pagamento pelo BANCO ao CLIENTE, em tudo o que não se encontrar previsto na presente Subsecção aplicar-se-á o disposto nos instrumentos contratuais específicos aplicáveis.

O disposto na presente Secção e nos instrumentos contratuais específicos que envolverem a prestação de Serviços de Pagamento pelo BANCO ao CLIENTE constituem o Contrato-Quadro, para efeitos da aplicação do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica aprovado pelo Decreto-Lei nº 91/2018, de 12 de novembro.

2. Informações gerais pré-contratuais

2.1. O BANCO comunicará ao CLIENTE as informações e condições especificadas na Cláusula 3 da presente Subsecção, antes de este ficar vinculado por um contrato-quadro ou uma proposta de contrato-quadro.

2.2. A comunicação será efetuada em papel ou noutro suporte duradouro.

2.3. Se o contrato quadro de pagamento tiver sido celebrado, a pedido do CLIENTE, através de um meio de comunicação à distância que não permita ao BANCO prestar as informações especificadas no número 3 da presente Cláusula previamente, o BANCO prestará as informações acima referidas imediatamente após a celebração do contrato-quadro.

2.4. As obrigações estabelecidas nos números 2.1 e 2.2 podem ser cumpridas mediante a entrega de uma cópia do projeto de contrato-quadro que inclua as informações e condições especificadas no número seguinte.

3. Informações e Condições relativas a cada Serviço de Pagamento prestado pelo BANCO aos seus CLIENTES

3.1. Na medida em que a obrigação de prestação da informação abaixo detalhada não resulte já expressamente de outras disposições constantes das presentes Condições Gerais, o BANCO prestará ao CLIENTE, em relação a cada um dos Serviços de Pagamento referidos na Cláusula 2, da Subsecção J1, as seguintes informações:

3.1.1. Quanto à utilização de serviços de pagamento:

- a) principais características do serviço de pagamento;
- b) identificação das informações precisas ou do identificador único a fornecer pelo BANCO a fim de que uma ordem de pagamento possa ser convenientemente iniciada ou executada;
- c) forma e procedimentos de comunicação do consentimento para executar uma operação de pagamento e para a retirada desse consentimento nos termos das Cláusulas 3 e 13. da Subsecção J4;
- d) referência ao momento de receção de uma ordem de pagamento, nos termos da Cláusula 12 da Subsecção J4 e, se existir, ao momento-limite estabelecido;
- e) prazo máximo de execução aplicável à prestação do serviço de pagamento, nos termos da Cláusula 15 da Subsecção J4;
- f) se existe possibilidade de celebrar um acordo sobre limites de despesas para a utilização deste instrumento de pagamento, nos termos da Cláusula 4. da Subsecção J4;
- g) os direitos do utilizador de serviços de pagamento, no caso de instrumentos de pagamento multimarca baseados em cartões, estabelecidos no artigo 8.º do Regulamento (UE) n.º 2015/751, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2015.

3.1.2. Quanto aos encargos, taxa de juro e de câmbio:

- a) todos os encargos a pagar pelo CLIENTE e, se for caso disso, a discriminação dos respetivos montantes;
- b) se aplicável, as taxas de juro ou de câmbio a aplicar, ou caso devam ser utilizadas taxas de juro ou de câmbio de referência, o método de cálculo do juro efetivo, bem como a data relevante e o índice ou a base para determinação dessa taxa de juro ou de câmbio de referência;
- c) moeda acordada entre as partes para a realização de qualquer pagamento;
- d) caso seja proposto um serviço de conversão monetária, no ponto de venda ou pelo beneficiário, antes do início da operação, a parte que propõe a operação de pagamento deverá prestar as seguintes informações: (i) encargos a serem suportados pelo ordenante e (ii) taxa de câmbio a aplicar para efeitos da conversão na operação de pagamento;

3.1.3. Quanto à comunicação:

- a) Se for caso disso, os meios de comunicação, incluindo os requisitos técnicos aplicáveis ao equipamento e ao software do CLIENTE, acordados entre as partes para a transmissão da informação ou das notificações previstas na presente Subsecção;
- b) As formas de prestação ou de disponibilização de informação e a respetiva frequência
- c) A língua ou as línguas em que é celebrado o contrato-quadro e em que são efetuadas as comunicações durante a relação contratual; e
- d) O direito do utilizador de serviços de pagamento a receber os termos do contrato-quadro e as informações e condições nos

termos da presente Secção J.

3.1.4. Quanto às medidas preventivas e retificativas:

- a) Se for caso disso, uma descrição das medidas que o CLIENTE deve tomar, nos termos da alínea a) da Cláusula 6 da Subsecção J4 para preservar a segurança dos instrumentos de pagamento, bem como a forma da comunicação ao BANCO para efeitos da alínea b) do n.º 6 da Subsecção J4;
- b) O procedimento seguro de comunicação do CLIENTE pelo BANCO em caso de suspeita de fraude, de fraude comprovada ou de ameaças à segurança do instrumento de pagamento ou das respetivas credenciais de segurança personalizadas;
- c) Se tal for acordado, as condições em que o BANCO pode reservar-se o direito de bloquear um instrumento de pagamento ao abrigo da Cláusula 4 da Subsecção J4;
- d) A responsabilidade do CLIENTE nos termos da Cláusula 10. da Subsecção J4, nomeadamente os limites aplicáveis a cada caso (se diferente da aqui prevista);
- e) As formas e o prazo de que dispõe o CLIENTE para comunicar ao BANCO qualquer operação não autorizada ou incorretamente executada, Cláusula 8. da Subsecção J4, bem como a responsabilidade do BANCO por operações não autorizadas, nos termos da Cláusula 9. da Subsecção J4;
- f) A responsabilidade do BANCO pela execução das operações de pagamento nos termos das Cláusulas 9 e 16 da subsecção J4; e
- g) As condições de reembolso nos termos da Cláusula 11 da Subsecção J4;

3.1.5. Quanto às alterações, à denúncia e à resolução do contrato - quadro:

- a) Se tal for acordado, a informação de que se considera que o utilizador de serviços de pagamento aceitou a alteração das condições, a menos que tenha notificado o BANCO de que não aceita essa alteração antes da data proposta para a entrada em vigor da mesma;
- b) A duração do contrato -quadro; e
- c) O direito que assiste ao CLIENTE de resolver ou denunciar o contrato-quadro;

3.1.6. Quanto à reparação:

- a) Qualquer cláusula contratual relativa ao direito aplicável ao contrato -quadro e ao tribunal competente; e
- b) Os procedimentos de reclamação e de resolução alternativa de litígios à disposição do CLIENTE
- c) se aplicável, uma descrição das medidas que o CLIENTE deve tomar para preservar a segurança dos instrumentos de pagamento;

4. Acesso à informação e condições

O Cliente terá direito a receber a seu pedido e em qualquer momento os termos do contrato-quadro em papel ou qualquer outro suporte duradouro.

Subsecção J4

Direitos e obrigações relativamente à prestação de Serviços de Pagamento

1. Âmbito de aplicação

A presente Subsecção estabelece os direitos e obrigações das partes no âmbito da prestação pelo BANCO de Serviços de Pagamento.

2. Encargos aplicáveis

2.1. O BANCO suportará os encargos resultantes do cumprimento das medidas corretivas e preventivas previstas na presente Subsecção, com exceção do disposto no número seguinte.

2.2. Sem prejuízo de outras situações especialmente previstas, o BANCO poderá cobrar ao CLIENTE os encargos que correspondam aos custos efetivamente suportados pelo BANCO conforme constantes do Preçário do BANCO, disponível em www.abanca.pt, nas seguintes situações:

- a) O BANCO ter efetuado a notificação da recusa justificada de execução de uma ordem de pagamento, nos termos da Cláusula 12.3.;
- b) O BANCO proceder à revogação de uma ordem de

pagamento, nos termos da Cláusula 13.; e

- c) O BANCO desenvolver esforços de recuperação de fundos, nos termos da Cláusula 16.2.

3. Autorização de operações de pagamento

3.1. O BANCO só executará uma operação ou conjunto de operações de pagamento após o CLIENTE ter comunicado ao BANCO, através de qualquer dos meios previstos na Cláusula 13. da Secção A destas Condições Gerais ou em instrumento específico de pagamento, o seu prévio consentimento para o efeito, salvo se for acordado entre o CLIENTE e o BANCO que o mesmo será prestado em momento subsequente.

3.2. O consentimento para a execução da operação de pagamento também pode ser dado através do beneficiário ou do prestador de serviços de iniciação de pagamentos.

3.3. O consentimento do CLIENTE para a execução de uma operação ou conjunto de operações de pagamento pode ser retirado pelo CLIENTE enquanto for revogável nos termos previstos na Cláusula 13 da presente Subsecção. A revogação do consentimento para a execução de um conjunto de operações de pagamento implica a não autorização das operações subsequentes ainda não executadas, mas não afeta aquelas que já tenham sido executadas pelo BANCO.

4. Limites da utilização do instrumento de pagamento

4.1. O CLIENTE e o BANCO por acordo poderão estabelecer um limite máximo de despesas para a utilização de cada instrumento de pagamento.

4.2. O BANCO reserva-se o direito de, a qualquer momento e desde que para tanto tenha motivos objetivamente fundamentados, bloquear qualquer instrumento de pagamento em virtude de:

- a) motivos de segurança relativos ao instrumento de pagamento;
- b) suspeita de utilização não autorizada ou fraudulenta do instrumento em causa; ou
- c) aumento significativo do risco de o CLIENTE ser incapaz de cumprir as suas responsabilidades de pagamento, no caso de se tratar de um instrumento de pagamento com uma linha de crédito associada.

4.3. O BANCO deverá comunicar ao CLIENTE o bloqueio de qualquer instrumento de pagamento nos termos do número anterior, informando-o sobre as causas justificativas da sua atuação, salvo se essa informação não puder ser prestada por razões de segurança objetivamente fundamentadas ou for proibida por disposições legais ou regulamentares aplicáveis.

4.4. A informação prevista no número anterior deverá ser prestada ao CLIENTE antes do bloqueio do instrumento de pagamento; caso tal não seja possível, aquela informação deve ser prestada ao CLIENTE imediatamente após o bloqueio.

4.5. O BANCO procederá ao desbloqueio do instrumento de pagamento ou à sua substituição por um novo logo que cessem as causas que originaram o bloqueio do instrumento de pagamento.

5. Limites ao acesso dos prestadores de serviços e pagamento a contas de pagamento

5.1. O Banco poderá recusar o acesso à conta de pagamento a um prestador de serviços de informação sobre contas ou a um prestador de serviços de iniciação de pagamentos por motivos objetivamente justificados e devidamente comprovados relacionados com o acesso fraudulento ou não autorizado à conta de pagamento por parte desse prestador, incluindo a iniciação fraudulenta ou não autorizada de uma operação de pagamento.

5.2. Nos casos referidos no número anterior, o Banco informará o CLIENTE, na forma acordada, da recusa de acesso à conta de pagamento e dos respetivos motivos.

5.3. Sempre que possível, a informação indicada no número anterior deve ser dada ao CLIENTE antes da recusa de acesso, ou o mais tardar imediatamente após a recusa, salvo se essa informação não puder ser prestada por razões de segurança objetivamente fundamentadas ou se for proibida por outras disposições legais aplicáveis.

5.4. Logo que deixem de se verificar os motivos que levaram à recusa a que se refere o n.º 1, o BANCO autorizará o acesso à

conta de pagamento.

6. Obrigações do CLIENTE associadas aos instrumentos de pagamento

Sem prejuízo das obrigações previstas em normas legais ou regulamentares aplicáveis ou nos instrumentos contratuais celebrados com o BANCO com relação a instrumentos de pagamento, o CLIENTE assume as seguintes obrigações perante o BANCO:

- utilizar o instrumento de pagamento de acordo com as condições que regem a sua emissão e utilização, tomando todas as medidas razoáveis de forma a preservar a segurança das suas credenciais de segurança personalizadas desse instrumento, nomeadamente as que se encontrem previstas na documentação referente ao mesmo; e
- Comunicar ao BANCO, logo que tenha conhecimento dos factos e sem atraso injustificado através números de telefone Call Center Nacional: 213 306 324/ Internacional: (+351) 213 306 324 / Cancelamento de Cartões Débito: (+351) 217 918 780 ou 808 201 251, a perda, roubo, apropriação abusiva ou qualquer utilização não autorizada de um instrumento de pagamento.

7. Obrigações do BANCO associadas aos instrumentos de pagamento

7.1. Sem prejuízo das obrigações previstas em normas legais ou regulamentares aplicáveis ou nos instrumentos contratuais celebrados com o BANCO com relação a instrumentos de pagamento, o BANCO, ao emitir ou disponibilizar um instrumento de pagamento, assume o risco do respetivo envio ao CLIENTE e assume as seguintes obrigações perante o CLIENTE:

- assegurar, sem prejuízo das obrigações do CLIENTE referidas na Cláusula anterior, que as credenciais de segurança personalizadas de cada instrumento de pagamento só se encontram acessíveis ao CLIENTE;
- abster-se de enviar ao CLIENTE instrumentos de pagamento não solicitados, salvo em caso de substituição;
- disponibilizar ao CLIENTE meios adequados que lhe permitam proceder à notificação prevista na alínea b) da Cláusula anterior ou solicitar o desbloqueio do instrumento de pagamento nos termos previstos na Cláusula 4.5. da presente Subsecção;
- disponibilizar ao CLIENTE, a pedido deste, meios necessários para fazer prova, no prazo de 18 meses após a notificação prevista na alínea b) da Cláusula anterior, de que o CLIENTE efetuou essa notificação; e
- impedir qualquer utilização do instrumento de pagamento logo que a notificação prevista na alínea b) da Cláusula anterior tenha sido realizada.

7.2. O BANCO, assegura que a comunicação a que se refere a alínea c) do número anterior é efetuada a título gratuito, cobrando apenas, e se for caso disso, os custos diretamente imputáveis à substituição do instrumento de pagamento.

8. Comunicação de operações não autorizadas ou incorretamente executadas e direito de retificação

8.1. O BANCO retificará as operações de pagamento não autorizadas ou executadas incorretamente que sejam suscetíveis de reclamação pelo CLIENTE, desde que a situação seja comunicada ao BANCO, através de envio de carta registada com aviso de receção para o endereço do BANCO referido nas presentes Condições Gerais, sem atraso injustificado e no prazo de 13 meses a contar da data do débito.

8.2. A comunicação mencionada no número anterior não está sujeita ao referido prazo de 13 meses caso, relativamente à operação de pagamento em causa, o BANCO não tenha prestado ou disponibilizado as informações a que está obrigado nos termos das Subsecções J2 e J3.

9. Responsabilidade do BANCO por operações de pagamento não autorizadas

9.1. Sem prejuízo do estabelecido na Cláusula 8. da presente Subsecção, o BANCO reembolsará imediatamente o CLIENTE o montante da operação de pagamento não autorizada após ter tido conhecimento da operação ou após esta lhe ter sido comunicada e, em todo o caso, o mais tardar até ao final do primeiro dia útil seguinte àquele conhecimento ou comunicação.

9.2. O BANCO não está obrigado ao reembolso no prazo previsto no número anterior se tiver motivos razoáveis para suspeitar de

atuação fraudulenta do Cliente e comunicar por escrito esses motivos, no prazo indicado no número anterior, às autoridades judiciárias nos termos da lei penal e de processo penal.

9.3. Caso a operação de pagamento seja iniciada através de um prestador do serviço de iniciação do pagamento, o BANCO reembolsará imediatamente o CLIENTE do montante da operação de pagamento não autorizada após ter tido conhecimento da operação ou após esta lhe ter sido comunicada e, em todo o caso, o mais tardar até ao final do primeiro dia útil seguinte àquele conhecimento ou comunicação.

9.4. O BANCO não reembolsará no prazo previsto no número anterior se o prestador do serviço de iniciação do pagamento lhe der conhecimento de que tem motivos razoáveis para suspeitar de atuação fraudulenta do CLIENTE e de que comunicou por escrito esses motivos às autoridades judiciárias nos termos da lei penal e de processo penal.

9.5. Sempre que haja lugar ao reembolso ao ordenante, o BANCO reporá a conta de pagamento debitada na situação em que estaria se a operação de pagamento não autorizada não tivesse sido executada e assegurará que a data-valor do crédito na conta de pagamento do CLIENTE não é posterior à data em que o montante foi debitado na conta.

9.6. Caso o montante da operação de pagamento não autorizada não seja imediatamente reembolsado, o BANCO pagará ao CLIENTE, sobre aquele montante, juros compensatórios e moratórios, à taxa legalmente aplicável.

10. Responsabilidade do CLIENTE por operações de pagamento não autorizadas

10.1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o CLIENTE suportará as perdas resultantes de operações não autorizadas em virtude de perda, roubo ou apropriação abusiva do instrumento de pagamento com quebra de confidencialidade dos dispositivos de segurança personalizados que lhe seja imputável, dentro do limite do saldo disponível ou da linha de crédito associada à conta de pagamento, até um máximo de 50 EUR.

10.2. Em caso de atuação fraudulenta do CLIENTE ou de incumprimento deliberado pelo CLIENTE de qualquer obrigação prevista na Cláusula 7., o CLIENTE suportará todas perdas que resultem de operações de pagamento não autorizadas sem aplicação de qualquer dos limites referidos no número anterior.

10.3. Em caso de negligência grave do CLIENTE, este suportará todas perdas que resultem de operações não autorizadas até ao limite do saldo disponível ou da linha de crédito associada à conta de pagamento, ainda que superiores a 50 EUR, dependendo da natureza dos dispositivos de segurança personalizados do instrumento de pagamento em causa e das circunstâncias da sua perda, roubo ou apropriação abusiva.

10.4. Salvo em caso de atuação fraudulenta, o CLIENTE não suportará outras consequências financeiras se:

- tais consequências resultarem da utilização de instrumento de pagamento perdido, roubado ou abusivamente apropriado após o CLIENTE ter procedido à notificação a que se refere a alínea b) da Cláusula 7.; ou
- o BANCO não tiver disponibilizado ao CLIENTE os meios adequados a que é feita referência na Cláusula 8., alínea c) para que este procedesse à notificação prevista na alínea b) da Cláusula 7.

11. Reembolso de operações de pagamento iniciadas pelo beneficiário ou através deste

11.1. O CLIENTE, enquanto ordenante, tem direito a ser reembolsado pelo BANCO do montante integral da operação de pagamento autorizada e executada, iniciada pelo beneficiário ou através deste, caso se reúnam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a autorização não especifique, no momento em que seja concedida, o montante exato da operação de pagamento;
- o montante da operação de pagamento exceda o montante que o CLIENTE poderia razoavelmente esperar com base no perfil de despesas anterior, nos termos das condições contratuais aplicáveis e das circunstâncias específicas do caso, sem prejuízo do disposto no n.º 3 da presente Cláusula 11.; e
- o CLIENTE apresente o pedido de reembolso ao BANCO no prazo de oito semanas a contar da data em que os fundos tenham sido debitados e forneça ao BANCO os dados

concretos referentes às condições indicadas nas alíneas anteriores.

11.2. O CLIENTE não poderá, para efeitos da alínea b) do número anterior, basear-se em razões relacionadas com a taxa de câmbio, se tiver sido aplicada a taxa de câmbio de referência previamente acordada entre o BANCO e o CLIENTE.

11.3. O CLIENTE não terá direito a ser reembolsado pelo BANCO caso o consentimento para a execução da operação tenha sido prestado diretamente pelo CLIENTE ao BANCO e este tenha prestado ou disponibilizado, pelo menos quatro semanas antes da data de execução da operação e na medida do aplicável, informação referente à operação em questão.

11.4. No prazo de dez dias úteis a contar da receção do pedido de reembolso referido na alínea c) do n.º 11.1 da presente Cláusula, o BANCO reembolsará integralmente o montante da operação de pagamento ou, salvo nos casos previstos na alínea b) da presente Cláusula do n.º 11.1, recusará justificadamente o reembolso, podendo o CLIENTE, neste caso, exercer o seu direito de reclamação nos termos do disposto na Cláusula 18., sem prejuízo da faculdade, que lhe assiste, de reclamar junto do Banco de Portugal.

11.5. Sem prejuízo do disposto no artigo 11.1 supra, o CLIENTE tem direito ao reembolso incondicional relativamente às operações de débito direto a que se refere o artigo 1.º do Regulamento (EU) n.º 260/2012, no mesmo prazo de oito semanas a contar da data em que os fundos foram debitados.

12. Recepção e Execução de Operações de Pagamento

12.1. As ordens de pagamento transmitidas pelo CLIENTE ou através do pelo respetivo beneficiário, ou prestador de serviços de iniciação consideram-se recebidas pelo BANCO:

- a) até às 15 horas do dia útil da sua receção; ou
- b) depois dessa hora, no dia útil imediatamente seguinte.

12.2. Constitui requisito para a execução de uma ordem de pagamento pelo BANCO o preenchimento cumulativo das condições previstas na Cláusula 5.5. da Secção A das presentes Condições Gerais, bem como de quaisquer outras previstas na documentação contratual relativa ao instrumento em questão, reservando-se o BANCO o direito de recusar a execução de qualquer ordem de pagamento que não cumpra com qualquer uma delas.

12.3. Em caso de recusa de uma ordem de pagamento ou de iniciação de ordem de pagamento fundada no incumprimento de qualquer uma das condições referidas no número anterior e salvo disposição legal ou regulamentar em contrário, o BANCO, dentro dos prazos referidos na Cláusula 15.1. e 15.2. da Subsecção J4, consoante aplicável, notificará o CLIENTE, transmitindo a este último as razões que levaram à recusa da execução da operação, bem como, se aplicável, o procedimento a adotar pelo CLIENTE para corrigir as insuficiências apontadas.

13. Revogação de Ordens de Pagamento

13.1. Salvo o disposto nos números seguintes, uma ordem de pagamento não poderá ser revogada após a sua receção pelo BANCO.

13.2. Caso a operação de pagamento seja iniciada por um prestador do serviço de iniciação do pagamento, pelo beneficiário ou através deste, o CLIENTE não poderá revogar a ordem de pagamento depois de ter dado o consentimento ao beneficiário para executar a operação de pagamento.

13.3. Nos casos em que a operação de pagamento se efetua mediante utilização de Cartão num terminal de pagamento automático, a respetiva ordem será irrevogável a partir do momento em que o CLIENTE, através da inserção e confirmação do código de segurança do Cartão no terminal de pagamento automático, comunica ao beneficiário da operação o seu assentimento à realização da mesma.

13.4. As ordens de pagamento por débito direto e quaisquer ordens de pagamento transmitidas ao BANCO nos termos da Cláusula 12.1. da presente Subsecção (exceto as indicadas no número anterior) podem ser revogadas pelo CLIENTE através de comunicação dirigida ao BANCO para o efeito e recebida por este até às 15 horas do dia útil imediatamente anterior à data da respetiva execução.

13.5. A partir do momento em que uma ordem de pagamento, nos termos dos números anteriores, se torne irrevogável, a revogação apenas poderá ter lugar com autorização expressa do BANCO para o efeito e, nos casos de previstos nos números 3, 4 e 5 anteriores, com o acordo do respetivo beneficiário.

14. Operações de Pagamento em benefício do CLIENTE

14.1. Nos casos em que o CLIENTE seja o beneficiário de uma operação de pagamento, o BANCO deduzirá ao montante objeto da transferência e antes de o creditar na Conta, quaisquer encargos que suporte nos termos previstos no Preçário em vigor na data de execução da operação.

14.2. Sem prejuízo dos direitos legais que para si resultam neste âmbito, o BANCO não será responsável pela não execução ou execução defeituosa de uma operação de pagamento quando não fique provado, nos termos da lei aplicável, que recebeu do prestador de serviços de pagamento do ordenante, nos termos, forma e prazo adequados, os montantes relativos à operação em questão.

14.3. Excetuam-se ao disposto no número anterior os casos em que a ordem de pagamento tenha sido emitida pelo próprio CLIENTE, ou através dele.

14.4. Em todo o caso, nas situações referidas no n.º 1, o BANCO não será responsável pela não execução ou execução deficiente de uma operação de pagamento quando:

- a) a não execução ou execução deficiente da operação se deva a circunstâncias anormais e imprevisíveis, alheias à vontade do BANCO, que não tenham sido possíveis de evitar através dos esforços desenvolvidos pelo BANCO nesse sentido;
- b) o ordenante da operação de pagamento em questão não haja utilizado corretamente o identificador único que lhe haja sido fornecido.

14.5. No âmbito das operações de pagamento levadas a cabo no contexto desta Cláusula, o BANCO respeitará igualmente o disposto nas normas legais aplicáveis em matéria de data-valor das operações de pagamento.

14.6. O BANCO poderá, a pedido do CLIENTE, envidar esforços no sentido de rastrear a operação de pagamento não executada ou incorretamente executada, independentemente da responsabilidade incorrida, notificando-o dos resultados obtidos.

15. Prazos de execução de operações de pagamento

15.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 14.4., o montante da operação de pagamento em euros será creditado na conta do prestador de serviços de pagamento do beneficiário até ao final do primeiro dia útil após a data de receção da ordem nos termos da Cláusula 12.

15.2. O prazo referido no número anterior será prorrogado por mais um dia útil caso a operação em causa tenha sido ordenada em suporte de papel e caso se trate de uma operação intracomunitária, em moeda de algum Estado membro não pertencente à zona euro, até ao final do quarto dia útil após a data de receção da ordem nos termos da Cláusula 12.

15.3. Relativamente às operações de pagamento nas quais o CLIENTE seja beneficiário, o BANCO deverá estabelecer a data-valor e garantir que o montante da operação de pagamento fica à disposição do CLIENTE imediatamente após ter sido creditado na conta de pagamento do BANCO, devendo a data-valor atribuída ao crédito do montante da operação na Conta ser, no máximo, o dia útil em que esse montante é creditado na conta do BANCO.

15.4. Os montantes relativos a transferências entre contas junto do BANCO serão creditados na conta do beneficiário no próprio dia da data da receção da respetiva ordem nos termos da Cláusula 12 da presente Subsecção, sendo a data-valor e a data de disponibilização a do momento do crédito.

15.5. Os montantes depositados em numerário na Conta na mesma divisa em que a conta se encontre denominada serão creditados e disponibilizados ao CLIENTE no momento da receção dos montantes em questão pelo BANCO e com data-valor do mesmo dia.

15.6. A data-valor de um débito na Conta não pode ser anterior ao momento em que o montante da operação de pagamento é debitado na Conta.

16. Responsabilidade

16.1. Identificadores únicos incorretos:

16.1.1. Sem prejuízo do disposto nas normas legais ou regulamentares aplicáveis e na Cláusula 10.2., o BANCO não será responsável pela execução correta de uma operação de pagamento quando o CLIENTE não haja utilizado corretamente o identificador único que lhe tenha sido fornecido.

16.1.2. Nos casos previstos no número anterior, o BANCO envidará esforços razoáveis no sentido de recuperar os montantes envolvidos na operação de pagamento em questão.

16.1.3. Caso não seja possível a recuperação dos montantes envolvidos nos termos do número anterior o BANCO fornece ao CLIENTE mediante solicitação por escrito todas as informações de que disponha e que sejam relevantes para o CLIENTE poder intervir a respetiva ação judicial.

16.1.4. O BANCO poderá, a pedido do CLIENTE, envidar esforços no sentido de rastrear a operação de pagamento defeituosamente executada, notificando-o dos resultados obtidos.

16.2. Responsabilidade do BANCO pela não execução, execução incorreta ou execução tardia de ordens de pagamento emitidas pelo CLIENTE:

a) Caso uma ordem de pagamento seja emitida diretamente pelo CLIENTE, cabe ao BANCO, sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 16.1, 8. e 17, a responsabilidade pela execução correta da operação de pagamento perante o CLIENTE.

b) Nos casos do número anterior, o BANCO reembolsará o CLIENTE ordenante, sem atraso injustificado, do montante da operação de pagamento não executada ou incorretamente executada e, se for caso disso, repõe a conta de pagamento debitada na situação em que estaria se não tivesse ocorrido a execução incorreta da operação de pagamento.

c) A data-valor do crédito na conta de pagamento do CLIENTE a que refere o número anterior não pode ser posterior à data em que o montante foi debitado.

d) No caso de uma operação de pagamento não executada ou incorretamente executada, o BANCO, independentemente da responsabilidade incorrida por força dos números 1 e 2 da presente Cláusula e se tal lhe for solicitado, envia imediatamente esforços para rastrear a operação de pagamento e comunica ao ordenante os resultados obtidos, sem cobrar qualquer encargo ao CLIENTE por esse serviço.

16.3. Responsabilidade do BANCO pela não execução, execução incorreta ou execução tardia de ordens de pagamento emitidas pelo beneficiário ou através deste:

a) No caso de uma operação de pagamento não executada ou incorretamente executada cuja responsabilidade não caiba, nos termos da lei ao prestador de serviços de pagamento do beneficiário, cabe ao BANCO a responsabilidade perante o CLIENTE.

b) Caso a responsabilidade caiba ao BANCO, nos termos do número anterior, este reembolsa CLIENTE, se for caso disso e sem atraso injustificado, do montante da operação de pagamento não executada ou incorretamente executada e repõe a conta de pagamento debitada na situação em que estaria se não tivesse ocorrido a execução incorreta da operação de pagamento.

17. Força Maior

A responsabilidade prevista na SECÇÃO J não é aplicável em caso de circunstâncias anormais e imprevisíveis alheias à vontade da parte que as invoca, se as respetivas consequências não tivessem podido ser evitadas apesar de todos os esforços desenvolvidos, ou caso o BANCO esteja vinculado por outras obrigações legais, nomeadamente as relacionadas com a prevenção do branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.

18. Reclamações e Resolução Extrajudicial de Litígios

18.1. O BANCO garante a existência e a disponibilização ao(s) CLIENTE(S) do Livro de Reclamações, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 156/2005 de 15 de Setembro, podendo o(s) CLIENTE(S) solicitar livremente a sua apresentação sempre que queira(m) formular a sua queixa através deste meio de reclamação, que será posteriormente remetida ao Banco de Portugal.

18.2. O CLIENTE poderá apresentar reclamações ao BANCO para os contactos indicados na Secção A em 13.1.

18.3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o CLIENTE poderá apresentar reclamações junto do Banco de Portugal, entidade pública competente para a supervisão da atividade do BANCO regulada pelas presentes Condições Gerais, cuja sede se situa na Rua do Comércio, n.º 148, 1100-150 Lisboa e, no âmbito dos serviços referidos nas Secções E, F e G, junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com sede na Rua Laura Alves, n.º 4, Apartado 14258, 1064-003 Lisboa.

18.4. Para resolução de quaisquer litígios emergentes do presente Contrato, sem prejuízo do acesso pelo(s) Cliente(s) aos meios judiciais comuns, o BANCO assegura ao(s) Cliente(s), no caso de serem consumidores, o recurso a meios extrajudiciais de reclamação e reparação de litígios emergentes do presente contrato, tendo aderido a entidades legalmente autorizadas a realizar arbitragens ou a entidades inscritas no sistema de registo voluntário de procedimentos de resolução extrajudicial de conflitos de consumo – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa (Internet: www.centroarbitragemlisboa.pt, Morada: Rua dos Douradores, n.º 116 - 2.º 1100 - 207 Lisboa, Tel.: +351 21 880 70 30, Fax: +351 21 880 70 38, E-mail: juridico@centroarbitragemlisboa.pt) e Centro de Informação de consumo e Arbitragem do Porto (Internet: www.cicap.pt, Morada: Rua Damião de Góis, 31 - Loja 6 - 4050-225 Porto, Tel.: +351 22 550 83 49 / +351 22 502 97 91, Fax: +351 22 502 61 09, E-mail: cicap@mail.telepac.pt); CIAB - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Consumo (www.ciab.pt) Morada: Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga, Tel.: + 351 253 617 604, Fax + 351 253 617 605, E-mail: geral@ciab.pt, e Morada: Av. Rocha Paris, 103, 4900-394 Viana do Castelo, Tel.: +351 258 809 335, Fax: +351 258 809 389; E-mail: ciab.viana@cm-viana-castelo.pt. O recurso a estas entidades poderá ser efetuado presencialmente, por carta ou mediante apresentação de reclamação online, conforme dados aqui disponibilizados.

18.5. O CLIENTE, no caso de ser consumidor, poderá aceder à plataforma para resolução alternativa de litígios entre consumidores e comerciantes online (Resolução de Litígios em Linha ou RLL) através do link: <http://ec.europa.eu/consumers/odr/>, caso queiram apresentar uma reclamação relacionada com uma compra ou prestação de um serviço online.

Secção K

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS DO BANCO

A Política de privacidade e proteção de dados abaixo descrita oferece-lhe uma descrição da forma como tratamos os seus dados e dos seus direitos nesta matéria, de acordo com o disposto no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

1. Quem é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais?

O responsável pelo tratamento é o ABANCA Corporación Bancaria, S.A., Sucursal em Portugal, com o NIPC 980464897, com sede na Rua Castilho n.º. 20 - 1250-069, Lisboa (doravante, “ABANCA” ou o “BANCO”).

No nosso site o Cliente será informado sobre a identidade do nosso Delegado de Proteção de Dados (DPD ou DPO), o qual poderá contactar através do endereço de correio eletrónico privacidad@abanca.com.

O CLIENTE poderá consultar a versão atualizada da presente Política de privacidade e proteção de dados no site do BANCO <https://www.abanca.pt/pt/politica-privacidade>.

Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o BANCO obriga-se a respeitar e proteger a confidencialidade de todas as informações relativas ao CLIENTE que obtenha, comprometendo-se a observar, nos termos legalmente estabelecidos, o mais rigoroso sigilo bancário relativamente a essas informações.

2. Como obtemos os dados pessoais do CLIENTE?

Para dar resposta a esta pergunta deve distinguir-se entre as fontes das quais obtemos os dados pessoais do CLIENTE e a tipologia de dados pessoais tratada pelo BANCO:

a) Fontes das quais obtemos os dados pessoais:

.../...

- O CLIENTE poderá fornecer nas solicitações ou pedidos que entregar ao BANCO, ou no âmbito da formalização e desenvolvimento das relações contratuais com o BANCO, diversos dados de carácter pessoal (p. ex., o CLIENTE fornecerá determinados dados para solicitar e contratar uma conta à ordem, um empréstimo, um cartão, um depósito, um plano de pensões, um fundo de investimento, etc.).
 - A própria gestão, desenvolvimento e manutenção das relações contratuais ou pré-contratuais que o CLIENTE acordar com o BANCO (p. ex., são gerados dados relativos ao CLIENTE por ocasião da gestão, desenvolvimento e manutenção dos contratos de conta à ordem, de empréstimo, de cartão, de depósito, de planos de pensões, de fundos de investimento, etc., que o CLIENTE tenha contratado com o BANCO).
 - Empresas do Grupo Económico do ABANCA, cujos setores de atividade compreendem o financeiro, social, segurador, imobiliário, de investimento mobiliário, de formação, de marketing e de serviços de consultoria e assessoria.
 - Outras instituições de crédito.
 - Fontes acessíveis ao público.
 - Órgãos da Administração Pública (p. ex., Registos, Segurança Social, Autoridade Tributária, Caixa Geral de Aposentações, etc.).
 - Fontes externas (p. ex., redes sociais, dados de navegação na Internet, conectividade, etc.).
 - Ficheiros de informação sobre solvência patrimonial e crédito (p. ex., INFORMA, IBERINFORM, SABI, etc.).
 - Os Ficheiros de proteção de identidade ou deteção fraudulenta de dados.
 - Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal (CRCBP). O BANCO poderá consultar e tratar dados relativos ao CLIENTE que, se for caso disso, constem registados na CRCBP, para os efeitos da concessão e da gestão de operações de crédito solicitadas pelo CLIENTE, incluindo a avaliação, apreciação e acompanhamento do risco de crédito das mesmas por meio de técnicas de scoring e rating e análise especializada, bem como para assegurar o efetivo cumprimento do regulamento sobre concentração de riscos e qualquer outra normativa que, no âmbito da supervisão cautelar das instituições de crédito, seja de aplicação ao BANCO.
 - Lista do Banco de Portugal de utilizadores de cheque que oferecem risco.
 - De entidades avaliadoras, registos públicos (p. ex., Conservatórias do Registo Predial ou do Registo Comercial) e informações públicas cadastrais (p. ex., disponibilizadas pela Direção-Geral do Território).
- b) Tipologia de dados pessoais:
- Dados identificativos e de contacto (p. ex., nome, apelidos, documento de identidade, endereço postal e eletrónico, telefone, etc.).
 - Informação necessária para o cumprimento do dever de diligência e de outras obrigações decorrentes das normas de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, tais como a origem lícita dos fundos, identificação de pessoa politicamente exposta, beneficiário efetivo ou final.
 - Dados de circunstâncias familiares e sociais e dados socioeconómicos (p. ex., tipologia de pessoas conforme idade e nível de estudos que habitam na zona geográfica em que o CLIENTE reside; tipologia de famílias que habitam na referida zona de acordo com o número e as características dos seus membros; categorias de atividades profissionais existentes na zona geográfica em que o CLIENTE reside; capacidade económica, conforme os rendimentos anuais, existente na referida zona; ou as características dessa zona segundo a antiguidade das construções, o nível de agrupamento unifamiliar ou plurifamiliar ou a existência de zonas comerciais).
 - Dados económicos, laborais e financeiros.
 - Dados dos seguros cujo pagamento o CLIENTE tenha domiciliado numa conta do ABANCA ou dados dos seguros

comercializados pelo ABANCA que o CLIENTE tenha contratados.

- Dados transacionais (p. ex., dados relacionados com os movimentos das contas, como podem ser os dados dos recibos domiciliados ou das transferências efetuadas, a informação sobre os pagamentos realizados quer com cartões ou outros meios de pagamento do BANCO ou utilizando os TPA/POS ou plataformas de pagamento do BANCO).
- Dados de solvência patrimonial e crédito (p. ex., dados sobre o incumprimento de uma dívida contraída com uma empresa privada, dados sobre as dívidas contraídas com entidades públicas, etc.).
- Informação relativa a objetivos concretos financeiros ou de investimento.
- Informação relativa a conhecimento e experiência em produtos de investimento (Classificação e perfil conforme regime aplicável a atividades de intermediação financeira e negociação de instrumentos financeiros, MIFID), relação / estratégia de investimento (alcance, frequência, perfil de risco).
- Informação derivada do registo e gravação de conversas telefónicas ou comunicações por qualquer via com o BANCO, como consequência dos processos de contratação pelo CLIENTE de produtos e serviços com o BANCO, ou da obrigação de manutenção desses registos (incluindo as constantes da diretiva dos mercados financeiros –MIFID II e legislação conexa) sempre que o canal e o meio utilizado estejam sujeitos a esta medida.
- Informação fiscal (p. e. domicílio e classificação do titular sujeito a normas fiscais, como FACTA e CRS).
- Dados de geolocalização e situação geográfica.
- Dados de navegação na Internet (p. ex., endereço IP, visitas a sites, ligações a redes Wi-fi, etc.).

Por último, o CLIENTE deve saber que, no caso do sistema de assinatura digitalizada estar disponibilizado no BANCO e o CLIENTE o utilizar para prestar o seu consentimento no âmbito dos requerimentos que apresentar ao BANCO e / ou dos contratos que tenha realizado ou vier a realizar com a mesma, o BANCO levará a cabo o tratamento dos dados biométricos associados à referida assinatura. Os dados biométricos associados à assinatura digitalizada são categorias de dados que compreendem, p. ex., os traços caligráficos da assinatura, como a pressão e a velocidade com que é realizada, bem como a inclinação do traço. O tratamento dos referidos dados biométricos por parte do BANCO será necessário para, segundo o caso, a formulação, o exercício ou a defesa de reclamações que puderem ser colocadas por ocasião das relações que o CLIENTE mantenha com o BANCO.

3. Para que tratamos os dados do CLIENTE e sob qual legitimação?

No BANCO tratamos os dados pessoais do CLIENTE para as seguintes finalidades:

3.1. Gerir a prestação dos serviços e produtos do ABANCA

Esta finalidade envolve diferentes atividades de tratamento cuja legitimação se baseia na execução das relações contratuais ou pré-contratuais estabelecidas com o CLIENTE e que são necessárias para assegurar que os nossos serviços e produtos são oferecidos e prestados adequadamente:

- Receber os pedidos de informação ou de contratação que o CLIENTE possa ter realizado relativamente aos nossos produtos e serviços, dar-lhe resposta e esclarecer as dúvidas que puderem surgir. Isso implica que, em operações de risco creditício, deverá ser analisada a solvência do CLIENTE podendo ser utilizadas técnicas de scoring e rating automatizadas, bem como técnicas de análise de especialistas.
- Proceder, se for caso disso, à inscrição da operação requerida através da assinatura do respetivo contrato.
- Manter, desenvolver e controlar as relações de negócio existentes entre as partes, incluindo, em caso de operações de risco creditício, a avaliação e o acompanhamento do mesmo através de técnicas de scoring e rating automatizadas, bem como por meio de técnicas de análise de especialistas.

.../...

O desenvolvimento dessa finalidade pode implicar que os dados do CLIENTE sejam comunicados a terceiros, tais como:

- Notários ou entidades oficiais competentes: no caso de ser necessária a sua intervenção (por exemplo, caso o CLIENTE solicite ao BANCO uma operação de risco, como por exemplo um empréstimo hipotecário, que deva ser formalizado com a intervenção de um Notário. Neste referido caso, o BANCO poderá comunicar ao Notário todos os dados, inclusive os de carácter pessoal, relativos à operação de risco).
- Empresas avaliadoras: no caso de ser necessária a avaliação de um imóvel (por exemplo, caso o CLIENTE solicite ao BANCO uma operação de risco que integre uma garantia hipotecária, como por exemplo um empréstimo hipotecário, e requeira ao BANCO para pedir a avaliação do(s) imóvel(eis) a hipotecar). A finalidade dessas comunicações visa possibilitar que as empresas de avaliação possam dar seguimento e gerir o pedido avaliação e realizar o respetivo relatório de avaliação do(s) imóvel(eis).
- Registos Públicos (p. ex. as Conservatórias do Registo Predial): no caso de ser necessário registar as respetivas garantias ou ser necessário que o BANCO consulte a informação que conste dos referidos registos sobre o(s) imóvel(eis) que será(ão) objeto das respetivas garantias.
- As companhias de seguros com as quais trabalhamos, no caso de o CLIENTE manifestar interesse pela contratação dos seus produtos de seguros.
- A Sociedades de Garantia Mútua, no caso de o CLIENTE lhes solicitarem garantias. A finalidade dessas comunicações de dados servirá para que as referidas Sociedades possam decidir sobre a concessão das referidas garantias.
- Os correspondentes emissores de valores ou instrumentos financeiros, bem como as sociedades distribuidoras, subdistribuidoras, comercializadoras, depositárias e/ou gestoras de instituições de investimento coletivo que forem aplicáveis, no caso de serem prestados ao CLIENTE serviços de investimento. A finalidade destas comunicações de dados será que as correspondentes entidades e sujeitos cessionários possam cumprir as funções que lhes couberem nos termos das normas de serviços de investimento aplicáveis, incluindo as normas sobre instituições de investimento coletivo, e nos termos estabelecidos nos contratos que em cada caso forem subscritos com o BANCO (por exemplo, para a transmissão e execução, pelo BANCO, de ordens do CLIENTE, não profissional, bem como de registo e depósito).
- Às correspondentes Entidades Gestoras e Depositárias dos planos de pensões, se o CLIENTE solicitar um plano de pensões. A finalidade dessas comunicações de dados servirá para que as correspondentes Entidades Gestoras e Entidades Depositárias dos planos de pensões possam cumprir as funções que lhes correspondam de acordo com o regulamento sobre os planos e fundos de pensões em vigor em cada momento e às demais disposições aplicáveis (p. ex., para dar seguimento e gerir contribuições nos planos de pensões, para dar seguimento e gerir a receção das respetivas prestações ou o direito de resgate, etc.).

3.1.1. Informação adicional relativa às técnicas de scoring e rating automatizadas: As técnicas automatizadas de scoring e rating determinam o perfil de risco do CLIENTE com base nos parâmetros de avaliação internos. No entanto, independentemente do resultado do scoring ou rating, o BANCO reserva-se o direito de rejeitar o pedido do CLIENTE caso considere que o seu perfil de risco de crédito não é o adequado para a formalização da operação.

A avaliação realizada pelo BANCO é baseada nas seguintes informações do CLIENTE:

- a) Informação fornecida pelo próprio CLIENTE (por exemplo, a declaração dos seus bens e responsabilidades, os recibos de vencimento ou a declaração de IRS entregue pelo CLIENTE, outras informações de natureza socioeconómica, etc).
- b) Informação obtida pelo BANCO ou à qual o BANCO tenha acesso com base nas relações contratuais ou pré-contratuais que o CLIENTE tiver acordado ou venha a acordar com o BANCO (por exemplo, o histórico de produtos de risco contratados pelo CLIENTE e o seu comportamento relativamente a pagamentos).

c) Informações fornecidas ao BANCO por terceiros diversos do CLIENTE. Dentro desta categoria poderão ser citadas, a título de exemplo:

- c.1. Informações acerca da solvência do CLIENTE comunicadas por empresas que possuam ficheiros de informação sobre solvência patrimonial e de crédito (por exemplo, INFORMA, IBERINFORM, SABI, etc.), mediante solicitação prévia do BANCO às referidas empresas.
- c.2. Informações fornecidas por uma empresa de avaliação.
- c.3. Informações constantes nos diferentes Registos Públicos.
- c.4. Informações disponibilizadas pela Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal (CRCBP).
- c.5. As informações contidas na lista do Banco de Portugal de utilizadores de cheques que apresentam risco.
- c.6. A informação relativa ao scoring, rating e/ou limite de crédito que o CLIENTE, conforme aplicável, possa ter noutras empresas do Grupo Económico do ABANCA. O BANCO poderá consultar essa informação com fundamento no seu interesse legítimo, com o objetivo de conhecer a solvência patrimonial e de crédito do CLIENTE.

3.2. Cumprir com as obrigações atribuídas ao ABANCA

O setor financeiro está fortemente regulado e isso implica que devemos realizar determinados tratamentos cuja legitimidade se baseia no cumprimento de obrigações legais e normas de Direito Comunitário (por exemplo, Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, legislação relativa a combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento ao terrorismo, legislação relativa a atividades de intermediação financeira e negociação de valores mobiliários e legislação tributária). Com carácter exemplificativo, os tratamentos podem traduzir-se nas seguintes ações:

- Comunicar os dados do CLIENTE à Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal (CRCBP). O BANCO tem a obrigação de efetuar à CRCBP, nos termos previstos pela legislação em vigor, declaração dos dados sobre os riscos de crédito que o CLIENTE contrair com o BANCO.
- Comunicar os dados à Listagem do Banco de Portugal de utilizadores de cheque que oferecem risco.
- Comunicar à Lista do Banco de Portugal de utilizadores de cheque que oferecem risco, assim como à CRCBP a informação relativa a responsabilidades efetivas ou potenciais ou garantias prestadas decorrentes de operações de crédito, sob qualquer forma ou modalidade, de que sejam beneficiárias pessoas singulares ou coletivas, residentes ou não residentes em território nacional, competindo ao Banco de Portugal efetuar a centralização e divulgação dessa informação no âmbito da CRCBP.
- No caso de o CLIENTE não efetuar o pagamento nos termos previstos no contrato, os dados relativos ao não pagamento poderão ser comunicados aos ficheiros relativos às responsabilidades efetivas ou potenciais decorrentes de operações de crédito, nos termos do regime legal da CRCBP.
- Comunicar os dados pessoais do CLIENTE ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) e à Unidade de Informação Financeira, em cumprimento da lei de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que obriga ao BANCO a comunicar certas informações para a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.
- Comunicar os dados pessoais do CLIENTE à Segurança Social e à Autoridade Tributária para o cumprimento das obrigações legais.
- Se for caso disso, obter das entidades públicas que legalmente correspondam, informação sobre a atividade económica desenvolvida pelo CLIENTE e realizar as pertinentes verificações relativamente à exatidão e à veracidade da mesma.
- Comunicar os dados pessoais do CLIENTE aos Organismos públicos e instituições (por exemplo, Banco de Portugal, Autoridade Bancária Europeia, Banco Central Europeu, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e autoridades fiscais) sempre que para tal exista uma obrigação legal ou regulatória.
- Avaliação da fiabilidade creditícia, verificação da identidade e idade, dos conhecimentos e experiência, bem como objetivos

de investimento de um cliente ou potencial cliente, prevenção da fraude e do branqueamento de capitais, cumprimento das obrigações de monitorização e informação fiscal, bem como a análise e gestão de riscos.

- Divulgar todas as informações de que disponha relativas ao CLIENTE ou às ordens e instruções transmitidas, desde que requeridas por lei ou pelas autoridades competentes, e bem assim naqueles casos em que mantenha um sistema de informação recíproco com outras instituições de crédito nos termos previstos na lei (artigo 83º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ou outra legislação que o venha a substituir).

3.3. Conhecer a solvência do CLIENTE e prevenir a fraude na contratação

Tratamos os dados do CLIENTE, sobre a base do interesse legítimo do ABANCA, para:

- Conhecer a sua solvência patrimonial e de crédito antes da realização de qualquer operação que envolva um risco creditício, bem como durante a vigência da referida operação de crédito.
- Com a referida finalidade de conhecer a solvência patrimonial e de crédito do CLIENTE, o BANCO poderá consultar os dados do CLIENTE que possam constar de ficheiros comuns de informação sobre solvência patrimonial e crédito (p. ex., INFORMA, IBERINFORM, SABI, etc.).
- Também com a finalidade de conhecer a solvência patrimonial e de crédito do CLIENTE, o BANCO, com fundamento no seu interesse legítimo, poderá comunicar os dados do CLIENTE ao ABANCA Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A.—Sucursal em Portugal (uma empresa pertencente ao Grupo Económico do BANCO), com o objetivo de poder consultar, desde que o CLIENTE seja também um cliente do ABANCA Servicios Financieros, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A. - Sucursal em Portugal (doravante designada "ASF"), o seu scoring, rating ou limite de crédito na ASF.
- Proteger a identidade dos nossos clientes e detetar devidamente a utilização fraudulenta de dados no estabelecimento de relações contratuais ou pré-contratuais. Esta finalidade inclui o desenvolvimento de ações como a consulta recíproca entre empresas do Grupo Económico do ABANCA sobre atividades anómalas.
- No âmbito da prestação de serviços de pagamentos, o BANCO tratará os dados pessoais do CLIENTE na medida necessária à salvaguarda da prevenção, da investigação e da deteção de fraudes em matéria de pagamentos.

3.4. Oferecer produtos e serviços do ABANCA similares aos contratados

Consideramos que é de interesse para ambas as partes o envio ao CLIENTE de informação publicitária que faça referência a produtos e serviços similares aos contratados pelo próprio CLIENTE. Esta informação publicitária poderá ser genérica ou personalizada, isto é, ajustada ao seu concreto perfil e situação comercial ou creditícia, para o qual, antes do seu envio, e para a elaboração do referido perfil, poderemos tratar os dados pessoais do CLIENTE de que disponhamos por ocasião da gestão dos produtos e serviços contratados pelo CLIENTE, como, p. ex., os dados relacionados com a sua solvência ou risco creditício, bem como os relativos aos seus movimentos transacionais (p. ex., os dados dos movimentos de contas, como podem ser os referentes a recibos domiciliados, ou a informação gerada pela utilização de cartões de crédito ou débito como meios de pagamento em aquisições de bens ou serviços).

A qualquer altura, o CLIENTE poderá opor-se ao envio da referida informação publicitária, bem como ao tratamento dos seus dados para a elaboração do perfil acima mencionado, contactando o nosso Serviço de Atendimento ao CLIENTE (SAC) do modo indicado na Cláusula 6.

Salvo que o CLIENTE indique o contrário, esta informação será enviada pelos seguintes canais:

- Correio postal
- Correio eletrónico e redes sociais
- Mensagens de qualquer tipo para o telemóvel

- Serviço de Banca à Distância via Internet do ABANCA
- Chamadas telefónicas

3.5. No caso de pedirmos o consentimento do CLIENTE e o CLIENTE o conceder:

a) Disponibilizar ao CLIENTE, através das vias indicadas na Cláusula 3.4 supra, informações sobre produtos e serviços de empresas do Grupo Económico do ABANCA e de parceiros: enviaremos ao CLIENTE informação publicitária que puder estar ajustada ao seu perfil, tanto de produtos e serviços de empresas do Grupo Económico do ABANCA, cujas atividades abrangem as de tipo financeiro, social, segurador, imobiliário, de investimento mobiliário, de formação e de marketing e de serviços de consultoria e assessoria, e podem ser consultadas no nosso site, como de parceiros que ofereçam produtos e / ou serviços financeiros, de seguros, de lazer, alimentos, eletrodomésticos, mobiliário, veículos, calçado, têxtil, óticas, serviços e produtos de consumo pessoal, etc.

b) Partilhar os seus dados com empresas do Grupo Económico do ABANCA: o ABANCA partilhará os dados do CLIENTE com empresas do seu Grupo Económico com as seguintes finalidades:

- para facilitar e agilizar a análise e a eventual formalização de um contrato ou pré-contrato solicitado pelo CLIENTE à correspondente empresa do Grupo;
- para a elaboração ou atualização por parte das empresas do Grupo dos perfis comerciais e de risco do CLIENTE; e
- para as empresas do Grupo poderem enviar ao CLIENTE, de forma direta, as suas melhores ofertas e promoções, através de qualquer meio, inclusive o correio eletrónico, as SMS e outros meios de comunicação eletrónica.

c) Completar a informação referente ao CLIENTE: poderemos obter uma maior informação sobre as características, gostos e necessidades financeiras do CLIENTE através da informação fornecida por diferentes fontes externas tais como Registos Públicos, Redes Sociais, ferramentas de geomarketing, os seus dados de navegação pela Web ou as aplicações do ABANCA, ou através de outras páginas ou websites de terceiros com o objetivo de introduzir melhorias nos nossos produtos e serviços e / ou adaptar ou escolher as ofertas de produtos e serviços que melhor se adaptem ao perfil do CLIENTE.

d) Conservar os dados do CLIENTE após o fim da relação contratual: poderemos conservar os seus dados uma vez concluída a nossa relação contratual por um prazo máximo de 5 anos com fins analíticos e estatísticos; para gerir uma nova solicitação de produto ou serviço que o CLIENTE possa formular; bem como para continuar a enviar-lhe, tanto pelo ABANCA como pelas empresas do seu Grupo Económico, informação publicitária personalizada de interesse para o CLIENTE.

e) Consultar os dados do CLIENTE junto da Administração Pública, em particular junto da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações: procederemos à recolha automática dos dados de identificação do CLIENTE, dos seus dados de contacto (por exemplo, morada) e da sua situação laboral, junto da Segurança Social ou da Caixa Geral de Aposentações, conforme aplicável, na abertura de contas bancárias desmaterializadas, incluindo contas de crédito, com a finalidade de cumprir as obrigações de identificação de clientes assumidas pelas entidades financeiras nos termos da regulamentação aplicável, protegendo a identidade dos nossos clientes e evitando o uso fraudulento dos seus dados no estabelecimento de relações contratuais com o ABANCA.

3.6. Outras finalidades

Com base na proteção do interesse legítimo do BANCO, poderemos realizar estudos analíticos e estatísticos com dados anonimizados, garantir a defesa jurídica do BANCO perante reclamações extrajudiciais ou judiciais ou, caso o CLIENTE não atenda pontualmente às suas obrigações económicas, comunicar os seus dados identificativos e de dívida a sistemas comuns de informação creditícia e solvência patrimonial (p. ex., INFORMA, IBERINFORM, SABI, etc.), de acordo com a legislação em vigor. Também com base na proteção do interesse legítimo do BANCO,

este poderá tratar os dados do CLIENTE para a garantia da segurança informática e da gestão informática do BANCO.

4. Durante quanto tempo conservaremos os seus dados?

Os dados pessoais serão conservados enquanto se mantenha a relação contratual ou pré-contratual com o CLIENTE e posteriormente às mesmas, durante um prazo máximo de 5 anos, caso tivesse prestado o seu consentimento para esse efeito. Uma vez concluída a relação contratual ou pré-contratual (ou, se for caso disso, após decorrido o prazo de 5 anos), os dados serão bloqueados conforme o disposto no regulamento, o que implica que estarão disponíveis para a atenção de possíveis responsabilidades decorrentes do tratamento dos dados, para garantir a defesa jurídica do BANCO perante eventuais reclamações extrajudiciais ou judiciais ou a pedido de Juízes ou Tribunais ou das entidades da Administração Pública competentes para o efeito, durante os prazos de prescrição legal (máximo 20 anos). Após decorridos os referidos prazos, os dados serão cancelados.

5. Prevê-se alguma Transferência Internacional?

A transmissão de dados a outros países (países fora da União Europeia) só ocorre caso tal seja necessário para a execução de ordens ou pedidos seus (por exemplo, ordens de pagamento ou relativas a investimento), por exigência legal ou caso nos tenha concedido uma autorização expressa para o efeito. No caso de ser necessário o recurso a prestadores de serviços de países terceiros (países fora da União Europeia), o ABANCA tomará as medidas apropriadas para garantir as condições de legitimidade da transferência internacional dos dados pessoais em conformidade com o disposto no RGPD e, em especial, de acordo com os requisitos estabelecidos nos seus artigos 45 a 47 (ou seja, transferência baseada numa decisão de adequação, transferências mediante garantias adequadas ou normas vinculativas aplicáveis às empresas).

O ABANCA respeita e obriga-se a respeitar as medidas de segurança técnicas, organizacionais e legais que sejam ajustadas ao nível de risco do tratamento com independência do território onde este ocorrer. As Transferências Internacionais que esteja previsto realizar em cada momento serão publicitadas na Política de Privacidade disponibilizada no site e será incluída informação pormenorizada a esse respeito, sempre que definido por lei.

Qualquer transferência internacional de dados que ocorrer estará igualmente sujeita ao regime previsto no regulamento em vigor.

6. Quais são os seus direitos no que diz respeito ao tratamento que fazemos dos mesmos?

O RGPD outorga ao CLIENTE os seguintes direitos no que diz respeito ao tratamento dos seus dados:

- Direito de acesso: Conhecer que tipo de dados estamos a tratar e as características do tratamento que estamos a levar a cabo.
- Direito de retificação: Poder requerer a alteração dos seus dados por serem estes inexatos ou não verdadeiros.
- Direito de portabilidade: Poder obter uma cópia num formato interoperável dos dados que estejam a ser tratados.
- Direito à limitação do tratamento nos casos incluídos na Lei.
- Direito a se opor à tomada de decisões automatizadas.
- Direito de apagamento ("direito a ser esquecido"): Requerer o apagamento dos seus dados quando o tratamento já não for necessário.
- Direito de oposição: Requerer a cessação no envio de comunicações comerciais nos termos antes referidos.
- Direito a revogar o consentimento prestado.
- No caso de o CLIENTE solicitar uma operação de risco e a decisão sobre a sua concessão se basear unicamente no resultado do scoring ou rating efetuado pelo ABANCA, o CLIENTE terá direito a alegar o que entender pertinente com vista a defender o seu direito, expressar o seu ponto de vista, impugnar a decisão e obter intervenção humana por parte do BANCO.
- Direito a interpor uma reclamação contra a autoridade de controlo: Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), caso entenda que o tratamento dos seus dados pelo BANCO viola o regime legal em vigor a cada momento.

Para o exercício de qualquer desses direitos, o CLIENTE poderá dirigir-se por escrito ao nosso Serviço de Atendimento ao Cliente

através do endereço: Rua Castilho nº. 20 - 1250-069, Lisboa ou do correio eletrónico faleconnosco@abanca.com.

7. Pessoas coletivas: No caso de o CLIENTE ser uma pessoa coletiva, ser-lhe-á aplicável a presente Política de privacidade e proteção de dados, com exceção do ponto 6 relativo aos direitos, uma vez que o exercício dos mesmos está reservado às pessoas singulares, em virtude das normas sobre proteção de dados pessoais. Nestes termos, no tocante ao disposto no ponto 3.5, apenas está condicionado à obtenção do consentimento prévio por parte do CLIENTE o envio de publicidade através de canais eletrónicos, nos casos legalmente previstos. O CLIENTE poderá opor-se ao envio de publicidade através de canais eletrónicos enviando uma mensagem para o endereço de correio eletrónico faleconnosco@abanca.com, do nosso Serviço de Atendimento ao Cliente ou através dos diferentes meios que forem disponibilizados em cada momento.

8. Representantes do CLIENTE: Se aplicável, informam-se as pessoas singulares que subscreverem o presente documento em representação do CLIENTE, que o BANCO tratará os dados que fornecerem para prosseguir as finalidades informadas na presente Política de privacidade e proteção de dados com base do fundamento legítimo especificado para cada finalidade. Da mesma forma, os dados pessoais dos referidos representantes poderão ser comunicados às entidades privadas e aos organismos públicos identificados na presente Política, para atingir as referidas finalidades.

Os representantes do CLIENTE terão a possibilidade de exercer os direitos mencionados na Cláusula 6, quer em seu próprio nome (quando os direitos forem exercidos relativamente aos dados dos representantes) como em nome do CLIENTE (quando os direitos forem exercidos pelos representantes legais do CLIENTE que seja uma pessoa singular).

SECÇÃO L

UTILIZAÇÃO DA ASSINATURA DIGITALIZADA NA RELAÇÃO COM O BANCO

O CLIENTE autoriza a utilização do sistema de assinatura digitalizada como meio de prestação do seu consentimento no âmbito das relações de negócio, pré-contratuais ou contratuais que o CLIENTE, em seu próprio nome ou em representação de um terceiro, tiver acordado ou venha acordar com o BANCO. O referido sistema baseia-se na obtenção por parte do BANCO do consentimento do CLIENTE por meios eletrónicos, através da assinatura digitalizada que é gerada a partir da assinatura manuscrita efetuada pelo CLIENTE ou seu representante sobre um tablet, para seu arquivo em formato eletrónico. Quando o CLIENTE ou seu representante efetua uma rubrica sobre o referido tablet, quer a escrita quer os dados biométricos da sua assinatura, que servem para o identificar, são associados de forma indissociável por meios informáticos, e com as medidas de segurança adequadas, ao texto do documento eletrónico que reflete a operação realizada, gerando-se desta forma o correspondente documento eletrónico. O CLIENTE ou, caso o CLIENTE seja uma pessoa colectiva, o seu representante, autoriza como tal, que a sua assinatura digitalizada, vinculada à operação concreta com ela realizada, bem como os dados biométricos associados à referida assinatura (como poderão ser os traços caligráficos da assinatura, nomeadamente a pressão e a velocidade com que é feita a assinatura, bem como a inclinação do traço da firma), sejam registados e conservados pelo BANCO em suporte eletrónico e tratados com a finalidade de: (i) comprovar o consentimento prestado pelo CLIENTE através da assinatura digitalizada, a autenticidade desta última, bem como a realidade e validade da operação refletida no documento eletrónico no qual a referida assinatura se integre; e, quando aplicável, (ii) obter um modelo de assinatura para comparação. Com as especificidades previstas na presente cláusula, e enquanto dados de carácter pessoal, a assinatura do CLIENTE ou do seu representante e os dados biométricos associados à mesma serão tratados pelo BANCO com sujeição ao estipulado na Secção K.

O CLIENTE autoriza expressamente que se considere para todos os efeitos legais e contratuais relevantes na sua relação com o BANCO que a assinatura digitalizada assim gerada tem o mesmo

valor jurídico e probatório da assinatura manuscrita.

ANEXO I INFORMAÇÃO SOBRE SUBCUSTÓDIA E CONTAS GLOBAIS

O BANCO, utiliza como subcustodiante global para a liquidação e custódia de títulos o CECABANK, S.A. (doravante, CECABANK) que, por sua vez, deposita os instrumentos financeiros dos seus clientes em contas globais abertas junto de terceiros. Em qualquer dos casos, existirá sempre uma diferenciação entre os instrumentos financeiros dos clientes em poder do terceiro dos que são próprios do terceiro. Atualmente, os países e entidades com os quais o CECABANK mantém contas globais são:

ENTIDADE	PAÍS SUBDEPOSITÁRIO	RATING			TITULAR DE CONTA GLOBAL
CITIBANK, N.A.	EEUU	Fitch A+	Moody's A1	S&P A++	CECABANK
EUROCLEAR BANK S.A.	BELGICA	AA	-----	AA	CECABANK

Nestes termos, informamos que o rating atual do CECABANK, S.A. atribuído pela Moody's, é de Baa2, atribuído pela S&P é BBB, atribuído pela Fitch IBCA BBB-.

Identificação do titular da conta global:

O titular da conta global aberta em cada uma das entidades enumeradas na tabela anterior, na qual se encontram depositados os instrumentos financeiros dos clientes do BANCO são depositados é, em todos os casos, o CECABANK. Em qualquer dos casos, existe uma diferenciação entre os instrumentos financeiros daqueles dos quais seja titular o CECABANK.

Riscos resultantes do depósito em contas globais:

Riscos legais. As contas globais podem ter associados os seguintes riscos:

- Identificação das normas aplicáveis aos direitos do(s) Titular(es) e à proteção dos seus interesses. Devido à cadeia de registos a que estas contas estão sujeitas, pode existir uma pluralidade de ordenamentos jurídicos, pelo que poderiam existir problemas para identificar de entre todos os países, qual é a legislação aplicável aos direitos do titular final, não existindo, em alguns casos, uma regulamentação clara, previsível e adequada.
- Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, uma vez identificado o direito aplicável, os diferentes ordenamentos jurídicos, no momento de determinar os direitos do cliente para os casos de insolvência do intermediário, não possuem uma solução uniforme, nem, em alguns casos, uma proteção adequada dos seus interesses. Para alguns ordenamentos jurídicos, perante os referidos casos de insolvência, o titular final possui um direito real que o protege, com as limitações que possam ser fixadas, para outros a proteção é nula, enquanto que, por fim, outros ordenamentos optam por uma proteção mista.
- Insolvência do titular da conta global. Nos casos de insolvência ou liquidação do titular da conta global, podem existir limitações a que os investidores finais (o Cliente) exerçam direitos de separação.
- Por fim, em termos de riscos legais poderão ocorrer eventuais fraudes ou apropriações indevidas.

Riscos operacionais: Os resultantes de operações que exijam realização periódica dos pagamentos de liquidações diárias de lucros ou perdas ou, em geral, a entrega de montantes, de forma periódica, às entidades encarregadas da compensação e liquidação ou da contrapartida central de montantes resultantes de liquidações de operações financeiras.

Risco de custódia: Nos sistemas de contas globais, os riscos existentes são gerados na medida em que não há registo direto do titular final (o Cliente) nos registos do Emissor e/ou no correspondente Depositário Central dos Valores responsável pela manutenção, e por isso a titularidade real depende sempre de o intermediário correspondente ter ou poder ter um número de títulos suficientes para cobrir a conta, ou seja, que toda a cadeia de custódia esteja corretamente enquadrada e reconciliada por todos os intermediários que intervêm na mesma. Os referidos riscos de custódia descritos podem manifestar-se especialmente em situações de insolvência de qualquer dos intermediários envolvidos na referida cadeia de custódia. Finalmente, em termos de risco de custódia, deveremos mencionar o risco sistémico do mercado que existe neste tipo de sistemas de propagação deste Risco de Intermediação global.

Risco de intermediação: Sempre que os diferentes direitos económicos e políticos associados aos valores que têm de ser entregues ao investidor final, têm de passar por todos e cada um dos intermediários.

Pelo CLIENTE

ASSINATURA